

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo

USCHI CRISTINA SILVA

REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA NA CIDADE

Recife

2017

USCHI CRISTINA SILVA

REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA
CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA NA CIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Monica Cox de Britto Pereira

Recife

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB4-1689

S586r Silva, Uschi Cristina.
Rede carioca de agricultura urbana : desafios e possibilidades na construção da agroecologia na cidade / Uschi Cristina Silva. – 2017.
183 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Monica Cox de Britto Pereira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Geografia, Recife, 2017.
Inclui referências, apêndice e anexos.

1. Geografia. 2. Espaços Urbanos. 3. Ecologia agrícola. 4. Agroecologia. 5. Agricultura urbana. I. Pereira, Monica Cox de Britto (Orientadora). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-053)

USCHI CRISTINA SILVA

**REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA NA CIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Geografia.

Aprovada em: 16/06/2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mônica Cox de Britto Pereira (Orientadora – Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Annelise Caetano Fraga Fernandez (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Ceará

Dedico este trabalho aos agricultores e agricultoras da cidade do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana, que com seu saber-fazer nos brinda com sonhos alcançáveis. À Rede Carioca de Agricultura Urbana pelo acolhimento e amor em todas horas. E por fim, dedico à minha avó Izabel Borges que ao cultivar sua horta também cultivava saberes.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho reúne muitas vidas e, sem elas nada disso seria possível.

Agradeço à Sônia Silva, minha mãe, por sempre estar ao meu lado, me mostrando que é na simplicidade da vida que reside a beleza. Ao Tião, que entrou em nossa vida para nos apoiar e caminhar lado a lado sempre.

À turma da Capela (Ana L., Ana P., Ju, Carlinha, Uiara e Paulinha), pelas aventuras de infância, adolescência e vida adulta em Paraty, minhas irmãs de sangue e coração.

À lila e Vini, pelas aulas de yoga, revisões do texto e comidinhas saudáveis e aconchego do lar. Ao pé de maracujá do escritório improvisado, aonde as últimas palavras deste texto foram escritas!

Aos companheiros do NEPPAG-Ayni e da RENDA-NE: Val, Emely, Cainã, Domênica e equipe ampliada. Aos núcleos de agroecologia por serem resistentes ao latifúndio do saber e por ocuparem os espaços acadêmicos com ideias e práticas revolucionárias.

À Monica Cox, orientadora, amiga e companheira de tantos momentos. Obrigada pelos esforços de uma orientação compartilhada, horizontal e autônoma! Des-construindo sempre e construindo juntas!

À minha banca examinadora, formada por mulheres feministas que dedicam sua vida à construir saberes com as comunidades e outras mulheres. Obrigada Annelise e Gema por lerem com atenção este trabalho e darem valiosas contribuições.

Às hermanas Day, Ju e Irene pelos sonhos e geografias compartilhadas.

À Juliana Funari e Lucas Amorim pelas conversas feministas e femininas em noites quentes de Recife!

Às pessoas maravilhosas da Rede Carioca de Agricultura Urbana, Sílvia Baptista, Sandro, Francisco Caldeira, Robson Patrocínio, Valdirene Militão, Dona Rita, Dona Aldaci, Sumaya, Berna, à juventude agroecológica e todo povo da agroecologia da cidade do Rio de Janeiro!

Ao Seu Pingo que está plantando sonhos no céu e que me deixou um lindo poema antes de sua partida.

À AS-PTA que através do Programa de Agricultura Urbana faz um excelente trabalho,

ao qual pude ter livre acesso para realização desta pesquisa! Marcinho e Claude meus queridos amigos, serei grata sempre por ter aprendido tanto com vocês!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e todos/as os/as docentes e discentes que contribuíram com este trabalho ao longo das disciplinas e seminários internos, especialmente ao Bira e a turma do LEPEC.

Obrigada ao povo deste país tão sofrido e golpeado, que com seus impostos permitiram à Capes financiar meus estudos, dando-me tempo livre para realizar a pesquisa e participar de tantos encontros importantes.

Por fim, agradeço ao Alan por ser meu salvador para assuntos de “bugs”, além de me trazer comida saudável e ser meu companheiro de horta, nessa cidade que escolhemos viver, Caldas.

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a Rede Carioca de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro. São abordados o histórico de formação do espaço da região geográfica zona Oeste para entender os processos que levaram a constituição de uma rede de agricultura neste local. É analisada a produção do espaço urbano e suas implicações no desprestígio da agricultura local que coincide com o avanço da urbanização e a industrialização na zona Oeste. São analisados os marcos e agendas da Rede Carioca de Agricultura para compreender como se mobilizam sujeitos e lutas em prol do reconhecimento da agricultura na cidade. Nesse sentido, buscamos refazer, em parte, esta trajetória da Rede, que tem seu ponto alto, ao trazer para o centro do debate político, questões como moradia, alimentação saudável, segurança alimentar e nutricional, políticas públicas e a agroecologia como proposta para a cidade do Rio de Janeiro. Entendemos que as metodologias do campo agroecológico são centrais na afirmação da agroecologia enquanto campo político, refletindo na organização das ações da Rede CAU, tal como foi a Caravana Agroecológica e Cultura do Rio de Janeiro, aonde denúncias e anúncios foram realizados a partir da análise coletiva dos fatos.

Palavras-chave: Espaço urbano. Agroecologia. Cidade.

ABSTRACT

This work is a study about the Carioca Network of Urban Agriculture (Rede CAU) at the city of Rio de Janeiro. Historical aspects regarding the building of the geographical region East Zone are tackled, in order to understand the processes that led to the constitution of an agriculture network with agroecological basis. The advance of urbanization and industrialization, and its implications disfavoring the family agriculture at this region are analyzed. In this sense, the goals and agendas of Rede CAU are demonstrated in order to comprehend how subjects and struggles are mobilized in favor of the recognizing of urban agriculture in the city. This is connected with other topics such as housing, healthy food, food security and sovereignty, public policies and agroecology. Agroecology in urban areas is taken to the center of public debate, and introduced as a proposal towards another possible city. We understand that the methodologies of the agroecological field are central in affirming agroecology as a political field, reflecting on the actions of Rede CAU, such as the Agroecological and Cultural Caravan of Rio de Janeiro, where denounces and announces were made from collective analysis of reality. Finally, the relation between society and nature is analyzed, in parallel with advances of certain public policies funded by international bodies who dispute the concept of nature, sustainability and agriculture in urban areas.

Keywords: Urban space. Agroecology. City.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quintal agroflorestal da Dona Leda, no bairro da Praia da Brisa, baía de Sepetiba, 2013.....	34
Figura 2 - Mapa Cultural da Rede Fitovida Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	36
Figura 3 - Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Território da Caravana Agroecológica e Cultura do Rio de Janeiro. 2013.....	39
Figura 4 - Mapa das Ameaças no território metropolitano. 2013.....	40
Figura 5 - Coletivo da Rede Carioca de Agricultura Urbana na Feira Agroecológica da Freguesia, 2014.....	42
Figura 6 - Mapa das Regiões Administrativa da Cidade do Rio de Janeiro.....	50
Figura 7 - Intercâmbio de experiências com a Rede Carioca de Agricultura Urbana em quintal agroflorestal. Santíssimo, 2014.....	54
Figura 8 - Vista da casa de Seu Pingo: maciço da Pedra Branca e o bairro da Barra da Tijuca. Vargem Grande, 2016.....	57
Figura 9 - Livro "O Sertão Carioca".....	58
Figura 10: Territórios da agricultura urbana nas zonas Oeste e Norte da cidade, com destaque para os Maciços Pedra Branca, Mendanha e Floresta da Tijuca, 2017.....	63
Figura 11: Localização dos bairros e experiências em Agricultura Urbana da Rede CAU, 2017.....	64
Figura 12 - Grupo Amigos da Horta em visita de intercâmbio e trocas de experiências, Jardim Guaratiba, 2006.....	67
Figura 13 - Quintal agroflorestal de Francisco e Sumaya, Colônia Juliano Moreira. Subsistema composteira, canteiros e frutíferas, 2016.....	71
Figura 14 - Agricultoras urbanas Dona Rita e Dona Aldaci na Horta Jardim. Colônia Juliano Moreira, 2015.....	73
Figura 15 - Horta agroecológica do Verdejar vista do alto, S/D.....	75
Figura 16 - Cidades identificadas pelo Panorama da AUP no Brasil, 2007.....	83
Figura 17 - Roça de Mandioca nos limites do Parque Estadual da Pedra Branca de agricultor associado a AGROVARGEM, 2016.....	87
Figura 18 - 1ª DAP da cidade do Rio de Janeiro, 2012.....	92
Figura 19 - Denúncia realizada na Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro à emissão de poluentes pela empresa TKSCA. Baía de Sepetiba , 19 de novembro de 2013.....	94
Figura 20 - Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro. Horta comunitária de Vila Autódromo. Jacarepaguá, 20 de novembro de 2013.....	95
Figura 21 - Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro. Feira da Roça de Nova Iguaçu, 21 de novembro de 2013.....	96
Figura 22 - Facilitação Gráfica da Instalação Pedagógica e Territorial no III ENA, 2014.....	99
Figura 23 - Painel da relatoria gráfica da plenária inicial do I ENAU, uma metodologia utilizada para registrar e sistematizar plenárias, encontros e reuniões do movimento	

agroecológico, 2015.....	101
Figura 24 - Reunião da FOCG, 2012.....	108
Na cidade do Rio de Janeiro existem 17 feiras organizadas pelo Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO) e mais a feira da Roça de Vargem Grande que ocupa outros processos, como podemos ver abaixo na Figura 25.Figura 25 - Mapa do CCFO e Feira da Roça de Vargem Grande, 2017.Em 2007,.....	111
Figura 26 - Coletivo da FAFRE em dia de Feira, 2015.....	113
Figura 27 - Feira da Roça de Vargem Grande, 2016.....	116
Figura 28 - Entrega de produtos da agricultura familiar camponesa da cidade do Rio de Janeiro para o PNAE. Agricultores/as da Zona Oeste do Rio de Janeiro e da Rede CAU, 2012.	117
Figura 29 - Jornal comunitário "Notícias Úteis Zona Oeste" - 16 a 22 de dezembro de 2016.	129
Figura 30 - Reunião de Planejamento da juventude agroecológica da Rede CAU. FCG, 2016.	146
Figura 31 - Painel de sistematização gráfica Plenária das Mulheres do I ENAU, 2015.....	152
Figura 32 - Oficina de sistematização de experiência participativa com mulheres da agricultura urbana da zona Oeste do Rio de Janeiro, 2015.....	154
Figura 33 - Quintais produtivos bordados e pintados pelas mulheres da Rede CAU, 2015...	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese das Entrevistas: integrantes da Rede CAU. Fonte: dados da autora.....	23
Quadro 2 - Experiências da Rede Carioca de Agricultura Urbana. Fonte: dados da autora.....	45
Quadro 3 - Cronograma da Investigação Empírica. Fonte: dados da autora.....	47
Quadro 4 - Marcos da Agricultura na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: AARJ e AS-PTA.....	77
Quadro 5 - Resultados das Unidades de Pesquisa Participativa Rio Rural Microbacia/Centro Estadual de Pesquisa da PESAGRO-RJ. Fonte: PESAGRO.....	138
Quadro 6 - Pesquisa Participativa Rio Rural Microbacia/Centro Estadual de Pesquisa da PESAGRO-RJ. Fonte: PESAGRO.....	138
Quadro 7 - Princípios da Rede CAU sistematizado por eixo. Fonte: Rede CAU.....	146
Quadro 8 - Inventário do quintal produtivo de Rita Maria de Souza Aguiar (2012). Fonte PROFITO.....	162

LISTA DE SIGLAS

AARJ	Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
AARM	Articulação de Agroecologia da Região Metropolitana
ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
AGROPRATA	Associação de Produtores Orgânicos do Rio da Prata
AGROVARGEM	Associação de Agricultores de Vargem Grande
AID	Associação Internacional do Desenvolvimento
ALCRI	Associação de Lavradores e Criadores de Jacarepaguá
ALERJ	Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
AMAF	Associação dos Moradores e Amigos da Freguesia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ATER	Assistência Técnica de Extensão Rural
BIM	Boletim Informativo Metropolitano
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CCFO	Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEDRO	Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável
COGEM	Comitê Gestor de Microbacia
CEM	Centro de Educação Multicultural
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNAU	Coletivo Nacional de Agricultura Urbana

CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
DAP	Documento de Aptidão ao Pronaf
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
EEASC	Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade
EEA	Encontro Estadual de Agroecologia
EMA	Encontro Metropolitano de Agroecologia
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
ENAU	Encontro Nacional de Agricultura Urbana
FAFRE	Feira Agroecológica da Freguesia
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOCG	Feira Orgânica de Campo Grande
GAE	Grupo de Agroecologia Orgânica
GEF	Global Environment Facility
GT	Grupo de Trabalho
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IPP	Instituto Pereiras Passos
MBH	Microbacias Higrográficas

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MAE	Mutirão de Agricultura Ecológica
MPA	Movimentos dos Pequenos Agricultores
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
ONG	Organização Não Governamental
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PACS	Políticas Alternativas Para o Cone Sul
PDCFMA	Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica
PEM	Plano Executivo da Microbacia
PEPB	Parque Estadual da Pedra Branca
PESAGRO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PEU	Plano de Estruturação e Urbanização das Vargens
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PGPM-Bio	Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PPV	Plano Popular das Vargens
RCAU	Rede Carioca de Agricultura Urbana
RCAUR	Rede Carioca de Agricultura Urbana e Rural
SAF	Sistema Agroflorestal
SEAPEC	Superintendência de Desenvolvimento Sustentável da

Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro

SEDES	Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SPG	Sistema Participativo de Garantia
SUS	Sistema Único de Saúde
TKCASA	Companhia Siderúrgica do Atlântico
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	OS (DES) CAMINHOS DE UMA PESQUISA: METODOLOGIAS POSSÍVEIS NA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA.....	26
2.1	A TRAJETÓRIA: ESPAÇO E TEMPO SE CO-FUNDEM.....	26
2.2	ENTENDENDO A REDE CAU: UM OLHAR METODOLÓGICO.....	42
3	AGRICULTURA URBANA: TECENDO REDES E CONFLUINDO LUTAS NA CIDADE A PARTIR DA AGROECOLOGIA.....	55
3.1	AGRICULTURA URBANA, NATURAL DO RIO DE JANEIRO.....	55
3.2	REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA: ARTICULAÇÃO, FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO A PARTIR DAS AGENDAS DE LUTA.....	76
3.3	RE-EXISTÊNCIA, IDENTIDADE E CONSTRUÇÃO DE NOVOS MERCADOS. .	103
4	A RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA: COMO SE APRESENTAM ESTES PRINCÍPIOS NA REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA.....	120
4.1	O DISCURSO CONSERVADOR DA NEOLIBERALIZAÇÃO DA NATUREZA....	120
4.1.1	O Programa Rio Rural.....	124
4.2	A UTOPIA E O PÉ NO CHÃO DA AGROECOLOGIA.....	141
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
	REFERÊNCIAS.....	166
	APÊNDICE A - ROTEIRO DO TRABALHO DE CAMPO.....	173
	ANEXO A - CARTA DE PRINCÍPIOS.....	179
	ANEXO B - CARTAZES.....	182

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como inspiração a Rede Carioca de Agricultura Urbana. A participação militante da sujeita pesquisadora no movimento de agricultura urbana da cidade do Rio de Janeiro foi essencial para a realização do trabalho. Enquanto estudante de graduação em Geografia atuei pelo Mutirão de Agricultura Ecológica (MAE), nos anos de 2007 a 2012, e pelo estágio interdisciplinar no Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA, nos anos de 2011 a 2013. Nos espaços coletivos, as redes como a Articulação de Agroecologia da Região Metropolitana (AARJ) e a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) possibilitaram o encontro com os diversos tipos de agriculturas urbanas na cidade e a interação com movimentos agroecológicos no âmbito nacional. Além disso, permitiu a aproximação com os/as sujeitos/as que cultivam alimentos no meio urbano, bem como, com os desafios de uma cidade com alto grau de urbanização e mercantilização dos espaços.

O papel de ouvinte e expectadora, durante as primeiras experiências com os grupos de agricultura urbana, era, sem dúvidas, um privilégio para aprender e apreender, a partir de falas que carregavam uma vasta experiência de cultivos e de vida comunitária em alguns dos bairros da zona Oeste. As experiências mostravam como na periferia da cidade e os pequenos espaços eram cultivados e aproveitados ao máximo para a realização de uma agricultura muito peculiar. Uma realidade, que na experiência privada, ia sendo descortinada através do encantamento pelos/as sujeitos/as que praticavam a agricultura urbana e construíam propostas de cidade e de vida urbana, apresentadas a cada conversa, reunião, encontro, visitas.

A complexidade da rede da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) e de outras pequenas redes, formadas em torno da agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro, ia sendo compreendida aos poucos. Me lembro bem de uma visita, em 2015, ao Maciço da Pedra Branca, em que ouvi de um morador¹ de Vargem Grande, a seguinte frase: “*a Rede Carioca de Agricultura Urbana é uma mesa redonda, que interliga todos os assuntos do Rio de Janeiro*”

1 Agricultor do quilombo Astrogilda e neto da matriarca que dá nome à comunidade.

Nessa mesa redonda estão diversos questionamentos alinhados a realidade urbana da cidade capitalista: luta por moradia, agricultura, agroecologia, território, espaço urbano, transporte, tráfico de drogas, milícias, Estado, remoções, mega eventos, ONGs, segurança alimentar, insegurança alimentar, acesso à terra, acesso à água, sementes locais, assistência técnica, comercialização, políticas públicas, Plano Diretor, festas, etc.

Os temas discutidos, sem uma ordem de hierarquização, postulam importância a cada uma dessas questões. Isto porque refletem olhares, sentimentos e a materialidade de habitar uma cidade distante da construção simbólica pela qual o Rio de Janeiro abarca fortemente. Uma realidade que, definitivamente, não se trata do azul do mar da praia de Ipanema, nem do amarelo pôr do sol da praia do Arpoador ou do verde da Floresta da Tijuca, aonde encontra-se o Cristo Redentor de braços abertos para a baía de Guanabara. Trata-se porém, de um sertão, de histórias de agricultura e de gente que vive e sente a cidade com outros olhares.

A visão do sujeito/a, agricultor/a e morador/a da cidade, foi traduzida por nós como um desafio ao nosso fazer científico em construção e reflexão contínua. Portanto, nos perguntávamos a todo momento de que maneira abordaríamos o fenômeno da agricultura urbana atrelado à constituição de uma rede com princípios agroecológicos definidos no contexto da cidade do Rio de Janeiro? Nós não poderíamos deixar de nos desafiar nesta questão, pois “uma inteligência incapaz de perceber o contexto e o complexo planetário fica cega, inconsciente e irresponsável” (MORIN, 2003, p. 15).

Nesse sentido, foi colocado o desafio de pensar a metodologia como forma de construção do conhecimento que não compartimenta o todo e que entende que as partes são as experiências complexas compostas por todos/as os/as sujeitos/as que participam desta pesquisa: tanto o/a sujeito/a da pesquisa como da sujeita pesquisadora.

Buscamos uma sintonia com as metodologias vindas dos acúmulos do movimento agroecológico para, a partir daí, relacionar com as ações da Rede Carioca de Agricultura Urbana e compreender como a Rede CAU vai se constituindo como movimento social que politiza o debate de cidade através dos cultivos agroecológicos em áreas urbanas. A incansável luta pela agricultura na cidade constitui-se como a luta de uma população periférica, as quais contam histórias indizíveis que contrariam os cartões postais da cidade maravilhosa. São histórias de outra baía, de outra floresta e de outros quintais.

A zona Oeste é antítese da cidade maravilhosa: “lá não tem brisa, não tem verde-azuis, não tem frescura nem atrevimento, lá não figura no mapa, no avesso da montanha, é labirinto é contra-senha, é cara a tapa, casas sem cor, ruas de pó, cidade, que não se pinta, que é sem vaidade²”.

Nessa morfologia descrita na música a paisagem, o lugar disparam o possível e o impossível de uma dissertação, ora sentindo as múltiplas possibilidades iluminando meus pensamentos sobre cidade, urbano, agricultura, rede, agroecologia, metodologias e tantas outras faces deste movimento. Ora me colocando a realidade da narrativa de um texto, entremeadas por teorias e práticas do encantado mundo cinza, a zona Oeste.

Entre caminhos labirínticos este trabalho se fez, buscando analisar as possibilidades e os desafios em construir os territórios agroecológicos na cidade do Rio de Janeiro. O ponto de partida foi a da interlocução com os/as sujeitos/as que integram a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) por considerar estes/as sujeitos/as e este espaço de trocas como o lugar legítimo, que nos traz referências sobre o cultivo de alimentos na cidade do Rio de Janeiro.

O olhar sobre as experiências em agricultura urbana nos permitiu o aprofundamento de questões importante sobre a construção social do espaço urbano. As condições a que as populações periféricas estão expostas e a escassez no acesso aos bens naturais na cidade, tais como a água, a terra e a biodiversidade. Os problemas sociais são inúmeros, e também constituem um quadro crítico para essas pessoas. Há a falta de moradia ou habitação inadequada, urbanização precária, saúde, alimentação, educação, transporte, lazer, etc.

A Rede CAU nasce nesse contexto de cidade e de conflitos. Dessa forma, seria necessário desenvolver metodologias para promover a participação social, trocas de experiências, inovação e experimentação agroecológica. A AS-PTA-RJ tem um papel central no desenvolvimento de metodologias e inovações em agroecologia. O Programa de Agricultura Urbana em 1999 já realizava os primeiros trabalhos no Loteamento Ana Gonzaga, em Inhoaíba, zona Oeste carioca, promovendo o 1º Seminário de Agricultura Urbana que já vinha com os princípios das trocas de experiências e promoção das iniciativas em curso na comunidade.

Em maio de 2002 realizou-se o 1o Seminário de Agricultura Urbana no Lo-

2 Subúrbio. Álbum Carioca, 2006. Chico Buarque de Holanda.

teamento Ana Gonzaga, que reuniu em torno de 30 pessoas da comunidade (moradores, agentes de participação comunitária e de saúde, membros da Associação de Moradores, representantes de quadras, pais de crianças e adolescentes do PAF, etc.). As discussões giraram em torno da história da comunidade e sua relação com o aproveitamento dos quintais para cultivos. O seminário teve importância para a motivação dos moradores e lideranças sobre o assunto. A partir desse evento foi formado no Loteamento o grupo da horta comunitária. Além disso, formou-se também uma equipe de trabalho em agricultura urbana, composta por técnicos e estagiários da AS-PTA, membros da Associação de Moradores e agentes de saúde. (MENDONÇA; LUNARDI, 2003, p. 4)

A Rede CAU incorpora a agroecologia como princípio e prática nos processos coletivos, influenciada pelo trabalho do Programa de Agricultura Urbana e dos agentes mediadores que foram sendo incorporados neste processo. Nesse sentido, um segundo ponto analisado é o campo metodológico. Realizamos nossa reflexão *com* a Rede CAU, desde seus temas centrais, que vão constituindo/construindo os caminhos político-ideológicos, materializados nas práticas de agricultura e na *r*-existência dos/as sujeitos/as que promovem a agricultura na cidade. Por diversas vezes as escolhas metodológicas definiam o *saber-fazer* da agricultura. Analisamos os intercâmbios de experiências da Rede CAU como ação metodológica que potencializou a prática e o discurso político sobre agroecologia na cidade.

O avanço do movimento agroecológico nacional também vai influenciar os trabalhos da Rede. A Caravana Agroecológica e Cultural da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é realizada como forma de mobilização e organização do III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA)³. Este momento configurou-se como importante articulação dos/as diversos/as sujeitos/as da agroecologia na cidade. Com a realização dessa caravana, pode-se evidenciar os avanços da agroecologia no território urbano e apontar/denunciar os grandes empreendimentos que impactam o território e produzem novos espaços de reprodução do capital.

Abordar os conceitos e princípios da agroecologia permitiram situar a “tecnologia no universo social, cultural, ambiental e econômico da agricultura, o enfoque agroecológico possibilitou a ampliação do escopo de abordagem dos problemas rurais” (PETERSEN; SOGLIO;

3 O III Encontro Nacional de Agroecologia aconteceu em 2014, na cidade de Juazeiro/BA. Cerca de 2500 pessoas de todo Brasil e alguns países da América Latina estiveram presentes nos quatro dias do evento. As Caravanas Agroecológicas e Culturais configuram-se como momentos preparatórios e mobilizaram cerca de 2000 pessoas nas cinco regiões do país. Ao todo foram realizadas 12 caravanas territoriais e 2 temáticas nos anos de 2013 e início de 2014.

CAPORAL, 2009, p. 85) e, acrescentamos a partir do que nos diz as experiências em agricultura na cidade, também da problemática dos grandes centros urbanos, como por exemplo a questão da moradia e do acesso à terra.

A Rede Carioca de Agricultura Urbana surge como fruto de um processo histórico de ocupação das zonas periféricas da cidade do Rio de Janeiro. enquadra historicamente a ocupação por comunidades tradicionais e migrantes nordestinos ou vindo de zonas rurais próximas (MONTEIRO; MENDONÇA, 2004). Este lugar da cidade foi preterido dos processos de urbanização que modernizaram o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século passado a partir de reformas urbanas e sanitárias.

O Sertão Carioca, como era conhecida a zona Oeste, tornou-se mais conhecido a partir da obra do escritor Magalhães Correia. O livro publicado na década de 1930 chamava atenção para vocação agrícola, extrativa e pesqueira da região.

Mostrava ainda, que os modos de vida eram sobretudo ligados ao meio rural e poucas pessoas moradoras desses rincões iam até as regiões centrais da cidade do Rio de Janeiro. Este passado foi aos poucos sendo reduzido à histórias de antigos moradores que lembram do Maciço da Pedra Branca antes do governo estadual torná-lo Parque Estadual da Pedra Branca, em 1974.

À medida que adentramos na paisagem do Sertão Carioca outros tons e cores reluzem, o mundo cinza das ruas sem árvores e casas sem cor já não se configura como único horizonte geográfico. O subúrbio carioca ainda abriga casas com quintais, árvores frutíferas, plantas medicinais, ornamentais e alimentícias. Existem pequenos animais, como galinhas, porcos e cabritos e até mesmo vacas. Estes espaços, as vezes desconsiderados para produção alimentar, por sua pequena extensão, são na verdade “espaços produtivos cuja gestão está tradicionalmente sob o controle das mulheres” (OLIVEIRA, 2009, p. 35).

A invisibilidade da agricultura na cidade e dos/as agricultores/as faz da Rede CAU um importante sujeito político porque é a partir deste movimento que torna-se público para a cidade do Rio de Janeiro a construção da agricultura e da agroecologia apoiadas por discursos políticos que reclamam outra cidade e outro modo de vida urbano, aonde plantar seja um direito.

Essa bandeira política é analisada ao longo do trabalho através da agenda de lutas da

Rede CAU que mobiliza organizações dos movimentos sociais e organizações não governamentais. Nesse processo, a Rede CAU cria estratégias de aproximação com outras redes para agir de maneira ampla em temas correlatos. Essa aproximação é desencadeada em função de determinadas lutas ou ações que buscam interferir em Políticas Públicas voltadas para agricultura familiar, como foi o caso da luta pelo reconhecimento de agricultores/as na cidade para conquista do Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP) em que foram mobilizadas as Articulações de Agroecologia do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana e do acesso aos mercados institucionais e feiras agroecológicas.

Entender o papel político da Rede CAU que traz para o centro da questão urbana a produção de alimentos; identificar quais são os desafios e as possibilidades da consolidação da agroecologia no meio urbano; e compreender como se dá relação sociedade e natureza na visão do movimento, foram questões que orientaram nossa análise.

Para análise desse trabalho utilizamos duas fontes de dados:

1) dados primários:

a) Entrevistas presenciais;

a) 1 Reunião do grupo de trabalho Mercados da Rede CAU (maio/2016) e 1 reunião de Planejamento da Rede CAU (fevereiro/2017);

b) Observação participante em 2 momentos diferentes na Feira da Roça de Vargem Grande;

c) Fotos e vídeos da Rede CAU, ASPTA-RJ, AARJ e AARM;

d) Relatórios de projetos executados pela ASPTA-RJ;

e) Eventos (2006-2015) organizados pela Rede CAU e AARJ

Correio eletrônico

1) dados secundários:

Os dados secundários se basearam em pesquisa teórica: artigos científicos, teses, dissertações, documentos da Articulação Nacional de Agroecologia, sítios eletrônicos além das disciplinas cursadas durante o mestrado com destaque para as disciplinas que mais se aproximavam do tema da pesquisa: “Tópicos Especiais em Geografia Humana - Relações Sociedade

e Natureza e Interação Cultura - Natureza & Perspectiva da Agroecologia”; “A Agricultura Urbana no Âmbito das Relações Cidade-Campo: Da Teoria à Práxis” cursada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba em parceria com Departamento de Geografia Humana da Universidade de Barcelona; e “Emancipação Social a partir do Sul e Construção do Conhecimento”.

Não foi o intuito dessa dissertação percorrer o histórico do movimento agroecológico do Rio de Janeiro do qual se originou a Rede CAU.

A pesquisa empírica ocorreu na cidade do Rio de Janeiro no período de 28 dias. Foram realizadas 11 entrevistas com integrantes da Rede CAU. Consideramos relevante entrevistar pessoas que estavam a frente das agendas de luta que mobilizam os sujeitos coletivos. Assim, foi possível entrevistar 1 assessoria técnica de ONG e 1 coordenador; 2 assessorias técnicas com atuação em quintais; 2 agricultores de comunidades tracionais; 1 agricultor e 2 duas agricultoras de quintais agroecológicos; 1 militante representante do Estado; 1 jovem. Durante a pesquisa tentamos ainda algumas entrevistas via internet porém sem sucesso. As entrevistas foram combinadas previamente para esclarecer a natureza da pesquisa.

O objetivo das entrevistas com os diferentes sujeitos foi compreender a percepção acerca da organização em rede e levantar processos importantes para a construção da agroecologia na cidade pelo movimento de agricultura urbana. As entrevistas podem ser visualizadas no quadro 1 bem como, algumas informações sobre os entrevistados/as.

Quadro 1 - Síntese das Entrevistas: integrantes da Rede CAU. Fonte: dados da autora.

Local da entrevista/Data	Instituição e/ou Experiência	Categoria	Breve descrição da atuação em rede
Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, Botafogo (RJ). Maio 2016.	Programa de Agricultura Urbana da ASPTA	Agrônomo e Coordenador de Projetos	Atua como coordenador do Programa de Agricultura Urbana da ASPTA-RJ e em projetos voltados para a promoção da agroecologia no meio urbano a partir do reconhecimento e da valorização das experiências espontâneas e dos conhecimentos locais.
Sede da ASPTA, Botafogo (RJ). Maio 2016.	Programa de Agricultura Urbana da ASPTA	Agrônomo	Atua como assessor técnico do Programa de Agricultura Urbana desde 2012 em processos vinculados à produção, comercialização e

			organização social e política da Rede CAU.
Fiocruz Mata Atlântica, Colonia Juliano Moreira, Taquara (RJ). Maio 2016	Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (PDCFMA)	¹ Coordenador ² Assessora técnica	1. Atua como coordenador do Projeto Semeando Comunidades Sustentáveis: Tecnologias Sociais, Economia Solidária para Segurança Alimentar e Nutricional. 2. Atua como assessora técnica do mesmo projeto em processos vinculados ao incentivo à produção agroecológica em pequenos espaços da cidade, promoção da segurança alimentar e nutricional, tecnologias sociais, comercialização e organização social e política da Rede CAU.
Quintal produtivo, Colonia Juliano Moreira, Taquara (RJ). Maio 2016	Experiência agroecológica de produção diversificada e certificada em pequenos espaços pela conformidade orgânica. Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (PDCFMA)	Agricultora Urbana e assessora técnica	Agricultora urbana que atua como assessora técnica na difusão do conhecimento agroecológico e na diversificação da produção em quintais, comercialização em feiras orgânicas e nos processos de organização social e política da Rede CAU.
Quintal produtivo, Colonia Juliano Moreira, Taquara (RJ). Maio 2016.	Experiência agroecológica de produção diversificada e certificada em pequenos espaços pela conformidade orgânica.	Agricultora Urbana de quintais	Agricultora urbana busca diversificar a produção através do aproveitamento dos pequenos espaços. Atua em parceria na produção e na comercialização com outra agricultora urbana e juntas participam da feira agroecológica da Freguesia, coordenada pela Rede CAU.
CRAS Cecília Meirelles, Campo Grande (RJ). Maio 2016.	Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) Cecília Meirelles	¹ Assistente Social ² Jovem beneficiário	1. Atua como fomentadora de processos que integra o trabalho de jovens beneficiários e a agroecologia no meio urbano para promover alimentação saudável e geração de renda. Contribui na formação, articulação, comunicação e organização política da Rede CAU.

			2. Atua como representante da Rede CAU no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Municipal (CONSEA). Compõe o Coletivo de Juventude da Rede CAU, formado para discutir pautas específicas, como a insegurança alimentar entre jovens da periferia.
Roça, Vargem Grande (RJ). Maio 2016	Experiência quilombola	Agricultor urbano e mestre griô	Agricultor do Quilombo Cafundá Astrogilda, pertence a um dos poucos núcleos familiares que permaneceram no interior no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB). Como mestre griô atua na em processos educativos, na valorização da cultura ancestral e na agricultura agroecológica como forma de convivência harmônica entre sociedade e natureza.
Roça, Vargem Grande (RJ). Maio 2016	Experiência de produção de banana certificada pela conformidade orgânica.	Agricultor urbano	Agricultor urbano de roça localizado no interior do PEPB. A produção é focada na banana prata e d'água e vendida em duas feiras agroecológicas e um ponto de comercialização do bairro. Atua em processos vinculados à formação de mercados, comercialização e na organização política e social da Associação dos Moradores de Vargem Grande (AGROVARGEM) e da Rede CAU.
Quintal produtivo, Vargem Grande (RJ). Maio 2016	Experiência de quintal produtivo e organização de mulheres	Agricultora urbana e pesquisadora.	Agricultora urbana possui atuação na área de fitoterápicos, organização da feira da Roça de Vargem Grande, do grupo de mulheres do bairro e no resgate da cozinha e das receitas ancestrais.

A partir da interlocução com os/as sujeitos/as da pesquisa e os trabalhos acadêmicos consultados, como o de Fernandez (2009) que estudou a complexa relação entre a instalação do Parque Estadual da Pedra Branca, comunidades tradicionais residentes e a agricultura realizada dentro dos limites do PEPB, ou ainda Baptista (2014) que fez uma reflexão sobre as redes sociotécnicas no contexto do Profito, da criação da AGROVARGEM, da Rede CAU e da AARJ. Chiffolleau (2015) é também uma referência importante no campo da pesquisa por

apresentar um trabalho que demonstra a importância da agricultura na cidade no Rio de Janeiro para obtenção da segurança alimentar e nutricional. Além das dissertações e teses analisadas, foram importantes os artigos publicados em edições da Revista *Agriculturas* com o tema da agricultura urbana (2004), (2012) e (“Novas Conexões Entre o Rural e o Urbano”, 2011).

Estes caminhos foram dando corpo e sentido ao que vinha sendo gestado na análise. A minha escolha por realizar um estudo sobre a relação da Rede Carioca de Agricultura Urbana e construção da agroecologia na cidade não se deu acaso. Faz parte do contexto vivido durante os anos de graduação em que participei do projeto de extensão Mutirão de Agricultura Ecológica (M.A.E.), vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense e à Pró-Reitoria de Extensão (Proex-UFF). Atuei como estudante/militante nos processos em rede da Articulação de Agroecologia da Região Metropolitana e da Rede CAU. Posteriormente, o estágio extracurricular aconteceu no Programa de Agricultura Urbana da ASPTA-RJ por dois anos, participando da execução do projeto Semeando Agroecologia⁴, fato que permitiu com que eu estivesse mais próxima dos processos urbanos e periurbanos relativos a agricultura. A equipe do Projeto era formada por 2 estagiários, 2 agrônomos e 1 coordenador de projetos.

Em termos de disposição, esta dissertação está organizada em três capítulos aqui listados, uma introdução, considerações finais, referências bibliográficas e os anexos. Os (des) caminhos de uma pesquisa: metodologias possíveis na investigação científica; Agricultura urbana: tecendo redes e confluindo lutas na cidade a partir da agroecologia; A relação sociedade e natureza: como se apresentam estes princípios na Rede Carioca de Agricultura Urbana.

2 OS (DES) CAMINHOS DE UMA PESQUISA: METODOLOGIAS POSSÍVEIS NA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

2.1 A TRAJETÓRIA: ESPAÇO E TEMPO SE CO-FUNDEM...

“O que nos move?” e “quais são nossas questões?” Primeiras indagações e

4 O Projeto Semeando Agroecologia foi lançado em 2011, com o objetivo de ampliar as oportunidades de ocupação econômica e de geração de renda de agricultores familiares periurbanos na região metropolitana do Rio de Janeiro nos municípios de Nova Iguaçu, Queimados, Magé e Rio de Janeiro. Fonte: ASPTA-RJ.

agricultura urbana...

Realizar uma pesquisa, bem como a escolha do objeto da pesquisa, não é uma decisão aleatória, muito menos neutra. Ela parte de uma escolha que abarca dimensões que perpassam pela trajetória de vida da sujeita pesquisadora, suas escolhas teóricas, seu envolvimento afetivo-emocional, sua militância e seu posicionamento político-ideológico. Há uma dimensão importante na pesquisa de atribuição ímpar ao lugar que cada corpo ocupa: do sexo, do toque, do paladar, do cheiro, da fala e do diálogo com os/as outros/as e com o mundo, o sensível é parte essencial em toda e qualquer percepção da realidade e da análise crítica.

A intenção em abordar a agricultura urbana, organizada pela Rede CAU, parte também dos processos históricos e geográficos a que se insere este movimento social no meio urbano. Estes processos, que analiso ao longo da dissertação, constituem um conjunto de atributos que são específicos para a região estudada. E é por este caminho que a análise se concretiza, para assim compreender que a produção do espaço na cidade elucida e faz emergir elementos e interfaces desse movimento, que conduzem a posicionamentos que dão sentido e valor às várias geo-grafias inscritas no espaço urbano, a partir da agricultura na cidade.

A condição de vida é uma dimensão desta análise e ela se dá na trajetória dos/das sujeitos/as da pesquisa e da sujeita pesquisadora. Conforme relata Bourdieu (1998)

A análise crítica dos processos sociais mal analisados e mal dominados que atuam, sem o conhecimento do pesquisador e com sua cumplicidade, na construção dessa espécie de artefato socialmente irrepreensível que é a "história de vida" e, em particular, no privilégio concedido à sucessão longitudinal dos acontecimentos constitutivos da vida considerada como história social no qual eles se realizam não é em si mesma um fim. Ela conduz a construção da noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um "sujeito" cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tao absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metro sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado (BOURDIEU, 2006, p. 189)

A trajetória da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), na análise crítica, é uma das dimensões a ser compreendida na pesquisa. Esta consideração leva em conta a unidade da Rede, a individualidade dos/as sujeitos/as que a compõem e de agentes envolvidos “no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (BOURDIEU, 2006, p. 191). Os atributos requeridos pelos/as diversos sujeitos/as envolvidos/as, de certo modo, se relacionam à compreensão de que existem sucessivos acontecimentos que nos levam a “necessidade tão evidente do desvio pela construção do espaço – quem pensaria em evocar uma viagem sem ter uma ideia da paisagem na qual ela se realiza?” (BOURDIEU, 2006, p. 191).

Neste trabalho, viajaremos por paisagens preteridas e cheias de significados que compõem um emaranhado de tempos e espaços a serem construídos e constituídos de significados e significantes. Mas que paisagem é essa? O que veremos? E que história será contada?

Antes do texto em si – que buscará explicar as imagens e os encontros – far-se-á necessário o enlace de mais um elemento que compõe a experiência do projeto científico. Esse elemento nada mais é do que a sujeita da pesquisa ou seja, quem escreve e pensa, a partir de um corpo situado no tempo e no espaço, cujas sensações mencionei há pouco. Escrever uma dissertação disparada por uma experiência talvez seja uma forma de situar nossas próprias experiências em agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro, talvez tirá-las do campo privado e trazê-las para o campo da política.

Alguns estudiosos, como o sociólogo José de Souza Martins (1993) já emergiram elementos da vida privada e os deslocaram para onde creem ser seu lugar: o campo da política, onde se dão nossos embates e onde também é tecida aquilo que chamamos de vida.

Depois que me tornei sociólogo e professor universitário, pensei em registrar o que havia testemunhado e fazer um pequeno estudo sobre aquela ocorrência. Justamente a sua raridade permite um melhor conhecimento do que é o trabalho e a experiência do trabalho na concepção do próprio trabalhador. Meu intuito é o de produzir um documento para a história das relações de trabalho no Brasil e uma contribuição ao estudo das particularidades da vida cotidiana na fábrica. O acontecimento a que me refiro pode ser metodologicamente examinado como revelador e analisador de certas características do processo de trabalho em crise. Elas não são, em princípio, imediatamente visíveis para o pesquisador acadêmico que não tem acesso direto e espontâneo às minúcias cotidianas da produção. Ou que o investiga e estuda através da observação de terceiros e informantes. Uma competente antropóloga realizou um estudo sobre a mesma fábrica alguns anos depois, utilizando preferente-

mente técnicas sociológicas, mas não teve qualquer notícia dos acontecimentos a que me refiro (Macedo, 1979). Isso provavelmente se deveu ao fato de que os próprios operários assimilaram a ocorrência como irrelevante e meramente acidental. Mas se deveu também ao fato de que na sua relação com a fábrica, enquanto objeto de estudo, os cientistas sociais pressupõem, equivocadamente, que a racionalidade da grande indústria não comporta a ocorrência de fenômenos irracionais, prevalentemente dominados pelo imaginário. A mera coincidência de que eu tenha testemunhado os fatos e tenha, depois, me tornado sociólogo constitui, pois, um acidente útil que pode ser encarado como elaboração “a posteriori” de uma situação de observação participante. A sociologia pode legitimamente valer-se de uma orientação como essa para recuperar informações e dados que com mais facilidade, nessa perspectiva metodológica, são usualmente colhidos na investigação antropológica (MARTINS, 1993, p. 1–2)

Tal episódio se nutre de um tipo de análise que tem como ponto de partida a experiência dos próprios trabalhadores da fábrica, que sentiam as transformações do trabalho no ato de suas obrigações cotidianas, mas também a coincidência do autor de ter sido ele próprio um trabalhador da fábrica em uma posição de quase invisibilidade, o que o permitiu estar a par de todos os acontecimentos da época e, assim, ter analisado o fato na condição de legítimo observador participante. Essa opção metodológica entrelaça duas dimensões apartadas da pesquisa científica convencional, que são o sujeito e o objeto da pesquisa.

O autor acima conta uma história de longos anos e busca na memória fatos que somente um empregado com o pequeno grau de importância poderia ser testemunha.

A experiência com Rede CAU, da qual me coloco como sujeita nos anos em que estive presente neste movimento, se dá em outro contexto, mas permite nos colocar dentro de uma condição de observadora dos fatos que circunscrevem a Rede CAU. Isso porque a Rede Carioca de Agricultura Urbana é um movimento social que reúne além de agricultores e agricultores outros seguimentos e participações. Construir espaços de articulação política era um dos principais papéis atribuídos aos “não” agricultores/as da Rede CAU, porém, estas construções dependiam da interlocução entre a diversidade de sujeitos que compunham a Rede CAU. As tarefas eram organizadas em no coletivo, em reuniões presenciais, pela assessoria técnica ou grupo do correio eletrônico, sempre tendo a experiência como principal ponto de partida.

O Rio de Janeiro hodierno não é mais aquele distante e nem está sendo observado pelas imagens predominantes, que fazem a cidade mais homogênea possível. Propostas de Agricultura Urbana e de cidade se entrelaçam em idas e vindas, do centro ao subúrbio, nas horas

intermináveis de trânsito, mas também das histórias inaudíveis e invisíveis dos/as sujeitos/as agricultores/as da cidade e que parecem questionar, a cada semente plantada, a cada cimento quebrado, a homogeneização dos espaços da cidade a qual está submetida o Rio de Janeiro. A clarevidência toma o conhecimento do mundo exterior, a experiência penetra o corpo, a alma e alcança a mente.

Explicar o fenômeno da agricultura na cidade a partir de da Rede Carioca de Agricultura Urbana deveria perpassar então pela problemática da produção do espaço urbano, o que daria condição de se pensar na questão histórica e processual do avanço da urbanização, nos levando a considerar a urbanização como um processo inacabado (LEFEBVRE, 2006a) portanto, passível de ser realizado por sujeitos/as não hegemônicos.

Buscamos literaturas sobre o tema, idas e vindas de páginas escritas para pensar e reescrever o que fazia sentido. Entre a busca da experiência pessoal e a ideia de afastamento pelo qual entra em conflito todo/a pesquisador/a, surgiram os caminhos metodológicos da agroecologia. Forjar esta trajetória pela escolha do método deveria ter sido um desenvolvimento natural, afinal entre os anos de 2011 e 2013 vivenciei o estágio extra curricular na ASPTA-RJ, no Programa de Agricultura Urbana cuja referência em desenvolvimento de metodologias para a agroecologia resguarda grande importância.

Aproveitar da minha experiência privada para tornar esta dissertação possível, tal como um dia fez José de Souza Martins (1999), descortinou desafios incansáveis: ora retornando às bibliografias que tornavam possível a intuição primária; ora buscando fotografias, vídeos e relatórios que pudessem reconstruir uma história que também era minha; em outros momentos tentando entender como toda aquela experiência me colocaria na condição de observadora participante. Isso porquê, nesta intermitente vida, aconteceu que quando concretizei o desejo em realizar uma análise crítica sobre a agricultura na cidade do Rio de Janeiro, ingressando no mestrado, paralelamente se deu também meu distanciamento geográfico da cidade do Rio de Janeiro, outrora minha residência fixa e lugar onde encontrei as roças e quintais urbanos e suas simbologias contidas no saber-fazer de cada indivíduo que compunha o emaranhado de nós da Rede CAU.

Da distante Recife, para onde me mudei, ressurgia a ideia da experiência e de como, geograficamente falando, daria sentido à ela. Dessa maneira, talvez caiba perguntar quais sen-

tidos etimológicos abarca esta palavra: experiência. A raiz latina *experiri* “remete à ideia de provar, de experimentar, mas também, contém o sentido de viagem, percurso, travessia, passagem e perigo” (CRUZ, 2011, p. 20).

Essas significações soam como encontros, percursos, travessias e trajetos nesta viagem pela agricultura urbana e pela agroecologia na cidade do Rio de Janeiro. São intermitências de tempo e espaço que se fundem em um presente momento. Este é o tempo de uma experiência única: a relação da sujeita da pesquisa com os/as sujeitos/as pesquisados/as.

Nasci numa cidade chamada Paraty⁵. Naquela época a cidade era pequena, havia cerca de 25 mil habitantes e mais da metade deles viviam entre a serra e o mar, nas zonas rurais e costeiras, pescando ou plantando entre os ciclos da caça e o pousio da terra. As festas eram momentos ímpares, por onde andava a cavalaria do Divino Espírito Santo. Pelas ruas embandeiradas de vermelho e branco, às vezes tomadas pelas marés altas que obstruíam a passagem dos turistas.

A zona rural da cidade, os festejos caiçara e a herança guardada por minha avó que cultivava uma horta no quintal da casa em que vivíamos na cidade eram elementos simbólicos e materiais que estavam presentes no cotidiano. A cidade da cultura caiçara⁶ se transporta, junto com a sujeita da pesquisa, para a cidade grande e urbana.

Estes elementos não podem ser furtados da construção da pesquisa, pois constituem infinitas formas de geração de saberes. No processo da pesquisa participante, no que diz respeito a totalidade da realidade social, deve-se nunca perder de vista as múltiplas interações, principalmente aquelas do tipo “*sujeito-sujeito*”. Neste sentido, “é através do exercício de uma pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 54).

A trajetória é componente essencial no decurso da pesquisa e na escolha metodológica

5 Paraty está localizada litoral sul fluminense, a uma distância de 270 km do Rio de Janeiro e 300km de São Paulo, do lado norte faz divisa com o município de Angra dos Reis e ao sul encontra-se a divisão política administrativa com o estado de São Paulo pelo município de Ubatuba e à oeste com a cidade de Cunha (SP). Essa região é conhecida como Serra do Mar e Costa Verde.

6 As populações caiçaras é fruto da miscigenação negra, indígena e portuguesa, são agricultores/as que cultivam principalmente mandioca e banana e plantas para subsistência, é estreita a relação com a Mata Atlântica e com o mar, nicho importante para sua reprodução social. A cultura caiçara predomina do litoral do PR ao RJ. Ver mais em Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil (1999) e O Mito Moderno da Natureza Intocada (2001), ambos do pesquisador Antônio Carlos Diegues.

que é também epistemológica. A pequena biografia, contada em algumas linhas é o que traz sentido ao texto. Alguns autores da Geografia e das Ciências Sociais, que optam por uma pesquisa descolonial e libertária, marcam em suas produções a trajetória de vida no sentido emocional.

Em em tese de doutorado, Cruz (2011) traz como referência o pensador, Raymond Williams, de origem social pobre, que teve oportunidade de estudar em Cambridge e se transformar em um importante intelectual. No entanto, sua trajetória de vida esteve, por longo tempo, apartada do seu prestígio intelectual, algo que o incomodava plenamente. O pensador encontrou uma maneira de reconectar-se à sua classe elaborando um curso de formação universitária para trabalhadores. Dessa forma, conclui Cruz,

“o valor de um conhecimento mais avançado e a privação contínua desse benefício para sua classe de origem ou afiliação, ou seja, essa experiência foi a forma que ele encontrou de reconectar a sua trajetória de intelectual com a sua classe, de poder compartilhar de algum modo aquilo que era fruto de uma trajetória individual, mas plasmado por um caldo de cultura e uma inteligência forjada coletivamente” (CRUZ, 2011, p. 18).

Embora estejamos em outro contexto, a experiência acima nos ajuda a pensar em como a trajetória de vida se funde com o itinerário da pesquisa e constroem conhecimentos baseado nas horizontalidades das relações. As redes e as experiências, privadas e coletivas, em agricultura urbana foram tornando possível a visão transgressora do espaço. Aquilo que estava obscuro no espaço urbano foi sendo descortinado. O entendimento de que o espaço da cidade é o espaço de todos os objetos, de todas as pessoas, das organizações e da realização do mundo concreto e simbólico vai ganhando eco no contexto da agricultura que se realiza no meio urbano. A compreensão de que o espaço é produzido por agentes hegemônicos e não hegemônicos se torna mais clara.

De acordo com Milton Santos “a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares” (SANTOS, 2014, p. 218), onde tudo pode prosperar e subsistir, desde os objetos, as técnicas e as formas de organização social.

Na cidade em que os espaços são inundados de informação e comunicação, a difusão da modernidade e os recursos concentram-se em alguns lugares. Nos locais mais pobres e pe-

riféricos do espaço banal da cidade observamos outro fenômeno territorial, que se dá no contexto comunitário da agricultura e das formas solidárias.

Em 2011, ano que ingressei como estagiária na ASPTA-RJ⁷, no Programa de Agricultura Urbana, tivemos uma reunião na Praia da Brisa, bairro situado na zona Oeste do Rio de Janeiro, banhado pela baía de Sepetiba. Acompanhava a visita de um grupo vindo de Santa Catarina, que protagonizava a experiência em compostagem urbana chamada Revolução dos Baldinhos.

A Praia da Brisa era referência importante para o trabalho do Programa de Agricultura Urbana, já que, neste lugar haviam experiências em quintais e hortas comunitárias. Uma dessas era o quintal agroflorestal de Dona Leda⁸ (Figura 1), uma mulher de meia idade, agricultora urbana, que cultivava uma diversidade de plantas no seu quintal, além de ser uma liderança comunitária em seu bairro.

A troca de experiência se deu entre os moradores do bairro, os visitantes catarinenses e a equipe da AS-PTA. Houve uma roda de conversa e uma prática na horta comunitária do bairro. Na época, Dona Leda relatou que seu maior problema era o abastecimento de água para regar as plantas. Mesmo com essa dificuldade saltou aos olhos a diversidade de espécies no quintal de 360 m² e quase sem nenhum piso cimentado. A restrição do espaço não foi limitante para que Dona Leda cultivasse um canteiro de plantas medicinais, alimentícias e frutíferas, além das ornamentais.

7 O estágio na ASPTA-RJ ocorreu no período de 2011-2013 pelo projeto Semeando Agroecologia apoiado pela Petrobras Ambiental. Este projeto permitiu que o Programa de Agricultura Urbana, com atuação por mais de 10 anos na cidade do Rio de Janeiro, ampliasse sua área de atuação para os municípios de Nova Iguaçu, Queimados e Magé. O projeto beneficiou diretamente 650 agricultores e agricultoras provenientes de comunidades situadas nos quatro municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, além de fortalecer os processos em Rede em todo estado, através da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro.

8 Leda das Graças Monteiro nasceu no Espírito Santo. No Rio de Janeiro já morou nos bairros de Vila Isabel e Brás de Pina e está há mais de 24 anos na Praia da Brisa, em Sepetiba, onde mora com o marido. Após o curso para formação de líderes da Pastoral da Paróquia São Pedro Apóstolo, em Pedra de Guaratiba, ela se tornou uma líder e seu trabalho se destaca na Pastoral da Criança, onde desenvolve e estimula as hortas caseiras e comunitárias. Fonte: “A Biodiversidade de Dona Leda” – ASPTA-RJ.

Figura 1 - Quintal agroflorestal da Dona Leda, no bairro da Praia da Brisa, baía de Sepetiba, 2013



Fonte: Acervo próprio

Após a visita ao quintal de Dona Leda, um grupo, mobilizado pela agricultora, se reuniu para retomar a horta comunitária do bairro e realizar uma oficina de compostagem com agricultores/as urbanos/as de Santa Cantarina que faziam visita pelas experiências do Rio de Janeiro, cuja ligação com a ASPTA-RJ os fez estar naquele local. Dona Leda no seu agir coletivo, nos convoca a pensar que outros sentidos podemos dar aos espaços da cidade, mesmo que este agir – para alguns – soe como uma ilusão repleta de ambiguidades e incertezas frente ao espaço urbano, onde “por trás da aparência, e sob a transparência, empreendimentos são tramados, potências ocultas atuam” (LEFEBVRE, 2008) podem ameaçar as experiências coletivas, tais como a agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, os desafios colocados para a agricultura na cidade e para a produção dos espaços urbano são também de ordem

teórica, metodológica e tecnológica. O enfoque Agroecológico deve dar conta dessas especificidades, apreender as dinâmicas existentes e a relação da

agricultura com outras questões importantes do meio urbano, identificar as limitações técnicas e organizativas e potencializar as iniciativas em curso, valorizando a diversidade. Estratégias uniformizadoras restringem as capacidades criativas das populações socialmente marginalizadas nas cidades. (MONTEIRO; MENDONÇA, 2004)

Os elementos elencados estão alinhados às construções metodológicas do movimento agroecológico e podem apontar para o cultivo de outras possibilidades de espaços, os quais perpassam por entendimentos metodológicos e conceituais profundos e divergentes. Estes espaços já existem, o quintal e a horta comunitária são exemplos de criação destes espaços.

É preciso ir além dos espaços isotópicos modelados pelos setores hegemônicos, tal como o Estado, que no seu lugar de legislador e executor racionaliza porções do espaço, subordinando-as a seus interesses – que muitas das vezes não coincidem com os da população. É o caso das inúmeras obras na cidade do Rio de Janeiro, desde os tempos da Reforma Pereira Passos⁹ quando em nome da limpeza e da ordem foram removidos bairros e comunidades inteiras da região do centro sem dar opção a essas populações de reconstruírem ou opinarem sobre o destino de suas vidas. Um século depois, o mesmo discurso é reivindicado na cidade do Rio de Janeiro: a cidade olímpica, as reformas portuárias e os corredores de circulação dos transportes coletivos inconclusos são símbolos da homogeneização dos espaços e das experiências cotidianas.

Por outro lado, outras forças atuam para que a prática da agricultura agroecológica na cidade seja uma das realidades urbanas possíveis. Assim, nessa trajetória fascinante as redes são a força motriz que dá sentido e movimento no percurso da agricultura na cidade. Lefebvre (2008) argumenta que “para compreender as leis dos objetos e dos signos da realidade urbana, é preciso acrescentar conceitos específicos, tais como a rede” (LEFEBVRE, 2008). Neste eixo espaço-temporal a rede é alimentada pelas experiências forjadas no cotidiano, muitas das vezes dos aprendizados provenientes das práticas concretizadas no meio urbano, aliás, um urbano que, por sua vez, é também a acumulação de redes, constituídas em função do território (LEFEBVRE, 2008) e de outros agentes.

⁹Pereira Passos foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX e neste período deu à cidade colonial ares de cidade parisiense, moderna. A limpeza urbana aconteceu no centro da cidade e milhares de moradores pobres que viviam em cortiços foram removidos para os subúrbios e periferias da cidade. À época o discurso mobilizador de tamanha barbárie foi a necessidade de obras estruturais, tal como saneamento, urbanização e embelezamento da cidade para conter os inúmeros casos de doença que acometiam a população pobre do centro da cidade.

Dessa maneira, seria coerente afirmar que a Rede CAU, antes de constituir a forma e identidade que hoje conhecemos, já era uma rede alimentada pelas experiências dos/as agricultores/as urbanos/as, dos/as assessores/as técnicos/as, dos/a estudantes e por todos/as que de algum modo giraram esta engrenagem que possibilitou conceber este espaço simbólico e material. Tais experiências vêm de vários lugares, como não mencionar a Rede Fitovida¹⁰, que na região metropolitana do Rio de Janeiro cultiva hortas para produção de fitoterápicos (Figura 2), disseminando a boa alimentação e o uso de plantas medicinais entre a população mais carente? Certamente a Rede CAU é uma rede *irmã* que em alguns momentos se aproxima, em outros guia-se por seus próprios caminhos para fazer desbrochar na cidade u-topias, contrariando aqueles designam a atividade da agricultura como algo inimaginável no espaço urbano.

Figura 2 - Mapa Cultural da Rede Fitovida Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Fonte: Rede Fitovida

¹⁰A Rede Fitovida surgiu de um grupo de mulheres que já se organizava em torno das pastorais da igreja desde a década de 80-90. Ver mais em (RODRIGUES, 2007).

A mobilização desse conhecimento na cidade pelas experiências não estão aqui explicitadas em sua totalidade e, talvez nunca estarão diante da heterogeneidade do movimento. Porém, há que se mencionar outra rede *irmã* da Rede Carioca de Agricultura Urbana, que é a Articulação de Agroecologia da Região Metropolitana (AARM)¹¹ do Rio de Janeiro da qual participei e que na experiência privada povoou de significados as minhas construções subjetivas acerca da Agroecologia.

Nessa acepção de significados, nos muitos espaços e tempos estas duas redes se interconectaram para tecer diálogos e realizar proposições acerca da agricultura no contexto urbano.

Decerto que nunca houve uma proposta mais enfática sobre a reconstrução da cidade política nos termos da agroecologia. Contudo, isso não é limitante para o território metropolitano porque as redes puderam se articular em espaços comuns e dali realizar reflexões correspondentes àquela realidade.

A observação dessa convergência de tempos e espaços foi desencadeada por diversos processos vivenciados no interior do movimento, um deles é a Caravana Agroecológica do Rio de Janeiro¹², a qual participei na condição de organizadora. Naquele momento também participamos de algumas Caravanas pilotos, como a Caravana Agroecológica e Cultural da Zona da Mata Mineira: rumo ao 3º ENA, que reuniu participantes de todo Brasil para esta experimentação metodológica em que o conceito de “território” era essencial.

O recurso ao conceito de “território” é central nessa proposta metodológica. Para prevenirmos o risco de ambiguidade frente à multiplicidade de definições acadêmicas e normativas, o território é aqui compreendido como um espaço físico, sociocultural e econômico, em disputa por projetos de desenvolvimento opostos (ANA, 2013).

O território metropolitano, como consta na Figura 3, foi então revisitado em um tipo

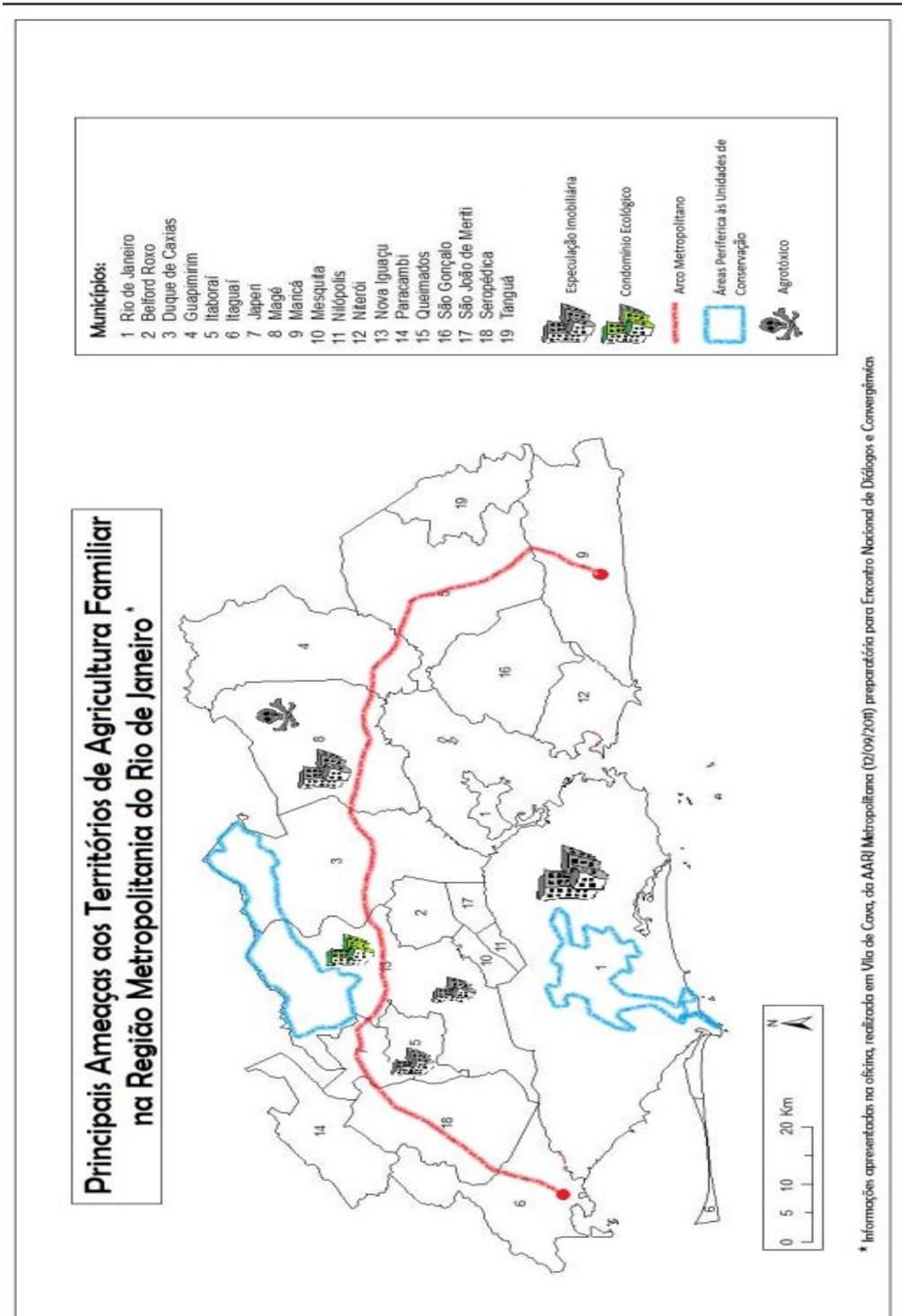
11 A Articulação de Agroecologia da Região Metropolitana (AARM) é uma sub divisão dentre da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ).

12 As Caravanas Agroecológicas e Culturais foram parte do processo de preparação para o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado em Juazeiro, na Bahia, em 2014. As caravanas tiveram por objetivo estimular dinâmicas capilarizadas de mobilização social, visando um mergulho em distintas realidades nas quais a agroecologia e o agronegócio disputam espaço físico, político e ideológico.

novo de metodologia, apresentada pelo movimento agroecológico nacional com a finalidade de evidenciar a Agroecologia no meio urbano e aprofundar o debate sobre quem são e como agem os agentes hegemônicos (Figura 4) que ameaçam as experiências agroecológicas. Tivemos que adaptar para o meio urbano as questões colocadas pela Articulação Nacional de Agroecologia que evidenciava problemáticas relacionadas aos conflitos agrários do campo brasileiro. Dessa maneira,

A Caravana realizada no Rio de Janeiro buscou evidenciar, a partir das rotas propostas, os intensos conflitos socioambientais que incidem sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro e que representam ameaças diretas a agroecologia e a vida camponesa. Especificamente se tratando da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, priorizou-se o reconhecimento das resistências e lutas em curso diante da implantação de megaempreendimentos siderúrgicos, mega eventos esportivos (Copa do Mundo e Olimpíadas), construção civil (empreiteiras), imobiliários, entre outros projetos que ameaçam a agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária, criminalizam os agricultores que coexistem nas Unidades de Conservação e impossibilitam a agricultura urbana, invisibilizada pelas políticas de ordenamento territorial em curso no estado. (AARJ, 2014, p. 2)

Figura 4 - Mapa das Ameaças no território metropolitano. 2013.



Fonte: Elaborado por AARM

Não queremos aqui esgotar este assunto, que será retomado em outro momento deste texto, embora este sobrevoo talvez sirva de prova para experimentarmos a cidade a partir de experiências totalizantes, envolventes e preenchedoras de simbologias, resistências e práticas que permitam irromper com a homogenização das experiências cotidianas de quem vive na cidade também para descortinar a especulação ideológica que destitui da cidade a natureza e lhe aplica morfologias puramente manejáveis por ações projetadas pelo e para os setores dominantes e ainda reviver as invisíveis paisagens rurais e toda a sua complexidade no que diz respeito a conformação do espaço urbano na re-existência que transita entre os limites deste percurso e o desconhecido que está por vir.

Nesse movimento o espaço e o tempo são artifícios em que os/as sujeitos/as forjam as novas práxis para o espaço urbano. Entre o limite e o limiar revela-se o continuum...

2.2 ENTENDENDO A REDE CAU: UM OLHAR METODOLÓGICO

Figura 5 - Coletivo da Rede Carioca de Agricultura Urbana na Feira Agroecológica da Freguesia, 2014.



Fonte: Acervo Rede CAU

Des-locar o olhar é um desafio cultural e também um desafio descolonial. Por este motivo, alguns pesquisadores/as do campo das Ciências Sociais e da Educação travam este embate metodológico, epistemológico e político em suas investigações acerca dos problemas com os quais nos defrontamos enquanto pesquisadores/as e educadores/as. Tal como Freire (1977), (1983a), (1983b); Borda (1983); Cendales; Torres; Torres (2006); Brandão (1983), (2006), (2007); Cusicanqui (2010); este problema se dá, sobretudo, no choque com a realidade, seja no contexto rural ou no urbano, portanto desvendar a realidade concreta é no que consiste nossa ética na pesquisa.

O contexto latino americano, no qual estes/as autores/as realizaram seus trabalhos, tem

ajudado a situar geográfica e historicamente esse problema, haja vista que a realidade concreta não se limita a dados da área ou região estudada, mas da compreensão mais ampla dos fatos somados e “a percepção de que deles esteja tendo a população neles envolvidas” (FREIRE, 1983b), desse modo, se me preocupa a construção da Agroecologia no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, importa localizar: 1) em que contexto essa cidade se encontra para compreender como ela se desenvolve no tempo e no espaço; 2) de que maneira os/as sujeitos/as da Rede CAU percebem esta produção do espaço em suas vidas e na agricultura.

Transitar por estes aspectos teóricos e metodológicos denota uma opção política aguçada, talvez, por uma nova sensibilidade epistemológica que define e redefine esta caminhada entre o empírico e teórico, entre o sensível e o concreto no qual se revelam movimentos cíclicos pouco demarcados por fronteiras fixas. Tal como aponta Freire (1983),

se a minha opção é a libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa. Simplesmente não posso conhecer a realidade de que participam a não ser eles como sujeitos também deste conhecimento anterior (o que se dá ao nível de sua experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento. Se me interessa conhecer os modos de pensar e os níveis de percepção do real dos grupos populares estes grupos não podem ser meras incidências de meu estudo. Dizer que a participação direta, a ingerência dos grupos populares no processo da pesquisa altera a “pureza” dos resultados implica na defesa da redução daqueles grupos a puros objetos da ação pesquisadora de que, em consequência, os únicos sujeitos soa os pesquisadores profissionais (FREIRE, 1983b).

Esta perspectiva libertadora, a qual me insiro, reforça a agroecologia como agente de uma transgressão teórico-metodológica na construção de outras práticas científicas e educadoras. As sinalizações do campo agroecológico advêm da compreensão de que a agroecologia é um movimento político, e, portanto, a ciência produzida no interior desse movimento deve insistir em assumir esse mesmo caráter. Neste campo, sinalizamos o trabalho de Pereira (2016) no contexto do I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia¹³, em que demonstra o potencial da agroecologia nos processos de ensino-aprendizagem dos estudantes de graduação em Geografia:

13 O I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (I SNEA) aconteceu em Recife (PE) no ano de 2013, organizado pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Em 2016 aconteceu na UFRuralRJ, em Seropédica o II SNEA, também organizado pela ABA.

Ao conhecer experiências invisibilizadas pelo modelo dominante, passa a reconhecer o seu valor e potencial e pedagogicamente oportuniza conhecimentos não usuais no dia a dia acadêmico, levando a refletir sobre as trocas com agricultores, organizações e movimentos sociais nos diferentes contextos ecossistêmicos e territoriais numa perspectiva holística, reconhecendo a totalidade das relações. O contato com a realidade e o diálogo de saberes possibilita vivenciar a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Permite quebrar o paradigma convencional e ir construindo as bases para outra visão de mundo. O despertar da sensibilidade na interação com as pessoas e com a natureza permite alcançar um significado especial, toca na vida, no sagrado, na percepção da importância de se construir a sustentabilidade na interação com a natureza. (PEREIRA, 2016)

A agroecologia na formação universitária, nas escolas de Educação do Campo e, em menos ocorrência nas escolas da Rede Pública¹⁴ tem contribuído na construção de outros paradigmas para a ciência e para as relações sociedade e natureza. Sobretudo na crítica¹⁵ do movimento agroecológico ao modelo da Revolução Verde, implementado no campo brasileiro na década de 1960 e que foi responsável pela transfiguração do campo em amplo sentido, porque além da introdução de insumos químicos, como agrotóxicos e fertilizantes, aprofundou-se a concentração de terras, o desmatamento dos biomas brasileiros e o que Freire (1983a) chamou de invasão cultural.

Tal termo, cunhado pelo educador, materializou-se através de ações antidialógicas, principalmente no contexto da extensão rural convencional. Os agrônomos que optaram por essa forma de agir autoritária foram responsáveis por irromper os espaço de vida dos/as camponeses/as reduzindo ou até mesmo descartando suas formas de conhecimento. Nos termos da invasão cultural isto significa, por um lado “a conquista, a manipulação e o messianismo de quem invade” (FREIRE, 1983a, p. 42). Por outro, levou camponeses/as a modificarem seu modo de vida, visto que muitos se viram obrigados a deixarem o campo e migrarem para a cidade devido à perda de terras, endividamento ou mesmo inadaptação aos novos modelos impostos pela extensão rural.

14 A Rede CAU tem realizado algumas atividades com escolas estaduais da Rede Pública de Ensino que acesso o PNAE via agricultores/as do Maciço da Pedra Branca. As atividades desenvolvidas vão desde hortas, palestras e visitas dos/as agricultores/as nas escolas como das estudantes e professoras nas áreas dos agricultores/as.

15 Ver mais sobre a emergência do movimento agroecológico no Brasil em Bensadon (2016). Tese de Mestrado.

De acordo com Freire (1983), preferimos chamar este fazer científico de um ato de comunicação à medida em que dialogamos com os caminhos metodológicos dos movimentos sociais que lutam pela agroecologia, no campo e na cidade. Esse fazer dialógico não se dá com cada indivíduo da Rede CAU, não se trata de ir a cada um perguntar como deveríamos prosseguir na pesquisa. A observação que faço acerca dos aspectos metodológicos prospera na construção coletiva dos movimentos. Além disso, reforço o que disse anteriormente, de que este é também um desafio descolonial que deriva da identificação da existência de uma tendência a copiar teses e imitar autores de países dominantes sem levar em conta o meio cultural (BORDA, 1983) que não realiza.

A metodologia de trabalho e o trabalho de campo

No quadro 2 abaixo agrupamos experiências e ações levantadas durante o trabalho de campo em maio de 2016¹⁶:

Quadro 2 - Experiências da Rede Carioca de Agricultura Urbana. Fonte: dados da autora.

Localização por Subprefeituras	Experiências da Rede Carioca de Agricultura Urbana	Sujeitos coletivos
Zona oeste (Maciço da Pedra Branca)	<p>Quintais agroecológicos; Associação de Moradores de Vargem Grande; Vila Autódromo - "Rio sem remoções"</p> <p>Quilombo Cafundá Astrogilda</p> <p>Quilombo do Camorim</p> <p>Feira Orgânica e Agroecológica de Campo Grande</p> <p>Feira Orgânica e Agroecológica da Freguesia</p> <p>Feira Orgânica e Agroecológica de Vargem Grande</p>	<p>Agricultores de quintais; Agricultura familiar de base camponesa; comunidades tradicionais quilombolas.</p> <p>Agricultores urbanos e periurbanos; consumidores</p> <p>Grupo de Consumidores</p>

16 Esta tabela não é relativa às entrevistas realizadas durante o trabalho de campo. As entrevistas listadas estão na introdução deste trabalho.

	CRAS Cecília Meirelles; Fiocruz Mata Atlântica; Fundação Xuxa; Mulheres de Pedra Rede Ecológica	
Zona Norte	Hortas comunitárias; horta floresta do Verdejar Feira Orgânica e Agroecológica de Olaria; Centro de Educação Multicultural (CEM)	Agricultores, estudantes, ativistas; consumidores
Zona Sul e Centro	ONGs Aspta; Pacs	Assessoria técnica
Ilha do Governador	Feira Orgânica e Agroecológica da UFRJ – campus Fundão	Grupos de agroecologia; estudantes; professores; agricultores familiares
Vínculos e Convergências no âmbito nacional e regional	Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA); Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro(AARJ); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU) Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (estadual e municipal)	Movimentos sociais;
Instituições de Ensino Superior	UFRJ; UFF; UFRRJ	Grupos de agroecologia; estudantes e professores

A metodologia utilizada nesse trabalho não é em nada reveladora, mas um tanto reflexiva. Caminhei por lugares, às vezes erráticos e, por vezes tomei atalhos desnecessários. Retornei aos devaneios epistemológicos para depois desviar e, por vezes, parecia que o movimento tomava forma cíclica, ora indo, ora vindo. Mas o fato é que isto não significou decep-

ções ou contratempos. Os desvios e os erros converteram-se em aprendizados indispensáveis. Pelas dificuldades da realização que envolvem uma pesquisa distante do “objeto” empírico tivemos que lidar com tempos bem definidos, condições materiais específicas e disponibilidades. Decerto que o distanciamento geográfico dos/as sujeitos/as da pesquisa consistiu em um desafio que implicou algumas mudanças ao longo do percurso.

Optamos por realizar o trabalho de campo no 3º semestre do mestrado. Em um primeiro momento construímos um roteiro que continha as seguintes preocupações: (i) trabalho de campo como um instrumento de pesquisa; (ii) objetivo da pesquisa de campo; (iii) roteiro; (iv) método; (v) materiais necessários; (vi) cronograma. Como o período do trabalho de campo era curto, de apenas um mês, priorizou-se a agenda da Rede CAU que no percurso sofreu algumas mudanças. As entrevistas tiveram que ser reorganizadas para que fosse possível coletar os dados. Além deste trabalho de campo de um mês, existiram outros dois momentos de interação com a Rede CAU, como pode ser visto no quadro 3.

Quadro 3 - Cronograma da Investigação Empírica. Fonte: dados da autora.

Período	Atividade	Interlocações	Reflexões
Jan/2016	2ª Reunião do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca. Câmara Técnica Agroecologia e Comunidades Tradicionais	17 pessoas: Gestão do PEPB (Inea); AGROVARGEM; Amavag; Cogem/Rio Rural; Defensores do Planeta (Ong); Ecomuseu do Sertão Carioca e Ecomuseu Kaá-Atlântica; Neats/UFRRJ; Puc-Rio; Quilombo Cafundá Astrogilda; Quilombo Camorim; Rede Carioca de Agricultura Urbana; UFF/PPGSD; UERJ.	Conhecer na prática a organização de um conselho consultivo ligado à UC; a luta pelo reconhecimento da agricultura histórica no local; Agroecologia como única forma viável de produção e convívio harmônico com a natureza
Maio/2016	Entrevistas	Agricultores/as urbanos/as; ONGs; Instituições de Pesquisa; Sindicato Rural; Instituições Públicas.	Levantamento teórico e metodológico; aprofundamento dos processos empíricos e dos dados secundários.
	Reunião do Grupo de	Rede CAU, nas representações Sindicato Rural, ASPTA-RJ, Fiocruz Mata Atlântica, CEM;	Desafio da auto gestão das feiras aponta para questões

	Trabalho Mercados	Agricultor da Serra do Mendanha; CRAS Cecília Meireles	internas de organizacionais e externas relativa as políticas públicas; Forjam-se novas concepções de mercados disto surge a necessidade de aprofundar teoricamente sobre demandas de mercado para os orgânicos e por conseguinte o planejamento da produção.
Fev/2017	1ª Reunião de Planejamento da REDE CAU	37 pessoas. 2 representante do Permario (anfitriões da reunião) 1 representante do CEM; 1 representante do Verdejar; 1 representante do CONSEA municipal; 2 representantes da Fundação Xuxa Meneghel; 5 representantes da ONG ASPTA-RJ; 3 agricultoras da Colônia Juliano Moreira; 2 representantes da Fiocruz Mata Atlântica; 2 agricultoras de Campo Grande e da Pastoral da Criança; 1 assistente social; 1 militante do GT Mulheres da AARJ; 5 estudantes de pós-graduação; 2 representantes da ONG PACS; 1 agricultor do quilombo Cafundá Astrogilda; 1 professora da UFRuralRJ; 2 agricultoras da Coletiva Hortelã; 2 agricultores de Vargem Grande; 1 representante da ONG Defensores do Planeta; 1 agricultor da ALCRI; 1 estudante da UFF; 1 representante do CRAS Cecília Meireles.	A análise de conjuntura do país foi o ponto de partida para alavancar as discussões em torno dos problemas que afetam a agricultura urbana na cidade. A organicidade da Rede CAU foi revisitada nas discussões. Algumas tensões apareceram tal, como a questão da representatividade da Rede. A metodologia da atividade foi prejudicada e os objetivos não foram efetivados devido a extensa apresentação dos/as participantes que expressaram a necessidade da fala como partilha ao grupo.

No diálogo com a pesquisa participante emergiam indagações: como me portar diante dos ambientes que já conhecia, como me surpreender com histórias muitas vezes ouvidas e que agora teriam que ser transformadas em algo científico? Ou ainda, que tipo de questões ainda não tinham sido levantadas a respeito da agricultura urbana? A formação em Geografia ganhou eco quando busquei entender o fenômeno da agricultura na cidade a partir das transformações espaciais das quais falava Henri Lefebvre.

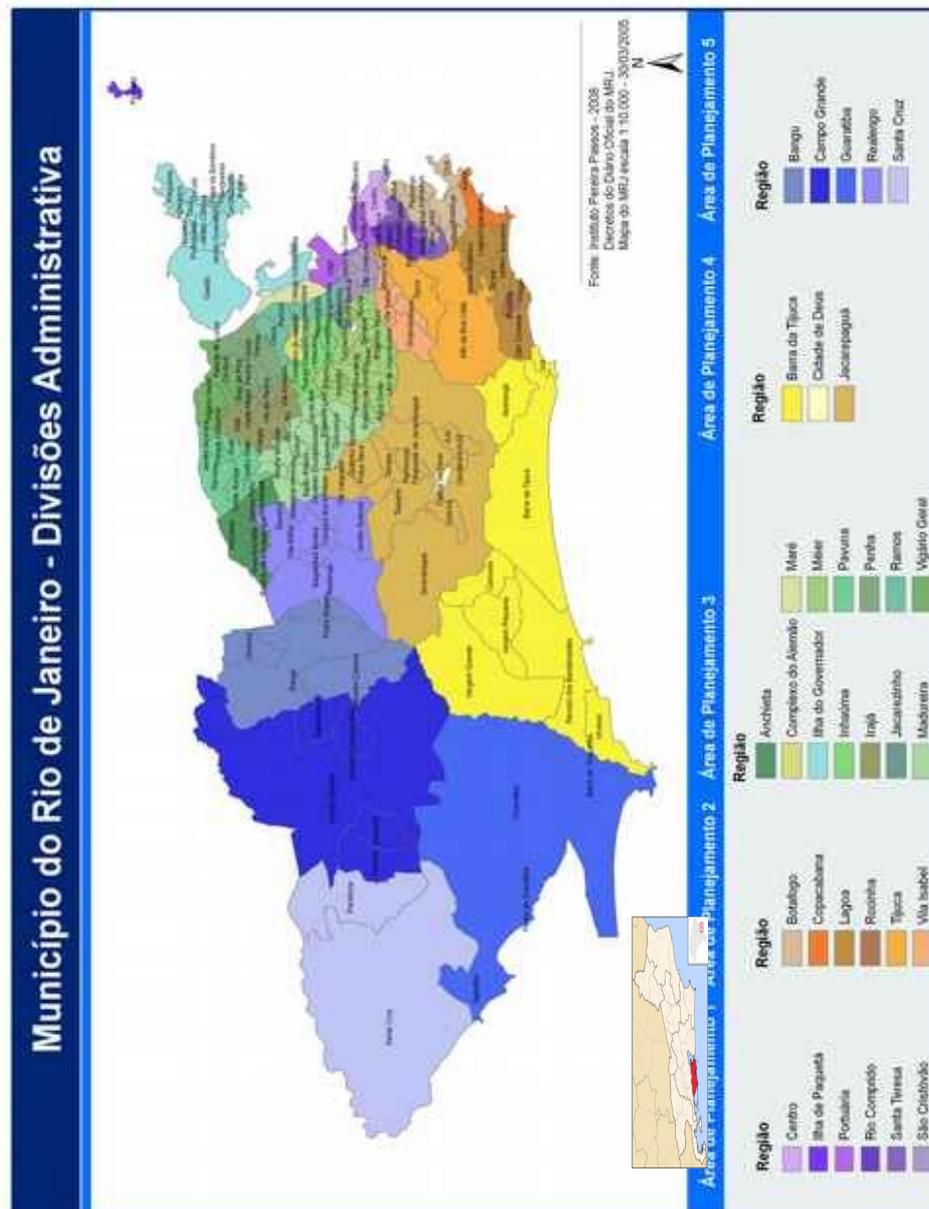
De acordo com Brandão (2007):

o trabalho de campo é uma vivência, ou seja, mais do que um puro ato científico, como talvez pudesse ser um trabalho de laboratório, no caso de um psicólogo experimental, ou a pesquisa de gabinete de um economista. O trabalho de campo, a pesquisa antropológica, para mim, é uma vivência, ou seja, é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que diferentes categorias de pessoas fazem, realizam, por exemplo, antropólogo, educador e pessoas moradoras de uma comunidade rural, lavradores, mulheres de lavradores, pequenos artesãos, professoras das escolas e assim por diante. Por outro lado, a experiência de trabalho de campo tem uma dimensão muito intensa de subjetividade. Ou seja, ainda que o antropólogo possa se armar de toda uma intenção de objetividade, de obtenção, de produção de dados e informações, os mais objetivos, os mais reais (não sei se com aspas ou sem aspas) possíveis, de qualquer maneira, muito mais do que em outros casos, todo trabalho de produção de conhecimento aí se passa através de uma relação subjetiva. A pessoa que fala, fala para uma outra pessoa. Uma relação entre pessoas que tem uma dimensão social, e uma dimensão afetiva se estabelece. Dados de troca, de sinais e símbolos entre as pessoas se estabelecem inevitavelmente e isso marca não só a realização do trabalho, mas o material produzido por esse trabalho realizado. (BRANDÃO, 2007, p. 12)

Se o espaço era algo inacabado, cheio de simbologias e materialidades, isso dava a entender que existiam dimensões ocultadas da realidade. Assim, a tentativa de compreender a Rede Carioca de Agricultura Urbana perpassava pela produção de alimentos, mas também do espaço.

O campo empírico do trabalho de campo foi realizado quase todo na zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro nos bairros de Vargem Grande, Campo Grande e Colônia Juliano Moreira, além de na própria ASPTA-RJ, localizada no bairro de Botafogo, zona sul do Rio de Janeiro.

Figura 6 - Mapa das Regiões Administrativa da Cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: IPP/RJ, 2008

Foi estabelecido previamente ao trabalho de campo um canal de diálogo com os participantes da Rede CAU via correio eletrônico para contextualizar a pesquisa e acordar datas para a realização das entrevistas. A relação de reciprocidade com agricultores/as, assessores/as técnicos/as e outros/as integrantes da Rede CAU impermeabilizou a possibilidade de algum tipo de dicotomia, comum entre sujeito e pesquisador, e este mergulho na experiência próxima

era também nutrido por outra preocupação relacionada à objetividade do projeto.

A objetividade do trabalho, entendo, é garantida quando o pesquisador, mesmo ligado através de laços de afeto às pessoas que pesquisa, é capaz de distanciar-se deles e da realidade por eles vivida – e que ele está estudando – e apontar os problemas ali existentes. Esta é, a meu ver, a verdadeira contribuição do pesquisador: apontar os problemas vivenciados pela comunidade e buscar pensar, com eles, em formas de solucioná-los. Trata-se, enfim, de complementar aquilo que MAGNANI denomina de olhar de perto e de dentro, capaz de nos fazer apreender a verdadeira dinâmica do grupo, padrões de comportamento etc., àquele que ele denomina de olhar de longe e de fora, ou seja, um olhar distanciado do grupo, que permite uma visão do conjunto, amplia o horizonte de análise e complementa a perspectiva do de perto e de dentro, revelando, muitas vezes, dados e fatos que este olhar de dentro e de perto não permite observar e compreender, mesmo através da realização da pesquisa participante. (MARCOS, 2006, p. 114).

Foi então um misto de duas matrizes, a subjetividade, que contém as dimensões da memória e do vivido, e a objetividade, algo necessário em nosso caminhar metodológico, e que buscou na abordagem da pesquisa participante enxergar fatos a partir do reconhecimento “de projetos de enlace e mútuo compromisso de ações sociais de vocação popular” (BRANDÃO; STRECK, 2006, p. 40).

Os princípios, propostas e práticas da pesquisa participante são como janelas para o pensamento, que permitem que no processo da pesquisa se dê a criação do saber e a compreensão da realidade por nós e para nós mesmos.

Assim, a partir da realidade vivida e sentida dialogicamente com a Rede Carioca de Agricultura Urbana é que, em termos gerais, fomos delineado o problema da pesquisa. Para alguns autores como Cruz (2011) os movimentos enunciam, a partir de suas resistências, a forma como se revela a opressão em cada lugar, e, assim, também anunciam de que maneira essa resistência transcorre. Este amálgama nos colocaria como corresponsáveis nesse caminhar epistemológico, visto que o monopólio do saber passaria a ser descortinado por uma outra cultura científica.

Afirmar a nova práxis científica requer dizer que não olhamos tudo que vemos, a premissa é um diagnóstico da anormalidade de uma visão parcial, precária e deficiente que reduz o nível de percepção do real. Nessa direção, Borda (1983) argumenta que existe uma forte re-

lação entre ciência e poder político e que esta seria uma das vertentes de uma ciência que busca mascarar-se de neutra. A vicissitude de tal ciência foi enredar-se com setores dominantes e fazer parte de um projeto de sociedade que explora os seres humanos e a natureza.

Esse des-caminho da pesquisa revela a conjuntura histórica dos diversos conjuntos de conhecimentos que implicaram mudanças drásticas ao articular-se com os interesses da classe dominante. A planificação dos rios, os aterros, a separação do ser humano da natureza, a homogenização da vida nas cidades, a agricultura mecanizada e envenenada, a deterioração das relações sociais, as perdas de territórios e da biodiversidade são produtos dessa ilusão óptica. Paradoxalmente, o curso da história do conhecimento e da política tem levado muitos cientistas políticos e sociais a desmistificar a neutralidade e objetividade da ciência (SANTOS, 2008). Essa função absorvida por parte das Ciências Sociais só faz sentido quando elas se aproximam dos movimentos sociais.

Como mencionado, os movimentos têm mostrado nas suas resistências como se dão as formas de opressão, o que tem acarretado a necessidade de entrelaçar o conhecimento científico ao conhecimento popular para anunciar um conhecimento subversivo – ou melhor, uma outra cultura científica.

Com relutância, podemos dizer que a Rede Carioca de Agricultura Urbana tem sido agente de produção de novos saberes e metodologias. Os intercâmbios de experiências são um exemplo prático e bastante disseminado na Rede CAU. Essa metodologia consiste em visitar as áreas de agricultura urbana para conhecer experiências que podem ser desenvolvidas em quintais agroflorestais, em roças na cidade ou ainda em processos de transição agroecológica. As visitas são organizadas pelos/as próprios/as integrantes da Rede CAU sendo o anfitrião responsável por mostrar sua experiência. Essa metodologia fortalece os laços de solidariedade e as trocas de saberes entre os integrantes do grupo. Geralmente, o intercâmbio de quintais também é um momento oportuno para se discutir questões técnicas específicas da agricultura urbana e da agroecologia.

Esses encontros e trocas são guiadas pelo/a dono/a da experiência e expressam o protagonismo do conhecimento popular, ou seja, “uma racionalidade própria estruturada de causalidade” (BORDA, 1983). Via de regra o grupo discute questões relativas à produção agroecológica, porém também tem se configurado como momentos de formação política e momen-

tos de revitalização.

Na expressão de três agricultores/as urbanos/as entrevistados, os intercâmbios representam uma oxigenação e aprendizados que carregam para sua prática diária:

Muitas vezes quando a gente tá assim meio desanimada aí vem um intercâmbio, uma viagem e aí a gente vai, a gente aprende e dá uma força grande e renova o ânimo e a gente vai tocando porque quando tem alguma coisa a gente chama e eles chegam na hora e tão aí para brigar com a gente, a Rede CAU e os parceiros são muito bons. (Rita de Souza Aguiar, agricultora urbana, Rede CAU. Entrevista em maio de 2016).

É um ajudando o outro. A gente pega muda de um vende lá, pega muda da gente e vendo em outro lugar, é assim a gente se ajuda. (Aldaci, agricultora urbana, Rede CAU. Entrevista em maio de 2016).

Com as visitas de intercâmbio descobrimos que a gente dava milho transgênico pras galinhas. Nesse processo Claudemar, técnico da ASPTA-RJ e Robson da Fiocruz Mata Atlântica deram assessoria para gente para fazer a transição agroecológica. (Francisco, agricultor urbano, Rede CAU. Entrevista em maio de 2016).

As falas dos/as agricultores/as nas entrevistas iluminam os lugares sombrios da ciência, onde se escondem os tiranos que praticam a invasão cultural. As metodologias cunhadas pelo movimento agroecológico e apreendidas pela Rede CAU, tal como os intercâmbios de experiências (Figura 7), não beneficiam só aos agricultores/as, mas também formam técnicos/as, pesquisadores/as e estudantes preocupadas/os em levantar tais questões como “qual é o tipo de conhecimento que queremos e precisamos?”; “A quem se destina o conhecimento científico e quem dele se beneficiará?” (BORDA, 1983).

Figura 7 - Intercâmbio de experiências com a Rede Carioca de Agricultura Urbana em quintal agroflorestal. Santíssimo, 2014.



Foto: Uschi Silva

Os princípios metodológicos desta pesquisa perpassam por tais questionamentos ao entender que o conhecimento popular e o conhecimento científico são amálgamas de um novo conhecimento. Aceitar essa premissa é um passo para compreender um movimento que luta por agricultura na cidade, e que nesses processos de articulação de saberes aprofunda discussões acerca do modelo de cidade; do direito à cidade; do direito em ser agricultor/as na cidade; da inserção na construção das políticas públicas; na reivindicação por terra e território; nas denúncias de atos violentos contra remoções forçadas; na construção de mercados solidários; no resgate da tradicionalidade; na afirmação dos “novos” sujeitos/as e lutas, como as mulheres e a juventude; e afirmação dos espaços rurais na cidade.

Dessa maneira, a pesquisa sendo processual requer a capacidade de ir ao encontro do

outro, ao diferente, reavendo afirmações, paradigmas e certezas que nos tirem do lugar de conforto, no sentido de nos abriremos para desconstruções quando necessário. O/a sujeito/a pesquisador/a encontra-se em lugar estratégico e tem por meio da ética mobilizar os saberes em prol da produção do conhecimento, e em prol de embates políticos que venham a surgir. O importante na produção social da pesquisa é que nesse processo estabeleçam-se laços de cumplicidade e confiança, daí que a vida tem prioridade e não é preterida em favor da produção acadêmica pura e simplesmente. Daí também que a realidade precisa ser lida e compreendida com amor e afeto, pois “ela mesma se coloca como sujeito que interpela o pesquisador, de forma muitas vezes inusitadas” (STRECK, 2006, p. 270) podendo nos indicar caminhos, horizontes, questões e fatos que não percebemos.

Os espaços presenciais e não presenciais foram se coadunando à nossa proposta de uma pesquisa participante, concebidos também por uma Geografia da produção do conhecimento. Esta atmosfera respirável encarna-se no horizonte da vida, da prática e das relações que produzem um “pensamiento desde abajo” (ESCOBAR, 2016).

“À Geografia está posto o desafio de pensar a cidade em sua perspectiva espacial, isto é, a necessidade de produção de um conhecimento que dê conta da construção de uma teoria da prática sócio-espacial urbana para desvendar a realidade urbana em totalidade” (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2016, p. 67). Nesse contexto, enfatizamos os processos de produção do espaço a partir das suas múltiplas formas de representação pelos sujeitos que compõem a Rede CAU, entre grupos e pequenas redes locais e, para além, em suas várias dimensões, sobretudo a partir dos sujeitos que a produzem.

3 AGRICULTURA URBANA: TECENDO REDES E CONFLUINDO LUTAS NA CIDADE A PARTIR DA AGROECOLOGIA

3.1 AGRICULTURA URBANA, NATURAL DO RIO DE JANEIRO¹⁷

Poema Caipira

17 O artigo no Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA-RJ: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agricultura-Urbana-natural-aqui-do-Rio-de-Janeiro.pdf>. S/D

Pingo, Vargem Grande¹⁸

Acorda fazenda antiga
Desponta o sol no horizonte
Canto o galo jorra a fonte
Farfalha a floresta amiga

*

O azul e os verdes dos montes
o céu a terra se liga
Ouve-se ao longe a cantiga
um carro transpondo a ponte

*

Pouco depois da aguada
um chapadão que ali vira
Avista-se uma casinha
uma família caipira

*

A cerca de pau-a-pique
Logo a chegar se depara
Dá ao quadro um quê de chique
Uma porteira de varas

*

Um oitão da casa um poleiro
E um leitãozinho a fuçar
E no canto do terreiro
Uma pedra de afiar

*

Um cocho perto da porta,
Come milho punga baio
Um homem taquara as corta
Para fazer um balaio

*

Quando o sol se põe
A tarde finda
A natureza parece chorar de saudades
No pé de aroeira canta triste de saudade uma sabiá

*

Em Vargem grande é assim,
É assim o meu rincão
Amanhece e anoitece
É feliz o meu sertão.

Sentamos à mesa, seu Pingo e eu ao lado o fogão à lenha, ele retirou um punhado de

18 Seu Pingo é morador da Comunidade quilombola Cafundá Astrogilda, mestre griô e filho da matriarca que dá nome a comunidade. Comunicador, agricultor e integrante da Rede CAU.

papéis antigos. Eram jornais do bairro de Vargem Grande e alguns cadernos com poesias manuscritas. Contavam histórias e alguns causos que relembavam a agricultura e os hábitos rurais do antigo sertão carioca.

Adentrar nas prosas sobre o sertão com seu Pingo, de certo, é confrontar-se com realidades que parecem anacrônicas e a-espaciais, no sentido de que, nos parece que faltam espaços na cidade que comporte tamanha heterogenidade para distintas morfologias e paisagens (Figura 8). É o que Santos (2014) chama de espaço-tempo entendido como um híbrido em que, revela o encontro das temporalidades e espacialidades que perpassam a vida e os cotidianos dos diversos sujeitos.

Figura 8 - Vista da casa de Seu Pingo: maciço da Pedra Branca e o bairro da Barra da Tijuca. Vargem Grande, 2016.

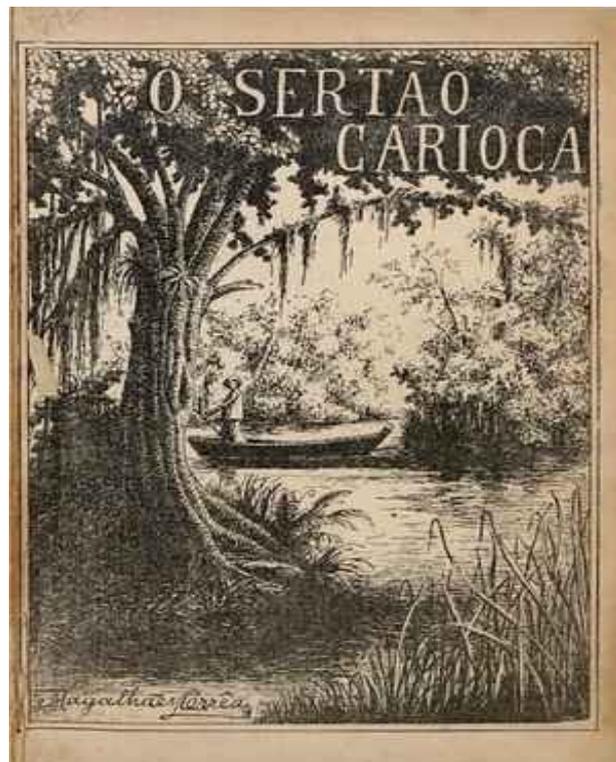


Fonte: Uschi Silva

A zona Oeste carioca, sendo parte da cidade em expansão territorial da economia dos agentes hegemônicos, da política e da cultura, passa pelo processo de desenvolvimento desigual e combinado do espaço que busca valorizar alguns espaços da cidade em detrimento de outros. Os espaços periféricos são os que este processo ainda não foi capaz de normatizar por completo. Por um lado são visto como anomalias mas, por outro pode anunciar formas de re-existência.

A região do Rio de Janeiro, a zona Oeste carioca já foi retratada em 1930 na obra do escritor Magalhães Correa (Figura 9) quando ainda era conhecida como Sertão Carioca. Neste local, a agricultura, a pesca e o extrativismo eram práticas bastante comum pelos bairros que circundam o maciço, como Campo Grande, Rio da Prata, Camorim, Taquara, Toda via esta produção de alimentos na cidade do Rio de Janeiro possui um longo histórico de continuidades e descontinuidades, relacionada à evolução socioespacial da cidade do Rio de Janeiro e na seletividade da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 9 - Livro "O Sertão Carioca".



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico, 1936.

A existência de comunidades nesse local é antiga como revela seu Pingo:

olha menina, essa comunidade aí data de 300 anos, nós já somos a quinta ou sexta geração de descendentes de escravos, meus avós não eram escravos mas, vieram de uma fazenda de café aonde tinha escravos aqui em Vargem Grande. Conclusão: depois da libertação eles ocuparam essas terras que pertenciam ao governo, essa terra não tinha dono, eram os ermos do cafundó, de onde veio originar a palavra Cafundá. Essa famílias dividiram-se em vários núcleos e se espalharam por aí. Um desses núcleos é aqui o do Cafundá que foi fundado pelo meu avô Manoel Mesquita, desse núcleo se destacou seu Celso, meu pai e dona Astrogilda, minha mãe. Ela era a matriarca do local, era parteira, rezadeira e tinha um centro espírita, na época só tinha um médico em Vargem Grande, então 90% das curas era realizada aqui no centro espírita através de ervas, plantas medicinais, orações e preces. O médico mesmo mandava as pessoas para cá para se tratar no centro espiritual. A gente não precisava sair daqui para nada não, então a vida aqui era o seguinte, nós éramos baseado só na agricultura, nós só íamos lá em baixo no armazém comprar sal, querosene e o arroz que a gente não produzia aqui, o restante era tudo fruto daqui da terra mesmo. Olha menina, o que você pensar em agricultura nós tínhamos tudo: tomate, alface, repolho, quiabo, jiló, maxixe, couve, bertalha, pepino, inhame que era a base, abóbora, chuchu, feijão, milho, café. Tinha os animais também, galinha e porcos. Gado não tinha, carne de vaca era uma vez por mês. (Seu Pingo, agricultor do quilombo Cafundá Astrogilda e da Rede CAU. Entrevista em maio 2016).

Resgatar essa história, ao menos em parte, é importante para localizar aonde os processos de “modernização transformaram, reestruturaram profundamente a estrutura espaço-temporal e socioespacial” (CRUZ, 2011, p. 205), reconhecendo que esses vetores agem de forma diferencial, pois o processo de urbanização na cidade do Rio de Janeiro concentrou-se, em alguns casos, prioritariamente nas regiões do Centro e da zona Sul.

No processo de avanço da urbanização em direção ao Sertão Carioca, o Estado aportará algumas medidas indutoras de sentidos e referências que nos remetem às relações entre o “moderno” e o “atrasado”. Uma das medidas refere-se à contenção territorial urbana, iniciada com a criação do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), em 1974. Conforme Haesbaert,

Poderíamos dizer que o próprio poder, hoje, está vinculado diretamente a quem detém o controle da mobilidade, dos fluxos, e pode desencadeá-los, vivenciando assim sua “multiterritorialidade”, e os que ficam à margem desse controle e que, ao contrário, sofrem com as tentativas de “imobilização” – sempre relativa e, portanto, do âmbito da aqui denominada “contenção” ter-

ritorial (HAESBAERT, 2009, p. 2009).

As políticas ambientais priorizadas pelo Estado, sob pretexto de conter a expansão urbana que ameaçava as encostas do Maciço da Pedra Branca, excluíram em grande parte a população local. De certo que, era preocupante a forma como a urbanização ameaçava um dos últimos resquícios de Mata Atlântica. Contudo, ao optar por um modelo de conservação ambiental importado dos Estados Unidos da América¹⁹, desconsiderou-se todo o histórico de ocupação do território e das práticas realizadas no local, sobretudo a agricultura, bem como as redes que ali existiam. O Maciço, em certa medida, passou a ter o território controlado pelo Estado através de um tipo específico de legislação, imobilizando, em parte, as práticas de agricultura e os sujeitos que ali viviam.

Tal como nos conta Seu Pingo (2016), as práticas agrícolas no Maciço da Pedra Branca, vinha de um processo de decadência de uma população que vivia a margem do desenvolvimento urbano e das obras de urbanização das outras partes da cidade.

Naquela época o povo tinha um jeito muito estranho de plantar, botava fogo em tudo, coisa do tempo da escravidão que tinha que roçar tudo e limpar o terreno, eles acham que para planta dar bom, tinha que tirar as folhas que caíam, o povo não tinha ciência que aquelas folhas que eles queimavam era adubo. A terra foi ficando árida e chegou um tempo que só dava banana, depois, com a proibição da banana o povo vendeu o largou a terra e foi embora [período em que o PEPB foi implementado], desceram aí, virou servente, foi trabalhar na obra (Seu Pingo, agricultor do quilombo Cafundá Astrogilda e da Rede CAU. Entrevista em maio 2016).

O PEPB enquanto estratégia de contenção territorial não foi capaz de estancar toda sangria da urbanização e nem mesmo inviabilizar por completo a agricultura no seu entorno e interior, mas forjou uma nova matriz paradigmática e configurou um outro espaço social, baseado no mito da natureza intocada (DIEGUES, 2001) no qual,

19 As unidades de conservação no Brasil são baseadas no modelo americano que criou em 1872, o Parque Nacional de Yellowstone. No ato da criação foi determinado que a região fosse reservada e proibida de ser colonizada. O Parque serviria então, para área de recreação para benefício e desfrute do povo; e que toda pessoa que se estabelecesse ou ocupasse aquele parque ou qualquer de suas partes (exceto as já estipuladas) fosse considerada infratora e, portanto, desalojada. É importante frisar que o Parque não foi criado em um lugar vazio, sem gente, era um território ocupado pelos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock que, não deixaram de forma espontânea. (DIEGUES, 2001)

A política ambiental encontra-se enraizada em um conceito de natureza que pressupõe uma natureza dicotomizada do ser humano, uma natureza intocada sem gente e que, por conseguinte, leva a uma lógica de intervenções tendo como eixo a redução dos “obstáculos” naturais, bem como a artificialização desses ambientes (PEREIRA, 2011, p. 138).

Essa visão fragmentada impôs novas relações estabelecidas a partir da legislação ambiental do Parque. Isto criou mais uma tensão, para não dizer um conflito, para os/as agricultores/as a medida que a gestão do PEPB jamais reconheceu, institucionalmente, o modo de vida local e a relação da agricultura com a conservação da biodiversidade. No discurso do seu Pingo, o agricultor demonstra que esta relação não só é possível como a presença da comunidade é anterior ao Parque.

O que a gente quer hoje é voltar a plantar, convencendo os jovens que é possível sim viver de agricultura e viver dentro do parque, conciliar as duas coisas sem uma afetar a outra, o que chamamos de agricultura agroecológica. A gente não precisa desmatar nada para plantar. Um dia o diretor do parque chegou aqui e disse vocês são os invasores, aí eu disse opa, opa, opa se tem algum invasor aqui é o Estado, você criou esse parque em 74 eu estou com 68 anos vamos ver quem está aqui a mais tempo? Outra coisa, que se não tivesse nós como moradores aqui esse parque não estava do jeito que tá, ia favelizar rapidinho, chega um e outra e faz um barraco, é o caso da Rocinha, vê se conseguem tirar? Aqui em Vargem Grande poderia estar assim, mas como tem as populações tradicionais a gente nunca permitiu isso. Chega um querendo comprar um pedacinho de terra e a gente não deixa, fala que aqui dentro não pode. (Seu Pingo, agricultor do quilombo Cafundá Astrogilda e da Rede CAU. Entrevista em maio 2016).

Este novo padrão impôs também uma nova história para o lugar: O “Sertão Carioca ganha um novo nome – Zona Oeste – e, novas funções: residenciais e industriais” (FERNANDEZ, 2009, p. 221). O Sertão Carioca sendo um emaranhado de temporalidades e espacialidades, ilumina a memória e as suas antigas vocações, a agricultura camponesa é uma delas. Os/as agricultores/as do Maciço da Pedra Branca cultivaram um hibridismo derivado da própria imposição da nova lógica sócio-espacial – aviltamento das desigualdades e afirmação das diferenças – evidenciando a dialética exclusão-inclusão (HAESBAERT, 1999). A imposição de um novo padrão para o modo de vida que ali existia, remanejou muitos morados do interior do Parque Estadual da Pedra Branca. Os motivos dessa evasão podem ser diversos, tal como a legislação ambiental, a pressão urbana, a descaracterização da agricultura, a perda de merca-

dos, entre outros.

No entanto como argumenta Fernandez (2008) alguns agricultores/as permaneceram mesmo sob vigilância da legislação ambiental.

Alguns dos agricultores que ali haviam se estabelecido com suas culturas, permaneceram e progressivamente tiveram que adaptar sua produção às restrições crescentes impostas pelos órgãos ambientais responsáveis pela administração do PEPB, tais como a proibição de roçar os terrenos, de fazer queimada, de expandir as áreas cultivadas, de fazer melhoria nos caminhos ou utilizar meios de transporte mais modernos. Toda a produção de banana e caju do maciço da Pedra Branca, por exemplo, é transportada ainda hoje pelos burros que sobem e descem os caminhos íngremes do maciço. Tais restrições tornam a agricultura no maciço bastante árdua e limitam as possibilidades de expansão da produção ou introdução de novos cultivos (FERNANDEZ, 2008, p. 7).

Atualmente existe a Câmara de Técnica Agroecologia e Comunidades Tradicionais que atua no Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca, sob coordenação da professora Annelise Fernandez da UFRuralRJ. Este espaço tem sido importante para discutir e reivindicar o direito dos/as agricultores/as em permanecer acima da cota 100 metros, ou seja, no interior do PEPB, haja visto que, o Parque foi criado sem levar em consideração a existência de uma população que habitava o Maciço da Pedra Branca há pelo menos 3 séculos, como nos informou seu Pingo.

Para Rede CAU e para a população quilombola do Maciço da Pedra Branca a afirmação da agricultura de bases agroecológicas na conservação da natureza é a única coexistência possível para o manejo e manutenção da biodiversidade.

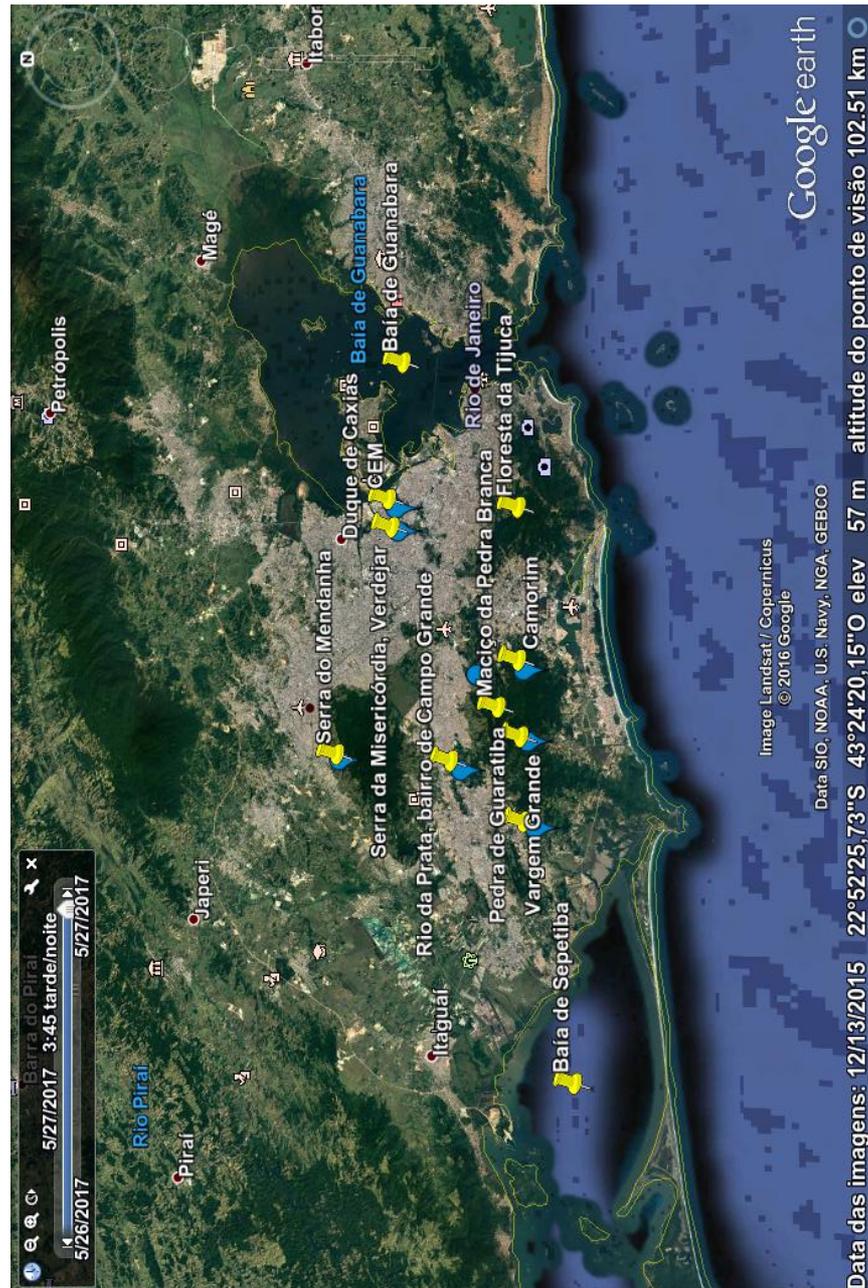
No horizonte geográfico das práticas agrícolas na cidade do Rio de Janeiro podemos visualizar nas figuras 10 e 11 o Maciço da Pedra Branca e a concentração das experiências em agricultura na zona Oeste. Não sabemos se é porque existem a Rede CAU articulando estes/as agricultores/as em parceria com algumas instituições ou se é pelo fato de esta região ser historicamente uma área agrícola, ou se na contradição da urbanização que preteriu espaços na cidade, a agricultura amíúde se adaptou nos diversos ecossistemas urbanos dessa parte da cidade.

Figura 10: Territórios da agricultura urbana nas zonas Oeste e Norte da cidade, com destaque para os Maciços Pedra Branca, Mendanha e Floresta da Tijuca, 2017.



Organizado pela autora

Figura 11: Localização dos bairros e experiências em Agricultura Urbana da Rede CAU, 2017.



Organizado pela autora

A paisagem da zona Oeste comporta 38 bairros²⁰ com realidades e agriculturas distintas. Habitam neste lugar, segundo o Instituto Pereira Passos (IPP), 2.614,728 de pessoas ou o equivalente a 41,36% da população da cidade. O processo de urbanização dessa região ainda segue em curso visto que, as áreas de expansão da cidade tem se dado na zona Oeste, desde a formação da bairro da Barra da Tijuca (FEDERAL et al., 2015) na década de 1990 e depois com mais força com as obras das Olimpíadas Rio 2016. Por outro lado, tem-se um Plano Diretor, Lei Complementar N° 111, de 1° de Fevereiro de 2011 (D.O. Câmara, 29/3/2011), que descreve o solo da cidade do Rio de Janeiro como cem por cento urbano implicando em deixar de lado as áreas rurais. Para o coordenador de Projetos do Programa de Agricultura Urbana Márcio existe uma problemática maior que deve ser discutida ao falar de agricultura na meio rural da cidade e agricultura no meio urbano.

Existem duas questões que deveriam estar constando ao falar no Plano Diretor do município do Rio de Janeiro. São as áreas rurais que reconhecem as áreas remanescente de agricultura camponesa, mas a gente tem muito mais agriculturas do que só as agriculturas nas áreas rurais. Temos as agriculturas urbanas diversas que tem que ser reconhecidas. Não basta num Plano Diretor reconhecer as áreas rurais é preciso que o plano diretor reconheça as áreas rurais mas reconheça a importância da agricultura urbana dentro das áreas urbanas. (Márcio Mattos de Mendonça. Coordenador de Projetos do Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA-RJ. Entrevista concedida em maio, 2016).

Reconhecer e dar visibilidade a agricultura realizada nos quintais é outra força desse movimento pela Agroecologia na cidade. A AS-PTA-RJ tem dado especial atenção a esse mo-

20 Os bairros que integram a região são: Bangu, Barra de Guaratiba, Barra da Tijuca, Camorim, Campo Grande, Cidade de Deus, Cosmos, Curicica, Deodoro, Freguesia, Gardênia Azul, Gericinó, Grumari, Guaratiba, Inhoaíba, Itanhangá, Jacarepaguá, Joá, Magalhães Bastos, Mallet, Paciência, Padre Miguel, Pedra de Guaratiba, Realengo, Recreio dos Bandeirantes, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Sepetiba, Sulacap, Taquara, Vargem Grande, Vargem Pequena, Vila Militar e Vila Valqueire, segundo o Censo de População de 2010 do IBGE, a região envolve as áreas de planejamento AP4 e AP5.

Os indicadores culturais da região reforçam a perspectiva da desigualdade: a Barra da Tijuca conta com uma concentração considerável de salas de cinema (32%), embora apresente índices baixos com relação à oferta de museus (2%), bibliotecas (3%), centros culturais (5%) e teatros (3%). Por sua vez, Jacarepaguá e Cidade de Deus são regiões caracterizadas pela escassez de museus (3%), bibliotecas (8%), centros culturais (6%) e teatros (5%), além de possuir a menor concentração de salas de cinema da cidade (4%). Fonte: Instituto Rio, 2017.

vimento a partir do trabalho iniciado há 15 anos pelo Programa de Agricultura Urbana. O trabalho da ONG já era na perspectiva da Agroecologia, do resgate e da valorização dos saberes e práticas da agricultura no meio urbano. Márcio M. Mendonça, conta que naquela época o trabalho ocorria nos bairros de Campo Grande, Inhoaíba, Sepetiba e Pedra de Guaratiba:

O loteamento da fazenda Ana Gonzaga é um exemplo de um lugar que tinha uma agricultura. Também havia os loteamentos irregulares muito adensados, sem estrutura de urbanização e tinha também umas áreas de sítios e pequenas chácaras. São situações de agricultura na cidade que já existiam. Ali foi uma região agrícola de muita produção de laranja, coco, manga e hortaliças. O trabalho da ASPTA-RJ no começo foi um trabalho de entender quem eram as pessoas do lugar, qual era a relação delas com a agricultura. Havia pequenos sítiantes, moradores de loteamento irregulares, com muitas pessoas vindas da região nordeste. A gente foi entendendo isso e começou a trabalhar com uma agricultura de pequena escala, uma escala do quintal doméstico em uma área de tradição agrícola, com sujeitos que ainda tinham uma relação forte com o rural e a gente apostava nessa agricultura para alimentação. Nosso trabalho era muito focado em segurança alimentar, na diversificação da alimentação, diversificação do que se planta para alimentação, uso de remédios caseiros. Essa era a história principal (Márcio Mattos de Mendonça. Coordenador de Projetos do Programa de Agricultura Urbana da ASPTA-RJ. Entrevista concedida em maio, 2016).

Nessa época os grupos passaram a se encontrar com mais frequência e com o objetivo de trocar conhecimentos sobre alimentação saudável, receitas alimentares, técnicas de plantios, trocas de mudas e sementes, plantas medicinais e remédios caseiros. No Boletim Informativo Metropolitano (BIM) do ano de 2006, o grupo Amigos da Horta recebe (Figura 12) a visita da Rede Fitovida.

Figura 12 - Grupo Amigos da Horta em visita de intercâmbio e trocas de experiências, Jardim Guaratiba, 2006.



Acervo BIM

No dia 11/10/2006, o grupo “Amigos da Horta”, das comunidades Jardim Guaratiba e Praia da Brisa – Guaratiba - recebeu os grupos da Rede Fitovida. Participaram deste evento os grupos Saúde pela Natureza, Saúde nas Mãos, Fonte de Vida, João Paulo II e dois membros da equipe de Agricultura Urbana da AS-PTA. Foi um encontro muito agradável com trocas de experiências muito interessantes. O encontro teve início na horta comunitária. Foi neste local que as pessoas se apresentaram, mostraram como funciona o seu trabalho nas comunidades e caminharam pela horta comunitária conhecendo e identificando as plantas. Houve também trocas de receitas e os visitantes tiveram a oportunidade de entender como se desenvolve um grupo da Rede Fitovida Metropolitana sem uma sala própria para manipulação e atendimento. O segundo e último momento da visita aconteceu na Associação de Moradores Bela Brisa onde o grupo lanchou e encerrou o encontro com informes e oração. Na verdade o evento permitiu uma visita diferenciada das demais,

já que na comunidade não há uma sala de saúde. Esse fato trouxe para os visitantes, alternativas de trabalho, ou aprimoramento das atividades com a possibilidade de plantio nos quintais ou outros espaços (Acervo AS-PTA, BIM 2006).

A dimensão do bem estar é muito ressaltada pelos grupos que se encontram em torno da AU. Há nesses encontros, nesses espaços/territórios, cuja escala é a comunidade e o bairro, em torno de um quintal, outros ritmos e temporalidades que nos fazem reconhecer as diferenciações dos lugares da cidade, decorrente de uma diversidade territorial que, se dá a partir de movimentos globalizantes, tais como os grandes projetos e do avanço do capital no território. Se por um lado, essa agricultura cultiva pequenos espaços na cidade, por outro ela imprime outra racionalidade e prática para o espaço urbano, uma práxis da cidade, como veremos mais adiante.

Atualmente a Fiocruz Mata Atlântica²¹ tem incentivado na Colônia Juliano Moreira 7 quintais agroflorestais em que são cultivadas plantas medicinais, hortaliças, frutas e ornamentais. O Coordenador do projeto Robson Patrocínio e também integrante da Rede CAU conta como a Fiocruz iniciou os trabalhos com os quintais agroflorestais, através do projeto Projeto Semeando Comunidades Sustentáveis.

Eu vim para Fiocruz Mata Atlântica em 2011 porque existia uma parceira da Fiocruz Mata Atlântica com a Fiocruz Manguinhos com a cooperação social. Lá na Fiocruz Manguinhos existia um projeto que trabalhava a questão da SAN, então quando eu cheguei aqui já tinha isso SAN e ECOSOL, daí fui convidado a trabalhar nesse projeto que já estava em andamento, então precisávamos de uma equipe para realizar o trabalho. Foi quando chegou a Val e a Rita, lá em 2011 para fazer esse trabalho. Já naquela época queríamos trabalhar com o incentivo a hortas urbanas nos quintais. Naquela época trabalhávamos muito os quintais do setor 1, que fica exatamente no campus da Fiocruz Mata Atlântica, aonde existem muitos moradores antigos. Hoje esses moradores estão passando por um processo de regulamentação fundiária, pois o terreno é da União, mas a Fiocruz entende que é importante a permanência desses moradores lá. Então estamos neste contexto de trabalho, a Fiocruz tem vários projetos sociais, inclusive esse que trata da agricultura urbana nos quintais. Em 2012, através de um edital interno da Fiocruz, submetemos para um projeto que foi um marco na nossa história,

21 O projeto da unidade Fiocruz Mata Atlântica Semeando comunidades sustentáveis: Tecnologias Sociais, Economia Solidária para Segurança Alimentar e Nutricional tem contribuído para o fortalecimento e implementação de quintais produtivos no bairro Colônia Juliano Moreira, sob coordenação: Robson Patrocínio de Souza e Lucia Silva de Santana, através de edital interno em 2011.

articulamos os parceiros todos. Quanto o Semeando chega aí nosso trabalho se expande, porque começamos a dar mais forças para questões como, agricultura urbana e trabalho nos quintais, ainda no setor 1; trabalho com hortas escolares; participação no CONSEA municipal; trabalho com tecnologias de baixo custo: aproveitamento de água de chuva, energia solar. O projeto Semeando tinha várias entradas trabalhando nesse território. (Robson Patrocínio, coordenador do projeto Semeando comunidades sustentáveis da Fiocruz Mata Atlântica. Entrevista concedida em maio de 2016)

A agricultura em pequena escala realizada nos quintais agroflorestais tem surtido efeitos positivos na vida das pessoas, tanto na organização de um novo padrão de trabalho, como na alimentação e na própria organização política. Como relata Francisco, ele e a companheira Sumaya tornaram-se agricultor e agricultora de quintal. Antes disso, o agora agricultor urbano Francisco, trabalhava no hospital municipal Lourenço Jorge.

Eu trabalhava no Lourenço Jorge, vendendo bolo e sentia muitas dores de coluna. Sumaya conheceu Robson e Valdirene e ficou sabendo do curso de Economia Solidária. Eu não podia ir porque trabalhava no Lourenço Jorge, aí falei pra ela você quer ir vai, tem que pegar a Laís na escola e vai pro curso. Ela gostou muito do curso e foi convidada por Robson e Val a conhecer a Feira da Freguesia, ela voltou e disse: *Francisco vamos fazer um horta? A Val e Robson tão incentivando fazer uma horta, vamos fazer?* Aí falei, estou com problemas de coluna não posso me abaixar, você faz? Ela disse eu faço. Nesse período eu continuei trabalhando ainda, mas com muito dor na coluna... Olha Deus é muito bom, ele fez a natureza para que possamos viver a glória dele, então eu comecei a olhar semente, porque eu tive um estudo na igreja sobre a semente. O poder da vida está dentro da semente: quando você lança ela no chão ele morre para poder brotar e dar a vida, cada uma na sua espécie. A Sumaya fez as plaquinhas e nisso ela entrou em contato com o Claudemar e Márcio da AS-PTA-RJ. Eles vieram conhecer a horta e começou o registro para certificar. Isso me incentivou. Nossa, quando vi o pimentão crescer eu disse que coisa linda, sabe gosto muito de tomate, minha paixão é tomate. A coisa mais bonita numa horta é o alface e o tomate. (Francisco, agricultor urbano e integrante da Rede CAU, entrevista em maio 2016)

Francisco e Sumaya são agricultor e agricultora recentes na articulação dessa agricultura pela Rede CAU, mas a horta existe desde 2014. O casal que tem uma filha de 9 anos e que também incentiva uma hora na escola em que estuda, foi melhorando o manejo do quintal a medida que tornaram-se mais atuantes na Rede CAU através da participação de espaços como o SPG (Sistema Participativo de Garantia) da Rede CAU. A horta (Figura 13) do casal

está em processo de transição agroecológica, que consiste em algumas mudanças no seu sistema produtivo. Uma das coisas significativas foi a transição da ração de milho transgênico dado as galinhas para a criação com alimentos vindos da horta. O incentivo à transição agroecológica também ocorre por meio da comercialização em feiras locais:

Ser agricultor na cidade é muito importante porque as crianças elas não sabem a origem dos alimentos, elas acham que vem do supermercado. A Laís ela sabe de onde vem o alimento, lá no colégio dela ela fala, *lá em casa tem uma horta*, ela até incentivou uma horta na escola dela e sabe muito de semente, até melhor do que eu. É muito importante isso na escola, a criança saber do alimento saudável. Pra nós comer o alimento mais saudável sem agrotóxico melhorou muito, eu tive esse exemplo aqui, minha dor nas costas melhorou muito, não estou 100% mas faço movimentos que não fazia antes. A horta tem sido nosso sustento, tem 1 ano e 5 meses. Já a empresa que eu trabalhava me deve alguns pagamentos e até agora nada. (Francisco, agricultor urbano e integrante da Rede CAU, entrevista em maio 2016)

Figura 13 - Quintal agroflorestal de Francisco e Sumaya, Colônia Juliano Moreira. Subsistema composteira, canteiros e frutíferas, 2016.



Foto: Uschi Silva

No mesmo bairro, a experiência do quintal Horta Jardim conta histórias de parcerias entre duas mulheres nordestinas que migraram para o Rio de Janeiro ainda jovens. Dona Aldaci, é baiana de Feira de Santana e dona Rita é da cidade de Olinda. As mulheres tornaram-se parceiras no projeto Semeando Comunidades Sustentáveis, no cultivo das hortaliças e na venda em feiras agroecológicas.

Eu não queria horta, eu queria só um pedacinho pequenininho para plantar alguma coisa para mim, aí conheci a Rita e o pessoal que trabalhava com ela e perguntei a ela quer fazer um horta para mim? E ela disse eu vou lá ver. Um dia ela chegou aqui com a Val, aí olhou um pedaço que estava todo cheio de grama, de cascalho, aí a Rita me disse: ah, você tem que arrancar

isso aí, a gente te ajuda. Elas vieram, fizemos um pedacinho, ela disse depois, porque não segue mais pra frente? Eu disse, mais frente não é meu, então falei com a vizinha e ela deixou. Fui falar com a prefeitura e eles disseram que eu podia plantar planta pequena, menos árvore. A gente meteu as caras, arrancamos tanta grama o dia todo, olha nossas mãos ficaram todo estourada, tinha vez que o sangue escorria, ficamos mais de 3 semanas arrancando grama, a Rita e eu. Depois da grama, tivemos ainda que soltar a terra todinha, cavamos e tiramos todas as pedras, depois disso começamos a plantar e fui tomando gosto. Aí a Rita veio a gente comprou esterco e começou a composteira que ia todo resto de comida: casca de legumes, resto de fruto, tudo! Claudemar chegou depois com uns guandu que ele trouxe de um encontro e deu pra gente plantar e adubar a terra (Aldaci, agricultora urbana e integrante da Rede CAU, entrevista em maio 2016).

As trocas e as novas relações sociais que o cultivo nos quintais proporciona transbordam de outras possibilidades os modos de vida na cidade, a partir dos *de baixo*. Como Zibechi agumenta (2015) “as redes sociais de intercâmbio recíproco são o elemento de estrutura social mais significativo do bairro pobre” (ZIBECHI, 2015). A ênfase sobre as redes é ponto de inflexão nesse contexto de vida urbano-industrial que impõe as pessoas uma vida inteira de precariedades, tais como, habitações inadequadas, exposição ao esgoto aberto, urbanização irregular e os riscos ambientais (MARICATO, 2015).

Para Rita e Aldaci, a horta, como podemos ver na Figura 14, significou mais do que plantar ou ter renda, como relatam:

Depois da horta tudo mudou para mim. Eu só vivia dentro de casa não ia em lugar nenhum. Aí depois da horta passei a ir nos encontros, nas visitas de intercâmbio, a feira. A gente colhe as hortaliças e vem o Russo, outro agricultor de Jacarepaguá, que vem e leva as coisas pra feira da Freguesia e não cobra nada gente. A gente levava de ônibus, já pensou? Aí ele passou a levar pra gente. Já não sou mais aquela velha caquética sentada na frente da televisão, sou uma senhora trabalhadora da horta (Aldaci, agricultora urbana e integrante da Rede CAU, entrevista em maio 2016).

A horta mudou muito a vida: na saúde, alimentação saudável, a gente pode dizer para os nossos netos que o alimento é bom, jogar a semente e ver ela brotar e depois você está ali colhendo é um prazer. Muitas visitas já teve aqui na nossa horta e muita filmagem. Eu tô na agricultura urbana e isso é uma coisa muito boa pra gente, porque primeiro a gente ia ficar dentro de casa fazendo o quê? Olhando para televisão aprendendo o que não presta? Apesar que a gente não se liga em televisão porque a gente é da igreja e vai para o culto mas mesmo assim ainda ia sobrar tempo para a gente ficar sentado de

braços cruzados e até ficar doente. A gente tá lá no canteiro olha pensa juntas, vamos mudar de lugar o canteiro, conversa como a gente vai fazer, interage uma com a outra e aí é uma amizade muito grande (Rita, agricultora urbana e integrante da Rede CAU, entrevista em maio 2016).

Figura 14 - Agricultoras urbanas Dona Rita e Dona Aldaci na Horta Jardim. Colônia Juliano Moreira, 2015.



Acervo Rede CAU

Outra experiência que compõe a Rede CAU é o Verdejar. Situado na comunidade Sérgio Silva, no bairro Engenho da Rainha, região da Serra da Misericórdia, zona Norte do Rio de Janeiro. O bairro é marcado pela alta urbanização além de abrigar dois complexos de favelas, o complexo do Alemão e o complexo da Penha. Essa porção do espaço da cidade decorre do avanço industrial naquela região e da remoção, em alguns casos, de moradores do centro da cidade para o local. Antes das transformações sociais, a região era considerada rural e possuía certa “produção agrícola voltada para o abastecimento da capital” (MARINS; NUNES;

SILVA, 2014, p. 85).

O Verdejar começa a atuar enquanto sujeito coletivo, em 1997, a partir da inquietação de um morador do local, Luiz Carlos Marins, conhecido como Luiz Poeta. O grupo vai se dedicar a recuperar uma área de degradação ambiental na Serra da Misericórdia, com o objetivo de frear a urbanização e resgatar áreas verdes. Em 2005, a aproximação com a ONG AS-PTA e com o Grupo de Agroecologia Orgânica (GAE) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, bem como a participação em eventos nacionais de agroecologia e o intercâmbio de experiências permitiu ao Verdejar perceber que, “a agroecologia envolve homem e o meio ambiente, através de respeito mútuo, produção de alimentos saudáveis, promoção da saúde, e estímulo ao trabalho cooperativo” (MARINS; NUNES; SILVA, 2014).

A partir de então, o trabalho de recuperação da Serra da Misericórdia passa a ter duas frentes de ação: o manejo da horta agroecológica (Figura 15), incluindo produção de mudas no Horto, e o Sistema Agroflorestal (SAF). A horta agroecológica é uma estratégia do grupo para mobilizar os/as sujeitos/as da comunidade, isso porque, uma das principais carências da comunidade é o acesso ao alimento saudável (MARINS; NUNES; SILVA, 2014), fato que revela um grande benefício ao local.

Figura 15 - Horta agroecológica do Verdejar vista do alto, S/D.



Acervo Verdejar

As expressões da Agricultura Urbana mencionadas neste texto são partes de uma totalidade muito mais ampla da agricultura da cidade do Rio de Janeiro. Os espaços territorializados pelos/as sujeitos/as ganham significados que, precisamos considerar como estratégias de oposição à cidade neoliberal e à normatização do modo de vida urbano pelo modelo de sociedade urbano-industrial. Como diz dona Rita “apesar deles dizerem que não existe agricultura na cidade, a gente já até fez um Café da Roça lá no ministério da Agricultura para mostrar para eles que existe agricultura na cidade sim” (Rita, agricultora urbana e integrante da Rede CAU, entrevista em maio 2016).

3.2 REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA: ARTICULAÇÃO, FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO A PARTIR DAS AGENDAS DE LUTA

A formação da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) se deu a partir dos processos e das experiências em agricultura na cidade, não se definindo assim, um marco de anúncio do movimento. Em documentos pesquisados e nas entrevistas realizadas as histórias se confundem e ora encontramos Rede de Agroecologia ou Rede de Agricultura Urbana, ora como Rede Carioca de Agricultura Urbana. Esta última denominação é a que vem sendo mais utilizada, embora mais recentemente, no ano de 2016 tenha surgido outra sigla a Rede Carioca de Agricultura Urbana e Rural (Rede CAUR). Se não podemos definir uma data certa ou mesmo o ano exato da criação da Rede, são os sujeitos/as de anúncio e os processos a partir de uma agenda de lutas que dirão sobre a inflexão do movimento.

A ata da reunião realizada no Verdejar em 23/11/2010 coordenada por Luiz Poeta traz a reflexão sobre o que é ser *Rede*. No debate do grupo estavam presentes ONGs e movimentos sociais que convergiam a luta pela agricultura na cidade com problemas urbanos.

“Somos uma rede imaterial”²² (...) “porque é importante estarmos em rede?”, “quem somos nós?”, “que rede é esta?”, “quais os grupos que fazem parte?”, “qual a motivação para a participação nesta Rede?”, “quais são os temas ou linhas ou campos de atuação importantes para a Rede?”, “existem vários tipos de redes, redes boas e redes ruins”.

Esta reflexão traz várias referências sobre a luta articulada ao coletivo. Uma das participantes da reunião e histórica no movimento revela ao grupo que só se sente *“confortável e só se sente alguém na vida por ter vivido no coletivo: a metodologia de viver é esta – viver em rede”*. Outra fala, de uma agricultora que luta pelo movimento de moradia retrata *que a mobilização e luta local em defesa do direito à moradia em comunidades de baixa renda resiste há pelo menos sessenta anos e as comunidades estão na lista de remoção, a luta em rede com a questão da agricultura poderia fortalecer as comunidades*. Estes encontros da Rede CAU são espaços de comunicação da sociedade que está em movimento, cuja organização lhe

22 Este documento faz parte do acervo documental da Aspta que reúne textos, ementas, projetos e atas referentes às ações realizadas no âmbito da Rede CAU em 2010.

é peculiar.

Sobre esta questão merece a reflexão que nos faz compreender a Rede CAU enquanto movimento social que não está moldado nos referenciais históricos das lutas de classe do contexto europeu. Para muitos autores enquadrar esta definição ou “conceito parece ser um obstáculo adicional para refinar a compreensão da realidade nas periferias” (ZIBECHI, 2015). Quando se analisam as formas e metodologias organizadas nas lutas das periferias urbanas da América Latina, com frequência são incorporadas perspectivas eurocêntricas de organização. Isso acarreta que estes aspectos mais formais as vezes podem classificá-los como algum tipo de ação coletiva.

Na árdua tarefa de descolonizar os saberes e os territórios os desafios são de ordem epistêmica, metodológica e prática. Como bem colocou Porto-Gonçalves (2001) “são novos territórios epistêmicos que estão tendo que ser reinventados juntamente com os novos territórios de existência material, enfim, são novas formas de significar nosso estar-no-mundo, de grafar a terra, de inventar novas territorialidades, enfim de geo-grafar” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 226).

Dialogando com o geógrafo, sublinhamos este aspecto central na análise das agendas de luta da Rede CAU que vai colocar o movimento numa perspectiva territorializadora, na qual se dá no seio das contradições em que a cidade, como um problema e, a questão urbana como uma nova ordem que impõe normatização à produção do espaço, encarnam diferentes relações sociais.

Operar sobre o urbano e preenchê-lo na sua força política, construindo-o como problemática social é que gostaríamos de realizar ao abordar as agendas de luta que constituem uma importante dimensão da maneira como se organiza a Rede CAU. Priorizamos alguns marcos dispostos no quadro 4 os quais demonstram como se articulam, em que nível de escala incidem as ações e com quais processos se envolve a Rede CAU.

Quadro 4 - Marcos da Agricultura na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: AARJ e AS-PTA.

Escalas/níveis de atuação	Eventos		
Institucional de	Documento do MDS – Marco para	2006/	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento e caracterização

abrangência nacional	construção da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana	2007	<p>das experiências em AU na região metropolitana do Rio de Janeiro.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Horizonte para a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana.
Preparação dos movimentos sociais e organização para o II Encontro Nacional de Agroecologia, no Recife.	I Encontro Estadual de Agroecologia: formação da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ)	2006	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da AARJ • 32 experiências mapeadas no estado do RJ em preparação para o II ENA
Institucional de abrangência Estadual	Projeto da AARJ - “ <i>Desenvolvimento participativo de metodologias e processos de construção de conhecimento agroecológico no estado do Rio de Janeiro</i> ” - financiado pelo CNPq/MDA e sob a coordenação da Universidade Federal Fluminense/Departamento de Geografia - UFF.	2007	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento, identificação e sistematização de experiências • metodologias participativas • diálogo de saberes • intercâmbios • formação da base do trabalho de articulação e consolidação da rede estadual • construção do conhecimento agroecológico
AARJ – Metropolitana e Rede de Agricultura Urban	II Encontro de Agricultura e Saúde na Cidade	2007	<ul style="list-style-type: none"> • Sistematização de experiências em AU. • Elaboração de materiais de comunicação para o evento. • Apresentação das experiências

			<p>em AU, através da metodologia “Carrossel de Experiências”.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visitas de intercâmbios nas comunidades de AU. • Reuniões de trabalho e formação
AARJ – ANA	II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)	2007	<ul style="list-style-type: none"> • Participam do II ENA agricultores de todo estado e agricultores urbanos da capital, instituições e organizações do campo agroecológico.
Articula agricultores do Maciço da Pedra Branca – Vertente Vargem Grande e Rio da Prata	Tem início o Projeto Profito, inicialmente denominado “Plantas Medicinais no Entorno do Parque Estadual da Pedra Branca” da FIOCRUZ Farmanguinhos	2006/ 2007	<ul style="list-style-type: none"> • Vargem Grande e Rio da Prata – Produção de plantas medicinais em SAFs. • Desencadeou um processo de criação da Associação dos Agricultores de Vargem Grande.
Local/Regional	I Encontro Metropolitano de Agroecologia	2008	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento dos/as sujeitos/as em rede. AARJ-Metropolitana debate AU na região.
Local	III Encontro de Agricultura e Saúde na Cidade	2009	<ul style="list-style-type: none"> • Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, RJ. Participaram mais de 300 pessoas.
Estadual	I Festa Estadual de Sementes	2011	<ul style="list-style-type: none"> • Debate sobre um política estadual de Sementes. Encontro realizado em Nova

			Iguaçu. Agricultores/as periurbanos/as e urbanos/as.
Local/Regional	II Encontro Metropolitano de Agroecologia	2012	<ul style="list-style-type: none"> • Reúne experiências de agroecologia na cidade e região metropolitana.
Local	Venda por contrato para escola parceira; primeira DAP	2012	<ul style="list-style-type: none"> • É realizada a venda por contrato para a escola do bairro de Vargem Grande, cidade do RJ.
Federal/articulação regional	Política Nacional de Produção Orgânica e Agroecológica	2013	<ul style="list-style-type: none"> • A construção da PNAPO se deu a partir de Seminários Regionais, os quais tiveram participação de membros da AARJ e da Rede CAU.
Local/articulação regional metropolitana	Mutirão Pró-DAP	2013	<ul style="list-style-type: none"> • Inicia-se o mutirão pró-DAP/formação de uma comissão.
Local/Regional/estadual	Caravana Agroecológica e Cultural da Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2013	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação para o III ENA.
Articulação Nacional	III Encontro Nacional de Agroecologia	2014	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologias, seminários e feiras – construção do conhecimento agroecológico.
Articulação Nacional	I Seminário Nacional de Agricultura Urbana	2014	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmção do movimento nacional de AU/mapeamento da AU/reflexões sobre a construção da Política Nacional de AU.
Articulação Nacional	I Encontro Nacional de Agricultura Urbana	2015	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço de intercâmbio de experiência/consolidação de metodologias/discussões sobre políticas

			públicas/visibilidade da mulher enquanto protagonista na produção alimentar na cidade, sobretudo a mulher negra e periférica.
--	--	--	---

O primeiro marco diz respeito ao conceito de agricultura urbana. Esse conceito foi anunciado por Santrandeu & Lovo (2007) como sendo:

multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 11).

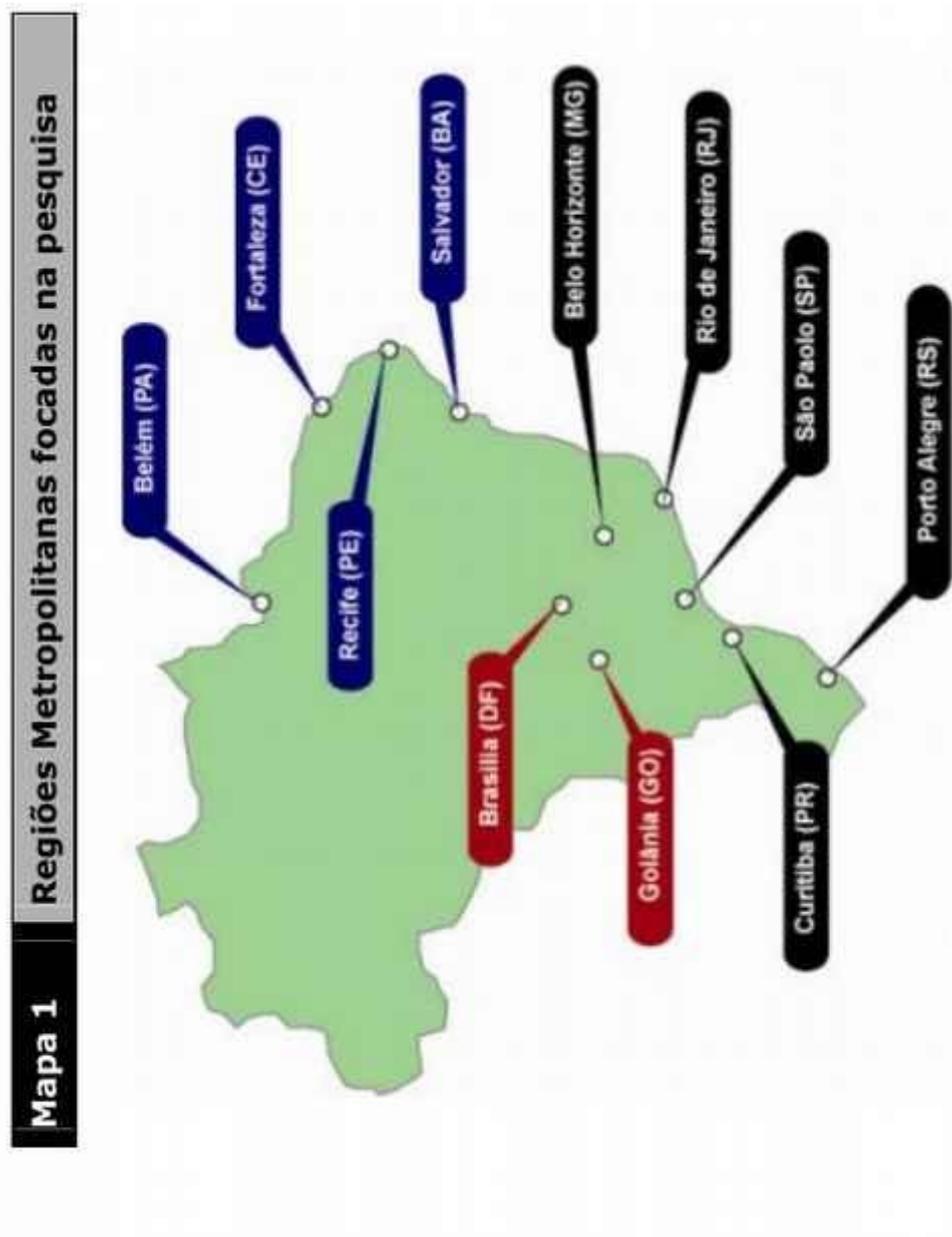
Tal conceito foi elaborado a partir do trabalho publicado no documento *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas Para sua Promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras*, encomendado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Nesse período havia uma expectativa dos movimentos sociais e ONGs que trabalhavam com agricultura urbana em concretizar a Política Nacional de Agricultura Urbana (PNAUP) via MDS e Programa Fome Zero. Os trabalhos realizados, sobretudo pelas ONGs em comunidades pobres demonstravam que

De fato, as práticas de AUP vinham (i) intervindo no enfrentamento direto da redução da insegurança alimentar; (ii) desenvolvendo relação com lazer, saúde, nutrição, saneamento; (iii) valorizando a cultura, educação ambiental e

desenvolvimento sustentável das cidades; (iii) produzindo alimentos orgânicos e agroecológicos; (iv) desenvolvendo ações educativas no contexto do direito humano à alimentação, na qualidade nutricional e na soberania e segurança alimentar; (v) estimulando ações para o autoconsumo, geração de trabalho e renda, com enfoque na sustentabilidade social, econômica e ambiental, através da produção de alimentos saudáveis (CNAU, 2015a, p. 3).

Este trabalho é um marco institucional importante visto que, anima uma agenda política capaz de articular dois níveis escalares, o local e nacional além de colocar a agricultura urbana na agenda de debates das políticas públicas federais (CNAU, 2015a). Neste trabalho houve um mapeamento que além de caracterizar as experiências também identificou geograficamente a ocorrência da AUP no país, como podemos ver na Figura 16.

Figura 16 - Cidades identificadas pelo Panorama da AUP no Brasil, 2007.



Organizado por Santrandeu & Lovo

Na cidade do Rio de Janeiro o Programa de Agricultura Urbana da ASPTA-RJ foi responsável por realizar a pesquisa e identificou 70 experiências localizadas em bairros pobres da cidade, sobretudo na zona Oeste. Além disso foi verificado que “o lócus privilegiado da prática de agricultura urbana eram os quintais domésticos” (SANTANDREU; LOVO, 2007,

p. 27) e o hábito de plantar se dava principalmente por uma identidade rural ainda muito próxima da vida das pessoas. Outros motivos também foram levantados pelas experiências, tais como a complementação na alimentação e o uso de plantas medicinais. Apontando a contradição entre as iniciativas populares e as políticas públicas, o documento demonstrou a existência de “políticas públicas baseadas em projetos prontos, de contratação de pessoal das comunidades, de imposição de modelos de sistemas produtivos, de determinação de um cardápio de plantas a serem cultivadas” (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 27) como umas das ações que atrapalhavam as dinâmicas relacionadas à agricultura urbana.

Como parte de uma síntese, o Panorama da AUP no país demonstra pela primeira vez a sistematização das experiências do Rio de Janeiro em agricultura urbana de bases agroecológicas, bem como passa a orientar metodológica e conceitualmente os discursos a respeito do tema. São práticas bastante heterogêneas dessa agricultura na cidade do Rio de Janeiro e Região Metropolitana que através do cultivo, do resgate de saberes e da cultura, relegados do processo de produção do espaço urbano pelos agentes hegemônicos, que comandam esta produção e reprodução, contrariam uma certa condição objetiva imposta às suas vidas urbanas e delegam sentido mais amplo no qual, se constitui “em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113), num movimento de articulações de escalas múltiplas, na forma de *rede*.

Essa rede, ainda pouco definida realiza-se na dimensão espacial do contexto urbano mas também de uma rede estadual, exatamente num momento em que o movimento agroecológico nacional anima e demanda das organizações locais estratégias que reúnam as experiências para irem ao II Encontro Nacional de Agroecologia. A mobilização se deu no ano anterior ao II ENA quando a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) realizou o I Encontro Estadual de Agroecologia (EEA) e as experiências agroecológicas do estado adensaram uma agenda comum na qual, possibilitou construir “as bases para uma articulação política entre grupos e organizações atuantes na região metropolitana do Rio de Janeiro” (PEREIRA et al., 2014, p. 115) através das visitas de intercâmbio e reuniões de trabalho.

Esta agenda (II ENA e a criação da AARJ) fertilizaram a realização do I Encontro Metropolitano de Agroecologia (EMA) que ocorreu de 21 a 23 de novembro de 2008 em Sero-

pédica²³, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) com participação de aproximadamente 300 pessoas, entre elas agricultores/as, consumidores/as, estudantes, pesquisadores/as, técnicos/as, etc. O seminário de abertura do encontro trouxe como tema “*Urbanização e exclusão social*”²⁴ em que aprofundou os conflitos entre agricultura e expansão do modelo urbano-industrial.

A urbanização é desenvolvimento do capitalismo, as cidades não são somente para moradia, dependentes do campo, as cidades produzem riquezas, construídas a partir da mão de obra do trabalhador super explorada pelos detentores dos meios de produção, para os quais as políticas estão direcionadas equipando-os de toda infra-estrutura necessária. A margem, esses grupos sociais reconfiguram a história, foram expulsos para os subúrbios sem a mesma infra-estrutura, onde os ricos não querem morar no Rio de Janeiro onde se vive é onde também se trabalha e de onde se tira renda, por exemplo, a agricultura urbana ou pontos de economia informal. Assim deve-se pensar em proporcionar condições de viver e trabalhar na cidade, numa perspectiva de desenvolvimento social. Não na perspectiva histórica, onde a inclusão do trabalhador no modelo capitalista através da exploração de sua força de trabalho, o torna um excluído da riqueza gerada. Por isso não deveríamos falar em inclusão social, mas sim em revolucionar o modelo, que se alimenta e cresce com a exclusão socioeconômica, cultural, ética e ambiental gerada como força motriz de seu processo produtivo. Urbanização e exclusão social. (Relato do I EMA, 2008).

Pouco a pouco a rede de agricultura urbana vai agregando diversos/as sujeitos/as envolvidos com agricultura na cidade do Rio de Janeiro e dos municípios metropolitanos mais próximos para debater este e outros temas comuns. A noção de pertencimento dos “sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 114) estabelecem vínculos que espacializam as relações solidárias em meio a efetividade de um espaço hegemonicamente capitalista que impulsiona a vida cotidiana a se normatizar, regradar, reduzir-se. Dessa forma, a prática da agricultura urbana colocada no centro do produção espacial enquanto uma problemática da cidade nos aponta a noção de produção numa perspectiva de apropriação, ou seja revela atos e situações que se realiza, sobretudo, através do corpo (o próprio corpo é extensão do espaço) (CARLOS, 2016) que age e pensa o seu lugar de existência no mundo.

23 Seropédica é um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

24 Relatório Descritivo do I Encontro Metropolitano de Agroecologia – Acervo AS-PTA. Acessado em maio de 2016.

Nessa direção, as práticas de agricultura se reúnem no Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade (EEASC)²⁵ e iluminam caminhos que vão consolidando a Rede de Agricultura Urbana – ainda sem o “*carioca*”²⁶ e agroecologia como matriz paradigmática das ações e práticas de cultivos vinculado às experiências dos quintais urbanos. No segundo II EEASC Foi inaugurada a metodologia Carrossel de Experiências “para mostrar e debater a diversidade de “tipos” de agricultura urbana: desde cultivo em lajes, passando por hortas em escolas e trabalhos de alimentação saudável e remédios caseiros com plantas medicinais” (PEREIRA et al., 2014). No III EEASC as formas lúdicas e poéticas demonstraram as histórias de vida e os cotidianos das práticas de agricultura através do momento denominado como “Que tal meu quintal?”. Além desse momento, os intercâmbios de experiências nos quintais permearam o encontro que também mostrou a diversidade da produção no espaço da Feira Agroecológica. Um vídeo²⁷ foi produzido como registro do III EEASC.

O conhecimento tradicional e os usos sobre as plantas medicinais está presente no modo de vida dos/as agricultores/as e na agricultura da cidade do Rio de Janeiro feita em quintais e as roças no torno e no interior do Maciço da Pedra Branca. E é neste território que começa a atuar, em 2006, o Projeto Profito²⁸ denominado inicialmente “*Plantas Medicinais no Entorno do Parque Estadual da Pedra Branca*” (MATTOS, 2016) e depois “Plantas Medicinais nas Comunidades do Entorno do Maciço da Pedra Branca”, dando ênfase aos povos do Maciço da Pedra Branca, numa espécie de reconhecimento histórico da agricultura local.

Na fotografia (Figura 17) abaixo pode-se visualizar o cultivo da mandioca no alto do Maciço.

25 O II EEASC, em 2007 foi organizado pela AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia; Verdejar; Rede Fitovida e Pastoral da Criança. Já o III EEASC, em 2009, teve na organização uma rede mais ampla de grupos: AliFlor; AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia; Capim Limão; Centro Comunitário de Formação Padre Rafael (CCFPR); Congregação das Servas de Maria Reparadoras; Lar Fabiano de Cristo – UPI Suzana Wesley; PACS Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul; Pacs Batan; Pastoral da Criança; Profito / NGBS / Farmanguinhos / Fiocruz; Projeto Mendanha / Pastoral da Criança; Projeto ProJovem Adolescente / SMAS / 9ª CRAS; Rede de Sócioeconomia Solidária da Zona Oeste; Rede Fitovida; Saúde Pela Natureza / Rede Fitovida; Sítio da Galícia; SMSDC/SUBPAV/SPS/Instituto de Nutrição Annes Dias; Verdejar; Fundação Xuxa Meneghel. Não encontramos fontes primárias sobre o I EEASC bem como nos diversos documentos pesquisados da ASPTA-RJ; Rede CAU e AARJ.

26 Termo gentílico para designar aquilo que é natural do município do Rio de Janeiro.

27 [Vídeo III Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade](#). Produzido por Cecília Figueiredo, 2009.

28 O Profito foi coordenado pela Fiocruz através do Núcleo de Gestão da Biodiversidade e Saúde (NGBS), depois estabeleceu-se uma parceria entre o Proext/UFRRJ.

Figura 17 - Roça de Mandioca nos limites do Parque Estadual da Pedra Branca de agricultor associado a AGROVARGEM, 2016.



Foto: Uschi Silva

A primeira ação do projeto consistiu em realizar o reconhecimento das experiências em agricultura no bairro de Vargem Grande e do Rio da Prata para identificar os/as sujeitos/as daquele território e assim iniciar uma metodologia de trabalho que preconizasse o envolvimento dos/as sujeitos/as e atinar ações coletivas visto que, historicamente estes/as sujeitos/as estavam expostos a situações de conflitos socioambientais desencadeadas, sobretudo, pelo Estado nas suas mais diversas manifestações que vão desde ações nos anos de 1960 em que, o Estado anunciou a região como a nova zona industrial, redefinindo o nome do Sertão Carioca para zona Oeste (FERNANDEZ, 2009), a implementação do Parque Estadual da Pedra Branca, em 1974 que, desconsiderou as comunidades do interior do Maciço que viviam da agricultura, até mais recente, na última década, o Plano Diretor da cidade que considera a totalidade do município do Rio de Janeiro como área urbana.

Progressivamente, a forma de atuar em rede mobilizaram princípios e sentimentos. Os/as agricultores/as das roças da vertente de Vargem Grande que acompanhavam as articulações de Agroecologia do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana, atrelada as parcerias estabelecidas com o Profito e a ASPTA-RJ, se sentiram estimulados/as a criarem em 2007 a Associação de Agricultores de Vargem Grande, a AGROVARGEM. A noção destes/as agricultores/as de que a institucionalização qualificaria a luta por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais se deu quando houve uma articulação em torno de demandas comuns ampliando a possibilidade de ação coletiva. A respeito disto Gohn (2008) analisa a existência de duas categorias chaves “*rede*” e “*mobilização social*”, as quais vem sendo centrais em pesquisas acadêmicas devido a “nova” tendência nos anos 1990 “dos grupos sociais organizados se articularem em redes e criarem fóruns” (GOHN, 2008, p. 446), muito vinculados as Organizações Não Governamentais, ao 3º Setor e algumas políticas públicas.

A luta por direitos territoriais e por políticas públicas, sobretudo, as voltadas para a agricultura, tornou possível retomar o debate sobre o Documento de Aptidão ao Pronaf, uma espécie de identidade de agricultor/a que permite o acesso às políticas públicas. Essa decisão esbarrou em diversos entraves de ordem conceitual, política e ética, mas também inaugurou uma importante agenda de luta.

A partir da articulação em redes estaduais e regionais, são realizadas as primeiras interlocuções sem sucesso com o Sistema Único de Saúde (SUS) e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (BAPTISTA, 2014) em vista de acessarem o Documento de Aptidão ao Pronaf. Nesse mesmo contexto, o Profito e a ASPTA-RJ tiveram um importante protagonismo na concretização da Rede Carioca de Agricultura Urbana. Não há uma data que demarque este início e sim, processos de luta e resistência que vão dando liga e identidade ao grupo.

Assim, em 2012, a “AGROVARGEM passa a integrar a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU)” (MATTOS, 2016, p. 13) no mesmo ano em que formaliza-se a Comissão “*Mutirão Pró-DAP*” que, já vinha sendo articulada desde o final de 2011 (PRADO; MATTOS; FERNANDEZ, 2012), por diversas entidades como o Programa de Agricultura Urbana da ASPTA-RJ, o Profito, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do município, o grupo de Consumidores da Rede Ecológica, a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, a Articulação de Agroecologia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e

professores da rede pública de ensino e vinculados ao território de Vargem Grande, além claro dos/as próprios/as agricultores/as. Essa articulação se dá, sobretudo, por dentro dos espaços da Rede Carioca de Agricultura Urbana.

Essa comissão abriu um canal para o diálogo com o órgão público de assistência técnica, a EMATER-RJ, que possui escritório locado no bairro de Campo Grande, onde ocorre semanalmente, há 20 anos, a Feira Orgânica de Campo Grande composta de agricultores/as do Maciço da Pedra Branca, em vias de receber informações de como proceder na obtenção do Documento de Aptidão ao Pronaf. Como afirma (PRADO; MATTOS; FERNANDEZ, 2012):

O intuito foi estabelecer uma relação de diálogo que possibilitasse a emissão dos documentos, tendo em vista que, com exceção de problemas de documentação da titularidade da terra de alguns agricultores, os demais critérios para emissão da DAP são contemplados por todos os sete produtores. Dessa forma, os agricultores foram orientados sobre a adequação da documentação e os procedimentos necessários para que suas DAPs fossem regularmente emitidas (PRADO; MATTOS; FERNANDEZ, 2012).

A argumentação do órgão público foi:

- a) Não era possível emitir DAP a agricultores/as no interior de Parque Estadual da Pedra Branca visto que, a legislação ambiental não permite moradores dentro dos limites do Parque;
- b) O Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro diz que o solo é 100% urbano e segundo as normas do Manual do Crédito Rural, inviabilizaria a DAP para agricultores/as nesta situação.

Como nos contou Claudemar Mattos, agrônomo que participou ativamente da comissão Mutirão Pró-DAP:

Essa informação de ter DAP para esses agricultores nunca chegou, mas a DAP para as políticas públicas que a gente queria acessar era documento fundamental. Esse documento foi sempre negado por uma interpretação equivocada e, a gente foi percebendo essa interpretação equivocada do órgão de oficial de assistência técnica e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que associava a questão da agricultura ao imóvel rural, ou seja, só teria direito a ter a DAP quem estivesse em área rural, e como se dizia que na cidade do Rio de Janeiro não tinha imóveis rurais, por causa também de

uma interpretação do plano diretor, então se extrapolou que não tem imóvel rural no Rio de Janeiro e não tem agricultor e se não tem agricultor não tem que dar a DAP (Claudemar Mattos, agrônomo do Programa de Agricultura Urbana da ASPTA-RJ, entrevista em maio, 2016).

Esta situação que nos conta o agrônomo, permite realizar dois tipos de análise articuladas entre o processo histórico de exclusão e invisibilidade da agricultura e a matriz paradigmática que opera sob a cidade. Historicamente excluída e invisibilizada, como já contava Magalhães Correa, ao referir que poucos eram os moradores da cidade do Rio de Janeiro que conheciam o Sertão Carioca, a agricultura das roças é relegada até os dias de hoje em função da preconização do modelo de vida urbano-industrial que foi impondo um tipo de lógica à vida cotidiana da cidade desde os tempos em que o Sertão Carioca virou zona Oeste. A troca de nomes não foi uma simples substituição, foi a afirmação da matriz paradigmática imposta à cidade, tal como aconteceu com a privação dos/as agricultores de serem reconhecidos. Estão em jogo a visão fragmentada de sociedade e natureza, a dicotomia entre urbano e rural e forma burocrática das instituições públicas de agir em situações as quais parecem fazer questão de se ausentar.

Para Francisco Caldeira, agricultor do Maciço da Pedra Branca do bairro de Vargem Grande, “a história da DAP é uma coisa bastante interessante, não só pela DAP mas o que isso representa na luta da agricultura urbana, a luta de vários agricultores que nunca puderam ter a DAP” (Francisco Caldeira, agricultor associado a AGROVARGEM, Vargem Grande, maio, 2016).

Levando em consideração os fatos da realidade de que há uma agricultura dentro dos limites do Parque e que é realizada na cidade, a Comissão Mutirão Pró-DAP combateu as argumentações que vinham da EMATER-RJ e também do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apresentando em distintos espaços de participação social e governança, como nas reuniões do CONSEA municipal e estadual e na Semana da Alimentação Carioca, entre outros, um trabalho dedicado a organização de materiais que pudessem subsidiar os argumentos construídos pelo Mutirão Pro-DAP em favor dos/as agricultores/as. A respeito disto, Claudemar Mattos, agrônomo, nos conta:

Isso depois veio a cair, o próprio MDA, em uma conferência municipal de

segurança alimentar ratificou uma das coisas que a gente batalhou e, acho que isso extrapolou para o Brasil todo, que não era a condição local que dava o acesso a DAP e sim a prática, se a pessoa faz agricultura em qualquer lugar, seja na roça ou na cidade e preenche os outros critérios de agricultura familiar, essa pessoa poderia se encaixar independente se a sua roça era um cultivo de quintal ou um cultivo numa roça. Hoje o MDA reconhece que um agricultor de quintal pode ter a DAP desde que atenda aos critérios” (Claudemar Mattos, assessor técnico do Programa de Agricultura Urbana da ASPTA-RJ, maio, 2016).

A primeira DAP da cidade do Rio de Janeiro foi conquista em 2012 fruto do esforço das organizações e dos/as agricultores/as articulados pela Rede Carioca de Agricultura Urbana. Naquela época foi desenvolvido um plano para a “realização de um breve diagnóstico da propriedade de sete agricultores, de um total de cerca de 120 que plantam em áreas agrícolas do Maciço da Pedra Branca” (PRADO; MATTOS; FERNANDEZ, 2012). Com isto, em junho de 2012 Francisco Caldeira recebeu o documento institucional que o reconhecia como agricultor. Em seguida, no mesmo mês e ano, mais outras duas DAPs foram emitidas para agricultores da AGROVARGEM. Em setembro de 2012 a primeira venda institucional via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (CHIFFOLEAU, 2015), (MATTOS, 2016) foi realizada por Francisco Caldeira para escola estadual do bairro. Na Figura 18 podemos ver o agricultor assinando o Documento de Aptidão ao Pronaf.

Figura 18 - 1ª DAP da cidade do Rio de Janeiro, 2012.



Arquivo Rede CAU

Outra conquista veio dia 08/01/2014 quando Cristina Correia dos Santos recebeu o primeiro Documento de Aptidão ao Pronaf dado a uma mulher agricultora na cidade do Rio de Janeiro. O reconhecimento de ser agricultora e poder comercializar em seu nome os produtos fruto de seu trabalho ampliou o horizonte da Rede CAU para a luta das mulheres. Além disso, a inserção nas redes de Agroecologia do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana proporcionaram a Cristina e outras agricultoras a participação em espaços feministas da Articulação Nacional de Agroecologia, como o Grupo de Trabalho Mulheres da ANA. Segundo Claudemar Mattos, desde o Mutirão Pró-DAP, os/as agricultores/as da Rede CAU conquistaram até 2017

10 DAP na cidade do Rio de Janeiro, todas nas roças do Maciço da Pedra Branca e nenhuma em quintais.

A conquista de direitos e a inserção em redes locais, regionais e nacionais mobilizaram os/as sujeitos da agricultura urbana da cidade do Rio de Janeiro que passaram a se sentirem mais motivados a construir ações coletivas.

Nesse sentido, a Rede Carioca de Agricultura Urbana e a Articulação de Agroecologia da Região Metropolitana realizaram em 2013 a Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro²⁹ num mesmo período em que se acirraram os conflitos socioambientais com o anúncio dos mega eventos na cidade. Dessa maneira, “priorizou-se o reconhecimento das resistências e lutas em curso diante da implantação de megaempreendimentos siderúrgicos, mega eventos esportivos (Copa do Mundo e Olimpíadas), construção civil (empreiteiras), imobiliários, entre outros” (AARJ, 2014).

A Caravana passou por lugares históricos de luta na cidade e mostrou a diversidade dos/as sujeitos/as e da agricultura na cidade e região metropolitana. No primeiro dia o “*Ocupa Píer*” no bairro de Pedra de Guaratiba, trouxe a paisagem da baía de Sepetiba, a denúncia do grupo “atingidos pela TKCASA³⁰” (Figura 19) e a montagem do mapa afetivo da Rede Carioca da Agricultura Urbana, além da visita ao quintal agroflorestal, animado pelo lema “*Quem é do mar não enjoo... artesanato e comida boa e com agricultura urbana nenhum quintal fica à toa*”.

29 A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) promoveu Caravanas Agroecológicas e Culturais em todas as regiões do País, em parceria com diversas organizações locais, como parte do processo preparatório ao III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Ao todo foram visitados 12 territórios, a maior parte em 2013, envolvendo 2.500 pessoas, entre agricultores/as, técnicos/as, estudantes, acadêmicos, jornalistas e gestores públicos. A proposta da caravana é uma inovação metodológica na ANA, com o objetivo de mobilizar os atores locais para que eles possam estudar e compreender melhor seu território, pensar o fortalecimento da agroecologia, a ampliação da escala das suas experiências, bem como conhecer as ameaças que estas experiências enfrentam para se desenvolver.

30 Desde 2010, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) opera em sua unidade de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, sem Licença de Operação, documento básico no processo de licenciamento ambiental. A maior siderúrgica da América Latina funciona graças a um questionável Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), renovado em 2014 e com vencimento previsto para 2016. Isso significa que a empresa continuará funcionando de forma ilegal, causando doenças na população vizinha à indústria. Fonte: <http://paretkcsa.org/>

Figura 19 - Denúncia realizada na Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro à emissão de poluentes pela empresa TKSCA. Baía de Sepetiba , 19 de novembro de 2013.



Acervo próprio

No segundo dia, o percurso evidenciou a necessidade de se fazer cumprir a função social da terra, na roça e na cidade ao qual reivindicava-se “*terra para viver: morar, plantar e pescar*” ao trazer a horta comunitária de Vila Autódromo (Figura 20), símbolo da resistência e da luta por direito à moradia na zona Oeste.

Figura 20 - Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro. Horta comunitária de Vila Autódromo. Jacarepaguá, 20 de novembro de 2013.



Acervo AARM

Neste mesmo dia, 20 de novembro de 2013, a Caravana Agroecológica e Cultural seguiu sua rota até o bairro de Vargem Grande, para que os/as participantes pudessem conhecer a comunidade do Quilombola Cafundá Astrogilda que naquele mesmo ano havia conseguido o reconhecimento de comunidade tradicional, e evidenciar a produção agroecológica feita dentro dos limites do Parque Estadual da Pedra Branca nos sítios dos agricultores Francisco Caldeira e Pedro Mesquita. O último de dia incursão pelas experiências em agricultura na cidade perpassou por um assentamento da reforma agrária em Nova Iguaçu, cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e pela Feira da Roça de Nova Iguaçu, tal como vemos na Figura 21.

Figura 21 - Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro. Feira da Roça de Nova Iguaçu, 21 de novembro de 2013.



Acervo AARM

As Caravanas Agroecológicas por todo país consistiram em um exercício de análise coletiva e popular dos territórios, evidenciando os impactos causados por grandes empreendimentos como especulação imobiliária e mega eventos que legitimam um urbanismo espetáculo (MARICATO, 2015), ocultando inúmeros problemas relativos ao urbano, como a insuficiência de moradia para a população mais pobre e transporte coletivo inadequados. Como aponta Lefebvre o espaço urbano idealizado pelo capital, configura-se também como o “lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca. Ele se ornamenta dos signos dessa liberdade conquistada” (2008, p. 20) ou ao menos dessa liberdade que se pretende conquistar, quando a Rede CAU grita “*não somos invisíveis*” ocupando os espaços da cidade. A metodologia da Caravana tornou possível olhar o território com outras lentes, possibilitou reunir grupos dispersos que puderam discutir temas comuns.

No Rio de Janeiro tornou mais evidente a prática agrícola e trouxe força para continuar resistindo, tal como disse Francisco Caldeira:

A agricultura sempre foi resistência o pessoal da agricultura resistiu a tudo e a todos a esse modelo ao sistema a tudo. E isso hoje em dia conta muito para ajuda da agricultura orgânica, da produção agroecológica enfim do alimento limpo né que hoje isso tá demais. Agricultura pode ser em qualquer lugar, no quintal ou na roça. (Francisco, agricultor urbano e integrante da Rede CAU, entrevista em maio 2016)

A mobilização no território permitiu que em 2014 a Rede Carioca de Agricultura Urbana fizesse parte da delegação de 80 pessoas de todo estado organizadas pela Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro fossem para o III Encontro Nacional de Agroecologia. Neste III ENA “a sistematização das caravanas foi apresentada de forma visual em instalações pedagógicas territoriais³¹” (BENSADON, 2016, p. 103). Na sistematização realizada pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro ressaltou-se a produção agrícola e a produção industrial como os expoentes de uma compartimentação que se configura também no campo das políticas públicas, a começar pela legislação brasileira, “que considera o rural e o urbano como dois campos distintos” (ALMEIDA, 2015, p. 439) e assim, formula políticas públicas a partir de tal consideração.

A Caravana Agroecológica do Rio de Janeiro, através do olhar territorial proposto pela metodologia, denunciou o modelo de desenvolvimento perverso que coloca a agricultura urbana e os moradores da periferia da cidade em situação de precarização territorial e exclusão social, fruto de uma idealização do urbano-industrial.

Durante III ENA os territórios que organizaram as caravanas puderam apresentar os conflitos e os anúncios em Instalações Pedagógicas e Territoriais³². Para cada apresentação

31 Foram visitados 12 territórios nas caravanas preparatórias, durante um ano e houve 15 instalações pedagógicas montadas no evento, expressando visualmente a leitura sobre os territórios visitados: Zona da Mata/MG, Santarém e Belterra/PA, Chapada do Apodi/RN, Sudoeste do Mato Grosso, Bico do Papagaio/TO, Região Mogiana-Sorocabana/SP, Região Sul, Região metropolitana do Rio de Janeiro, Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha, Sertão do Araripe/PE, Território do Sisal/BA, Extremo sul da Bahia, Sertão do São Francisco/BA e Rondônia.

32 Instalações Pedagógicas são cenários que guardam aspectos de uma instalação artística em sua dimensão estética, multiplicidade de “suportes” utilizados e na espacialização que monta e desmonta conforme o contexto. Estas são lugares privilegiados de intercâmbio entre a sabedoria popular e saber universitário. Compõem-se de

houve um painel de sistematização gráfica. Um/a sistematizador/a gráfico/a ia relatando as falas (Figura 22). No caso do Rio de Janeiro, os participantes de outros estados demonstraram a surpresa de estarem vendo a existência de uma agricultura realizada em meio a cidade. O horizonte que se projetava era a imagem de cidade, cujos, objetos geográficos, dispostos no espaço urbano, constituíam-se por arranha-céus, autopistas, concretos, indústrias, ou seja, um tipo de paisagem homogênea de cidade que não permite que as pessoas em geral possam atribuir àquele espaço outras configurações.

A agricultora Elzude, de Érico Cardoso (BA), gostou tanto da instalação que cantou uma música em homenagem ao Rio. “Foi uma coisa muito importante para minha vida, principalmente na parte sentimental, por expressar a vida do campo e a vida dos nossos povos tombados, por serem lideranças da agricultura familiar. Pela resistência a esse regime é que nós vivemos. Sou sindicalista desde a minha mais tenra idade”, disse ela. (matéria jornalística durante o III ENA) (ANA, 2014).

elementos da realidade e criam uma ambiência problematizadora e suscitadora da reflexão. A experimentação das instalações pedagógicas advém dos programas de formação dos trabalhadores que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e suas Escolas Sindicais inauguradas nos anos 1980 e 1990. (CARDOSO et al., 2013)

Figura 22 - Facilitação Gráfica da Instalação Pedagógica e Territorial no III ENA, 2014.



Acervo pessoal

Ainda no III ENA, foi feita uma articulação com outros movimentos de agricultura urbana no país para realização do I Seminário Nacional de Agricultura Urbana. Neste seminário um grande mapa do Brasil foi colocado em exposição para que as pessoas fossem referenciando as experiências em agricultura urbana. Disto resultou a criação do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU) no qual a Rede CAU teve um importante papel no ato da criação. Essa articulação em escala nacional, permitiu aprofundar a reflexão do tema do “Direito à Cidade”, com viés da agricultura urbana e do direito à alimentação saudável e apontar o I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (CNAU, 2014).

O I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU)³³ aconteceu entre os dias 21 a

33 O I ENAU é um desdobramento do I Seminário Nacional de Agricultura Urbana, realizado no III ENA e

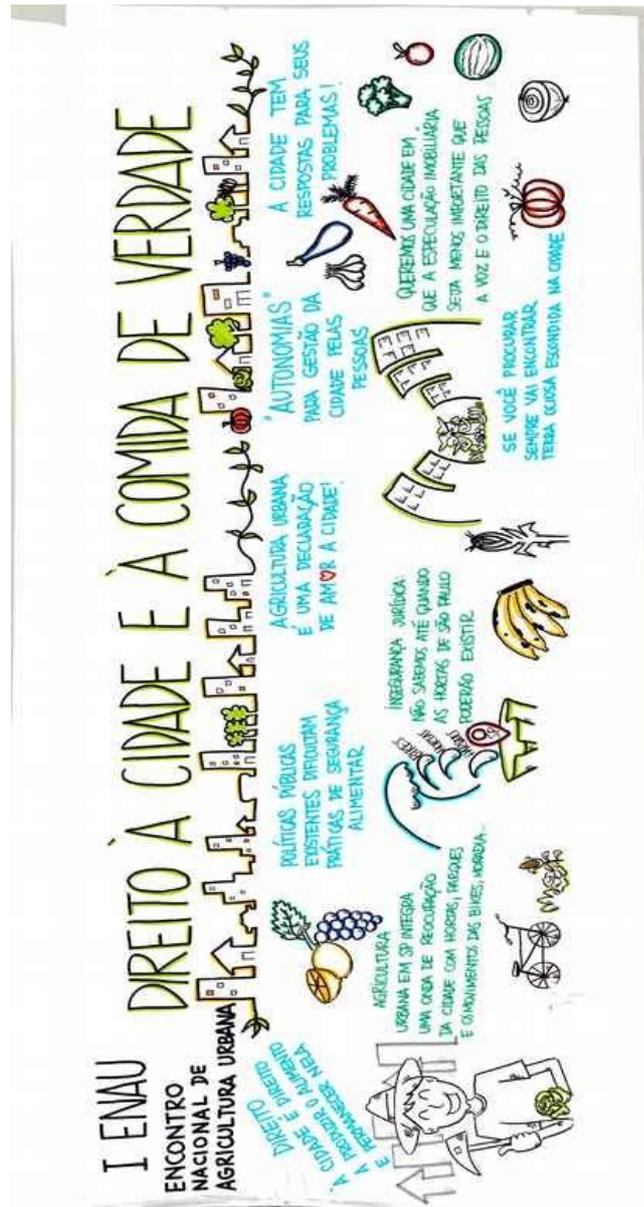
24 de outubro de 2015, na cidade do Rio de Janeiro, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vinculado ao departamento de nutrição.

I ENAU foi organizado pelo CNAU com apoio da ANA e Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) (CNAU, 2015b). A Rede CAU como anfitriã foi parte fundamental na organização, exigindo uma grande mobilização e empenho das organizações e dos/as agricultores/as. Com o tema “*Direito à cidade e comida de verdade*”, como mostra o painel da facilitação gráfica (Figura 23), o I ENAU reuniu mais de 250 participantes de 20 estados do Brasil, das cinco regiões, sendo o número de mulheres superior a 50% (CNAU, 2015b). Isto demonstra que, embora, invisibilizada e excluída de uma política pública nacional, a agricultura urbana é uma prática recorrente no meio urbano e que pode estar relacionada à produção de espaços na cidade (ALMEIDA, 2015).

I

fruto da articulação entre Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a parceira com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Figura 23 - Painel da relatoria gráfica da plenária inicial do I ENAU, uma metodologia utilizada para registrar e sistematizar plenárias, encontros e reuniões do movimento agroecológico, 2015.



Acervo CNAU.

O ENAU constitui-se como um espaço de participação social e “ponto alto” do movimento de agricultura urbana no Brasil. A partir das experiências, painéis e seminários o Cole-

tivo Nacional de Agricultura Urbana passou a conceituar o termo Agricultura Urbana e Periurbana como,

Entendemos a agricultura urbana como uma forma de organização da população urbana para promover a autonomia na produção agroecológica de alimentos, a construção de novas relações de produção e consumo baseadas na economia solidária e a reconexão com a natureza nas cidades (CNAU, 2015b).

Assim como o III ENA, houve a Feira “*Agroecológica e Cultural: Saberes e Sabores das Cidades*”, as instalações artístico pedagógicas e dois seminários temáticos sobre “*Direito à cidade e comida de verdade*” que, trazia a reflexão sobre a importância da produção de alimentos nos espaços urbanizados na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, da saúde e na interação com o urbanismo, o direito à cidade e as moradias populares. O outro painel foi “*Qual Política para Agricultura Urbana queremos?*” cujo objetivo era promover o debate e trazer elementos I ENAU para a construção de uma Política Nacional de Agricultura Urbana.

Ainda houve um intercâmbio de experiências que visitou as roças no Maciço da Pedra Branca, na vertente de Vargem Grande onde foi apresentado parte do estudo de avaliação dos impactos econômicos e ecológicos da agroecologia “Núcleo Social de Gestão do Agroecossistema: Cristina Correia Dos Santos & Jorge Cardia Valois”, promovido pela ANA (MATTOS, 2016).

Como proposta da Rede CAU, foi realizado ainda um seminário organizado dentro do I ENAU: “*A Maior Floresta Urbana da América Latina está no Rio de Janeiro: quem está cuidando, as leis ou os agricultores?*” em que convidou o Ministério do Desenvolvimento Agrário para questionar o que teria levado o sumiço do Documento de Aptidão ao Pronaf do agricultor Francisco Caldeira no ano de 2015. O agricultor relembra o fato:

A história da DAP é uma coisa bastante interessante, não só pela DAP mas o que isso representa na luta da agricultura urbana, a luta de vários agricultores que nunca puderam ter a DAP. Aconteceu comigo né e eu costumo sempre defender esse episódio. Estou sem DAP até hoje mesmo depois de idas e vindas ainda continuo sem DAP. Tinha uma história não só no Rio de Janeiro mas no Brasil inteiro de negação de DAP para agricultura urbana. O

momento culminante foi no ENAU onde houve uma resolução do Ministério Desenvolvimento Agrário em que isso já não era mais um entrave para DAP. Isso é muito resultado da discussão que houve na cidade do Rio de Janeiro, com a participação do CONSEA e vários outros atores pressionando para que esse nó fosse desvendado. Foi um momento importante de afirmação das políticas públicas para o pequeno agricultor (Francisco Caldeira, agricultor associado a AGROVARGEM, Vargem Grande, maio, 2016).

Ao final do seminário não houve resposta para o fato, o representante do MDA não soube explicar como o documento havia sumido do SisDAP, local onde estão alocados os Documentos de Aptidão ao Pronaf junto ao órgão responsável. Diante da não resolução do problema pelos termos jurídicos o fato tornou-se público aos presentes no I ENAU. A colocação do problema também foi evidenciada como fato político gerando uma discussão conceitual importante sobre o entendimento da prática da agricultura na cidade do Rio de Janeiro. Entre os participantes da mesa debatedora, além do representante do delegado do MDA também fizeram parte “duas professoras da UFRRJ, das áreas de Sociologia e Direito Ambiental, por um agricultor da AGROVARGEM” (OLIVEIRA, 2016, p. 71). Um grande ato em defesa dos/as agricultores/as e da resolução do problema do sumiço da DAP foi realizado pela Rede CAU.

Longe de esgotar as inúmeras ações protagonizadas pela Rede CAU, buscamos caminhar por alguns marcos importantes na trajetória dos sujeitos coletivos, na organização em rede em escalas diferenciadas que, no conjunto das práticas agrícolas, das lutas, dos fóruns, dos conselhos e eventos, produzem alimentos e, ao mesmo tempo, cultivam seus espaços de vida e de re-existência na cidade. A potência contida nesse movimento está em anunciar possibilidades para uma cidade renovada e o urbano possa ser reconstruído a partir de ações coletivas e da práxis da agricultura urbana.

3.3 RE-EXISTÊNCIA, IDENTIDADE E CONSTRUÇÃO DE NOVOS MERCADOS

Como vimos a agenda de luta e a formação do sujeito coletivo, organizado na Rede Carioca de Agricultura Urbana, traz a Agroecologia como forma de resistir aos conflitos urbanos na cidade do Rio de Janeiro. Não precisamos reforçar que o papel desempenhado pelas ONGs, em especial a AS-PTA-RJ na cidade do Rio de Janeiro, são fundamentais para que este

ideário esteja no centro das lutas, agendas e bandeiras levantadas pelo movimento.

Os mercados construídos a partir da Agroecologia em proximidade com a Economia Solidária, a partir da década 1990, foi um momento de multiplicação importante das experiências ligadas às iniciativas locais. Conforme Schmitt e Tygel (2009) este movimento estaria caracterizado por

formas organizativas assumidas pela Agroecologia e pela Economia Solidária – movimentos estes que descrevem a si próprios, frequentemente, não como movimentos sociais, mas sim, como redes de redes, espaços de articulação e diálogo, articulações de movimentos sociais e organizações – refletem seu caráter heterogêneo e mutável. Essas identidades mobilizam um amplo grupo de unidades diversificadas e autônomas – pessoas, redes e organizações – cuja solidariedade interna resulta de um permanente trabalho de construção e reconstrução (SCHMITT; TYGEL, 2009, p. 106).

Acrescentamos que em movimento como este se tomam formas de sociabilidade e soluções para uma cidade inclusiva e democrática que contemplem os direitos culturais e étnicos da diversidade social. Nesse direção Gohn (2014) verifica que “essas manifestações e movimentos têm criado novos desenhos nas relações entre grupos e classes sociais, refletindo diretamente no território das cidades, em suas formas de sociabilidade e de participação sociopolítica e cultural” (GOHN, 2014, p. 93).

São contextos de anunciação de novas identidades pautadas na apropriação simbólico-expressiva do espaço vivido, não redutível ao domínio da lógica estratégico-funcional do espaço concebido (LEFEBVRE, 2006a). Para Lefebvre, as identidades construídas no espaço vivido carregam “simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social que, eventualmente poder-se-ia definir não como código do espaço, mas como código dos espaços de representação” (LEFEBVRE, 2006a, p. 59), assentados no valor de uso do espaço e do tempo.

Dessa maneira, constituir-se-á espaços qualitativos ou seja, ligados à dimensão do corpo, do relacional, das afetividades, da sociabilidade e do afeto pelo lugar.

Os mercados solidários, como algumas feiras agroecológicas verificadas na cidade do Rio de Janeiro podem conter traços marcantes do espaço vivido. Pois, ele próprio torna-se o lugar em que as identidades são reforçadas, assim como, são reforçados os laços que unem

os/as sujeitos em torno da utopia comum ao grupo.

Contudo, precisamos considerar, além do espaço vivido, um conjunto de representações e ideologias, sedimentadas historicamente pela visão dos agentes hegemônicos (capital, Estado e ciência) que, projetam representações do espaço, o espaço concebido (LEFEBVRE, 2006b), dominante numa sociedade. É a partir dessa relação dialética entre o espaço vivido e o espaço concebido que se constroem a consciência socioespacial (CRUZ, 2011) de pertencimento e das identidades.

Na contra mão dos mercados solidários, estão os mercados capitalistas, pautados no livre funcionamento, na competição e no individualismo. Os/as agricultores/as da cidade do Rio de Janeiro, por décadas ficaram condicionados à esta forma de comercialização. Escoar a produção das regiões agrícolas da cidade, significava submeter-se aos atravessadores e às condições impostas pelo mercado externo. Os produtos, principalmente a banana eram levados para fora do local da produção ou para feiras livres, deixando vulneráveis os/as agricultores/as (MATTOS, 2016).

Atrelada à essa condição histórica de precarização e invisibilidade da agricultura na cidade do Rio de Janeiro, entre 2011 a 2014, a ONG AS-PTA via Programa de Agricultura Urbana aprovou os projetos “Semeando Agroecologia”, “Semeando Agroecologia e Árvores na Agricultura Familiar” e “Alimentos Saudáveis nos Mercados Locais” para atuar em toda região metropolitana do Rio de Janeiro.

Os projetos tiveram a participação efetiva de agricultores/as e consumidores/as, reascendendo este debate não só na Rede CAU como também na Articulação de Agroecologia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No primeiro projeto “Semeando Agroecologia” de 2011 a ASPTA-RJ tinha por objetivo:

As ações propostas se orientam para promover a intensificação e a diversificação produtivas dos sistemas agrícolas familiares com base em tecnologias e práticas agroecológicas e, simultaneamente, ampliar o acesso dos agricultores a distintos circuitos dos mercados locais e institucionais. Nesse sentido, são previstos diagnósticos participativos e atividades de capacitação, fomento à produção e à comercialização, bem como a implementação de unidades demonstrativas, visitas técnicas, dentre outras (ASPTA-RJ, 2011).

Cabe ressaltar que este momento de aproximação proporcionada pelo projeto Semeando Agroecologia da ASPTA-RJ com as feiras locais como o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, na zona Sul da cidade do Rio de Janeiro e com as Feiras da Roça de Nova Iguaçu e Queimados na baixada fluminense, corresponde ao novo contexto de reformulação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar encampadas nos governos petistas desde 2003. Como destaque destas políticas de intervenção governamental tem-se “a estruturação de mecanismos de suporte à comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), entre outros” (SCHMITT, 2014, p. 216).

Diante do contexto que trazia oportunidades, a Rede Carioca de Agricultura Urbana foi se movimentando “para acessar os novos mercados que ao mesmo tempo em que os agricultores sentiram a necessidade em ampliar os mercados também aumentou a oferta de consumo por alimentos orgânicos” (Claudemar Mattos, agrônomo do Programa de Agricultura Urbana da ASPTA-RJ. Entrevista maio de 2016).

A análise desses processos também nos permite identificar que o acesso aos novos mercados, por um lado geram renda aos/às agricultores/as e por outro, “permitem que crianças, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade social tenham acesso a alimentos com elevado valor nutricional” (SCHMITT; GRISA, 2013, p. 245). Essa questão se verifica entre agricultores/as e também na interpretação do assessor técnico:

Isso é muito interessante porque a gente vinha num processo de quase monocultura, praticamente só banana e caqui. Hoje em dia não, minha taioba já voltou, tenho chuchu, batata doce, alguma coisa de cenoura. Isso é bastante positivo em todos os sentidos, tanto na questão alimentar como na questão você atender o público da feira e na questão de produção mesmo de rotação de cultura é bastante saudável (Francisco Caldeira, agricultor associado a AGROVARGEM, Vargem Grande, maio, 2016).

Eu percebo que outro movimento da agricultura urbana da Rede CAU é que a produção de alimentos não esta especificamente voltada para a geração de renda. É o caso da vila Autódromo. Vender não é o fator fundamental, embora para os agricultores seja importante mas também é importante cultivar alimentos como modo de vida na cidade, como segurança alimentar,

como resgate de conhecimento ancestrais, uso de plantas medicinais, da cultura de cultivar alimentos (Claudemar Mattos, agrônomo do Programa de Agricultura Urbana da ASPTA-RJ. Entrevista maio de 2016).

O tema dos mercados é debatido dentro da Rede CAU e ganha especial atenção no Grupo de Trabalho Mercados. É preciso esclarecer que existem dois tipos de mercados acessados pela Rede CAU: as vendas institucionais e as vendas nos chamados mercados locais, as feiras.

Em 1998, no bairro de Campo Grande, zona Oeste carioca era inaugurada a primeira feira orgânica da cidade com agricultores/as do Maciço da Pedra Branca, da vertente do Rio da Prata, localidade do bairro de Campo Grande. A feira foi organizada a partir de um projeto com a Associação Projeto Roda Viva³⁴, uma ONG que não está mais vinculada a feira. Naquele período formou-se a Associação de Produtores Orgânicos do Rio da Prata (AGROPRATA) com apoio do Sindicato Rural do Rio de Janeiro e da Emater Rio, ambos com sede no bairro de Campo Grande, zona Oeste do Rio de Janeiro. Na foto abaixo, vê-se uma reunião do grupo da feira orgânica de Campo Grande (Figura 24)

Figura 24 - Reunião da FOCG, 2012.

³⁴ A Associação Projeto Roda Viva é uma entidade não governamental que atua nas comunidades do Complexo do Borel e adjacências, na zona norte do Rio de Janeiro.



Foto: Uschi Silva

Em um dos boletins da feira, o agricultor salienta a importância de estar neste espaço para continuar com a prática da agricultura.

A feira orgânica de Campo Grande trouxe muito conhecimento e melhoria de vida para nós agricultores e para a população de Campo Grande. Antes eu ficava muito desmotivado, e como filho de agricultor vejo na feira uma motivação. (...) Para Campo Grande a feira é muito inovadora e um espaço de resistência e um espaço de saúde” (Claudino Avelino, agricultor do Rio da Prata). (Panfleto da Feira Orgânica de Campo Grande. s/d).

Na zona Sul do Rio, bairro da Glória, já existia desde 1995 a Feira Orgânica da Glória, coordenada pela Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO que se constitui como um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), responsável por certificar os produtos orgânicos no estado do Rio de Janeiro através do Sistema Participativo de Garantia (SPG)³⁵.

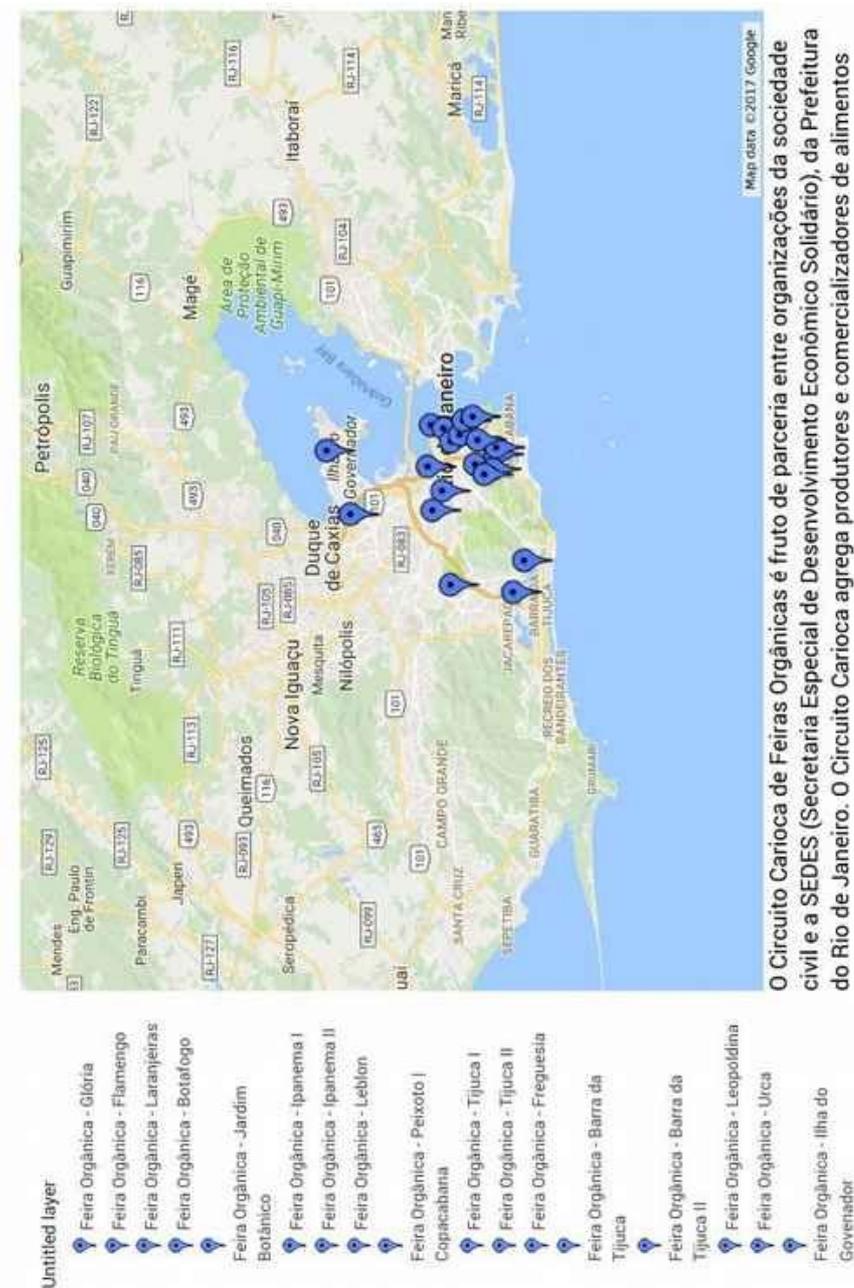
35 O controle por Sistema Participativo de Garantia é feito por uma instituição – o Organismo Participativo de

Apesar de ser na cidade do Rio de Janeiro, a feira da Glória como é conhecida comercializava produtos vindos da região Serrana do estado. Por muito tempo estas duas experiências em localidades distintas foram os únicos mercados de orgânico da cidade do Rio de Janeiro.

A ABIO passa a debater internamente soluções que, buscassem fortalecer a agricultura familiar camponesa do Estado a partir da comercialização direta, em feiras e nos mercados institucionais (ABIO, 2016). Para isso a ABIO buscou parceira com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES), da Prefeitura do Rio de Janeiro, para a concretização do projeto de criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), proposto pela Associação.

Avaliação da Conformidade (OPAC) - à qual estão vinculados tanto produtores orgânicos quanto, sempre que possível, consumidores e comerciantes de produtos orgânicos e técnicos. Quer dizer, todas as partes interessadas compartilham o poder de decisão sobre a conformidade. Além disso, o OPAC pode prestar assistência técnica, orientando os produtores sobre como corrigir as não conformidades e sobre como aperfeiçoar os sistemas de produção. O envolvimento das partes interessadas significa que, no SPG, produtores, comerciantes, consumidores e técnicos assumem a responsabilidade pelo controle e da qualidade orgânica dos produtos e pela credibilidade do sistema de controle. Na Certificação por Auditoria, essa responsabilidade é delegada a uma instituição independente dos interesses dos produtores e dos comerciantes (ABIO, 2016).

Figura 25 - Mapa do CCFO e Feira da Roça de Vargem Grande, 2017.



Organização da autora com dados da ABIO.

Na cidade do Rio de Janeiro existem 17 feiras organizadas pelo Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO) e mais a feira da Roça de Vargem Grande que ocupa outros processos, como podemos ver acima na Figura 25.

Disparada pela necessidade de novos mercados, a Rede Carioca de Agricultura Urbana se insere na construção das novas feiras a partir da mediação de projetos vinculados a ASPTA-RJ, da participação de consumidores coletivos da Rede Ecológica³⁶ que integram a Rede CAU, organizações como a Fundação Xuxa Meneghel e agricultores/as da AARM. Nos debates que surgiram sobre como os/as agricultores/as vinham sentindo a participação nas feiras organizadas pela ABIO, foi lançada a demanda pela construção da Feira Agroecológica da Freguesia (FAFRE).

A FAFRE teve um longo percurso até se consolidar. Foi a primeira feira idealizada e coordenada pela Rede CAU. No primeiro semestre de 2013, elaborou-se um plano de formação da feira, cujo objetivo foi proporcionar o debate entre agricultores/as e assessores/as sociotécnicos/as e acordar a normatização de funcionamento da FAFRE e a construção de uma identidade social do grupo, a partir da abordagem de temas geradores.

Os parceiros eram a ABIO, ASPTA-RJ, FIOCRUZ, Rede Ecológica e outras organizações. As atividades de formação, se deram ao longo do primeiro semestre de 2013, através de oficinas de formação que consistiram na:

- (i) Apresentação da linha do tempo, com os fatos ocorridos e do por que estamos reunidos;
- (ii) Conversa sobre Mercados e Economias solidários;
- (iii) Experiências de Feiras Agroecológicas no Rio de Janeiro;
- (iv) Intercâmbio de experiência com a Feira Orgânica de Campo Grande;
- (v) Avaliação do intercâmbio de experiência com a feira orgânica de Campo Grande;
- (vi) Intercâmbio de experiência com o Circuito Carioca de Feira Orgânica;
- (vi) Avaliação da conformidade da produção orgânica “qual avaliação da conformidade queremos?”;
- (vii) Como fazer para acessarmos a modalidade que queremos?;
- (viii) Plenária do Regimento Interno;
- (ix) Conjuntura das condições para inauguração da feira;
- (x) Organização da inauguração da feira e;
- (xi) Encerramento/Confraternização. (documento Feira da Roça na Freguesia. Roteiro e Programação das Oficinas de Formação, 2013)

36 A Rede Ecológica é um movimento social que visa a fomentar o consumo ético, solidário e ecológico. É constituída de grupos de consumidores que realizam compras coletivas diretamente de pequenos produtores agroecológicos / orgânicos, o que viabiliza a compra desses produtos a preços acessíveis e, ao mesmo tempo, apoia as iniciativas desses produtores. Fonte: <http://redeecologicario.org/>.

A partir desta formação e dos acordos pré estabelecidos, em 17/08/2013, com o apoio da Associação dos Moradores e Amigos da Freguesia (AMAF) consolida-se a primeira feira organizada pela Rede CAU, sendo parte do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO).

A feira consolidou um coletivo (Figura 26) de coordenação que encontrou muitos desafios no decurso. A coordenação do espaço, realização de reuniões periódicas, as contradições do cotidiano de um coletivo, a organização da cadeia produtiva, desde a produção aos preços, e o romaneio ao final de cada feira para contar a quantidade de produtos comercializados e valor que cada feirante vendeu. Outro desafio, era a realização semanal de atividades culturais, consideradas estratégicas para agregar mais consumidores e assim, dar visibilidade à feira.

Figura 26 - Coletivo da FAFRE em dia de Feira, 2015.



Acervo FAFRE

Do ponto de vista do/a agricultor/a os desafios se colocavam no plano da produção:

Tem um desafio histórico que é mão de obra na roça, isso não é uma exclusividade da agricultura nossa, mas é umas das coisas mais difíceis de

equacionar é a mão de obra. Por outro lado você tem que se policiar para não fazer promessas que não possa cumprir porque de um modo geral hoje em dia se você produzir 10 vezes mais o que produz certamente teria mercado para isso. Então criar mercado tem que mantê-lo, não adiante você querer estar em 10 feiras porque não vai resolver a questão. Precisa equacionar o que você produz hoje com o mercado que tem. Há um tempo atrás a gente não tinha expectativa nenhuma de mercado a não ser as feiras livres e o atravessador. Hoje ao contrário o mercado está aí né em constante evolução e sedução porque se você não se policiar daqui a pouco você está 100% enrolado. (Francisco, agricultor urbano e integrante da Rede CAU, entrevista em maio 2016)

O percurso de formação da feira qualificou o debate dos mercados para dentro e fora da Rede CAU e o movimento passa a discutir qualitativamente “*que feiras queremos?*”. Esse debate aprofunda as concepções de mercado de proximidade, a partir das práticas sociopolíticas, econômica e cultural, sedimentadas num conjunto de práticas e de representações do cotidiano dos espaços vividos. Mas também sugere a efetividade desta participação se dá na correspondência das ações que fortalecem a identidade “agricultor/a urbano/a”. Os elementos constitutivos dessa identidade também perpassam pelas resistências como produtos e produtoras das lutas e dos conflitos sociais, na sua afirmação material e simbólica (HAESBAERT, 2007).

Além disso, este espaço, trouxe mais um momento qualitativo para Rede CAU que, foi a visibilidade às mulheres agricultoras, iniciando um debate sobre o feminismo e o protagonismo das mulheres na produção da agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro.

A Feira Agroecológica da Freguesia (FAFRE) é a afirmação material da constituição de um espaço de comercialização e ao mesmo tempo simbólica, porque é um espaço de reconhecimento das diferenças culturais na cidade, na qual se enquadra a agricultura.

Nessas construções surgem ainda a feira Agroecológica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro vinculada com o departamento de nutrição e como desdobramento do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana. Mas é a a Feira da Roça de Vargem Grande que merece destaque na nossa análise que tenta relacionar a construção de novos mercados com a consolidação de identidades, neste caso, agricultor/a urbano/a.

A Feira da Roça de Vargem Grande era uma idealização de pelo menos 2 anos pela Associação dos Agricultores de Vargem Grande que já vendiam em ponto fixo em frente a associação desde 2010.

Cabe ressaltar que os/as agricultores/as de Vargem Grande participaram da formação da FAFRE dando subsídios institucionais sobre como organizar uma feira. Isso foi importante para que o grupo materializasse, em março de 2016, mais um espaço de comercialização. Esse processo aconteceu em parceria com a Rede CAU e outras organizações de assessoria, sem relação direta com o CCFO e com a Prefeitura do Rio de Janeiro.

Segundo Francisco, agricultor do Maciço da Pedra Branca

É de estrema urgência que esse produto alimentício venha fazer parte do dia a dia da zona norte, da zona oeste, regiões menos privilegiadas financeiramente da cidade. É a questão alimentar, é importante trazer esses produtos orgânicos para estes lugares que não estão acostumados com esse tipo de discussão. A feira de Vargem Grande tem sido muito interessante, porque ninguém acreditava que era possível fazer uma feira lá e tá sendo interessante porque é uma feira numa região de produção agrícola, a maioria dos produtos da feira de Vargem Grande são de Vargem Grande (Francisco Caldeira, agricultor associado a AGROVARGEM, Vargem Grande, maio, 2016).

Em maio de 2016, em uma visita de observação participante e conversas informais à Feira da Roça de Vargem Grande, observamos que havia grande variedade de produtos que vinham dos quintais e das roças do local. Havia diversidade de produtos como taioba, banana, batata doce, hortaliças, frutas da época, plantas medicinais e artesanato. Depois o agricultor da feira nos contou que para ele a feira foi bem importante nesse aspecto:

Foi interessante isso você tem uma feira que é sustentável desde o início e numa região de produção agrícola a maioria dos produtos da feira de Vargem Grande são de Vargem Grande, então isso é muito interessante e nos próprios agricultores de Vargem Grande já despertou a necessidade de diversificação da produção para atender a feira e o PNAE (Francisco, agricultor urbano e integrante da Rede CAU, entrevista em maio 2016).

A feira da Roça de Vargem Grande (Figura 27) é fruto da organização social daquele grupo e da afirmação da identidade quilombola e da luta política, cultural e econômica. O forte vínculo com o território, a ancestralidade, remete novamente ao espaço vivido, pois, são histórias, memórias, saberes tradicionais e afetos que fazem dessa luta a produção da identidade agricultor/a. Por outras palavras, é sedimentação “em que os agentes investem os seus inte-

resses e os seus pressupostos, de representações objectais, em coisas ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica” (BOURDIEU, 1989, p. 112).

Figura 27 - Feira da Roça de Vargem Grande, 2016.



Foto: Uschi Silva

Assim, esse espaço de comercialização, pode ser compreendido sob dois aspectos. Um diz respeito à luta pela identidade particular e do grupo, a partir do espaço vivido, de onde se tem elementos que formam a consciência socioespacial, de pertencimento ao lugar, relativa à condição de agricultor/a quilombola, morador/a do Maciço da Pedra Branca e do Parque Estadual da Pedra Branca. Por outro, a politização da cultura, dos saberes quilombola, do manejo agroecológico no cultivo dos produtos, mostra que este espaço, vinculado à identidade do grupo, é também a construção “de caráter estratégico e posicional, mobilizada na afirmação de um grupo social na disputa por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade” (CRUZ, 2011, p. 256) .

Dessa forma, a luta pela identidade do/a agricultor/a quilombola daquele local, não é

um mero reconhecimento. Na verdade, tem estreita ligação com amplas relações de poder. Implicam na garantia de direitos como políticas públicas para agricultura urbana, assessoria técnica especializada, direito em permanecer nas terras tradicionalmente ocupados no interior do PEPB, bem como, o acesso à recursos naturais.

O acesso por novos mercados na venda direta não está desvinculado com o Mercado Institucional. Como já foi dito, foi acessado pela primeira vez por um agricultor da Rede CAU em 2012 através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ver Figura 28. O PNAE é um programa do Governo Federal, Lei nº 11.947, sanção de 16 de junho de 2009, que estabelece um percentual mínimo de 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) à aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar camponesa. A abertura desse mercado para agricultores/as da Rede CAU, se deu a partir da mobilização para a conquista da DAP.

Figura 28 - Entrega de produtos da agricultura familiar camponesa da cidade do Rio de Janeiro para o PNAE. Agricultores/as da Zona Oeste do Rio de Janeiro e da Rede CAU, 2012.



A entrada no CONSEA municipal e estadual tornou-se mais um espaço para compartilhar e acompanhar o processo de implementação da Lei nº 11.947. Além desse espaço, o projeto PROFITO, a assessoria da AS-PTA, a FIOCRUZ Mata Atlântica e o grupo do Sistema Participativo de Garantia da Rede CAU foram componentes importantes neste decurso. Somase a esses sujeitos, institucionais e da sociedade civil, a Rede Ecológica, o grupo da juventude agroecológica da Rede CAU e as escolas atendidas. O acesso ao mercado institucional implicou desafios na produção mas, especialmente, o desafio de romper as barreiras burocráticas da política e da ciência que, em momentos propícios operaram juntas para ratificar dicotomias, tais como a separação entre o campo e a cidade e a relação sociedade e natureza, pautadas no domínio da lógica estratégico-funcional do espaço concebido (LEFEBVRE, 2006a) dos agentes hegemônicos.

A luta por vencer esse monopólio se opera através da atuação em Rede dos diversos sujeitos, em torno da visibilidade da agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro. Em 2014, um Plano de Negócios, realizado pela AS-PTA, por meio do projeto “Alimentos Saudáveis nos Mercados Locais”, em parceria com organizações que atuam no campo da Economia Solidária, mostrou um estudo preliminar sobre demanda e oferta e verificou a viabilidade da AGROVARGEM em atender aos mercados de venda direta.

Vamos tomar este documento como referência por representar um importante diagnóstico feito no período em que a luta estava se consolidando. Contudo, este documento nos serve para ter uma visão geral da produção, viabilidade e sustentabilidade da agricultura na cidade em atender aos mercados institucionais.

No ano de 2012, quando houve a primeira venda institucional, pelo PNAE, havia apenas três DAP físicas na cidade do Rio de Janeiro. Nesta ocasião foi realizada a venda para duas escolas com apenas três itens. No ano seguinte, em 2014 mais 2 agricultores e 1 agricultora de Vargem Grande haviam obtido a DAP, totalizando 4. No mesmo ano, 4 escolas foram atendidas com 17 produtos distintos. O volume da produção nos anos subsequentes eram de 140 e 158 toneladas para o PNAE.

A perspectiva era de que em 2015 as vendas dobrassem em volume de itens e chegassem a 180 toneladas. Os produtos comercializados semanalmente eram principalmente a banana prata com 1.800kg, a banana d'água com 200kg. Outros produtos como o caqui (250kg),

inhame (100kg), aipim (100kg), limão (25kg), abacate (100kg), cajá (100kg), taioba (10kg), chuchu (480kg), também eram oferecidos semanalmente, chegando a um total de 3.165kg (PIMENTA, 2014, p. 10).

Os dados foram levantados com base nos canais de escoamento da produção que incluem: ponto de venda em Vargem Grande, com funcionamento de 5 dias por semana; feiras livres da Gardênia, Praça Seca e Taquara; compras governamentais; grupos de consumo. Desde 2012 a Associação fornece banana semanalmente para a Rede Ecológica; compras institucionais – Uma Fundação de assistência à criança e adolescente passou a consumir a banana da Associação; feira Agroecológica da Freguesia³⁷ (PIMENTA, 2014).

Assim como as feiras agroecológicas, o mercado institucional, neste caso o PNAE, reforça a identidade do/a agricultor/a e também se converte em resistência e benefícios para toda a comunidade ao entorno. Isto porque, o acesso ao PNAE visa a garantia da autonomia ao/a agricultor/a ao realizar a compra direta, reforça ainda, temas estratégicos para promoção da SSAN, incluindo a educação ambiental e o uso da biodiversidade cultivada na cidade. Na Taquara, bairro da zona Oeste carioca, o Colégio Estadual Brigadeiro Schorcht vem se configurando como um importante parceiro na efetivação das políticas públicas para agricultura.

Em outro colégio, estas parcerias fortalecem os laços sociais que são também parentais, como no CIEP Brigadeiro Sérgio Carvalho, no bairro de Campo Grande, em que estão presentes filhos/as e parentes dos/as agricultores/as locais:

Os laços que vinculavam o CIEP à agricultura eram, a princípio, a proximidade com a região agrícola e possuir entre seus alunos parentes de agricultores, eram ainda laços muito frágeis, pois os alunos se negavam a admitir tal relação com agricultura e se identificavam com a vida urbana. Contudo, à medida que a escola se aproxima da comunidade agrícola esta realidade começa a se transformar tanto para a comunidade escolar quanto para a comunidade agrícola do entorno. O CIEP passa a compreender a comunidade agrícola como sua colaboradora e da mesma forma a comunidade passa a ver o CIE. (FRANCO, 2015).

Embora, os/as estudantes das escolas dos bairros de Campo Grande e de Vargem Grande, compartilhassem elementos do espaço vivido, ou seja, a ruralidade do Maciço da Pedra

37 Na época do levantamento dos dados ainda não existia a Feira da Roça de Vargem Grande.

Branca, a consciência socioespacial de pertencimento à comunidade e ao vínculo parental, ainda eram fragilizados diante da utopia da cidade moderna. Portanto, a medida em que, agricultores/as passam a ser valorizados pela escola, esses universos próximos geograficamente mas, distantes em suas representações simbólicas se aproximam e, nesse *re-conhecer*, fortalecem-se na luta pela identidade que é uma luta “fundamentalmente o reconhecimento dos outros” (BOURDIEU, 1989, p. 117). Este ator coletivo (territorial), a comunidade escolar, sensibiliza-se (ou incorpora) com as pautas da SSAN, reforma urbana, reforma agrária, Agroecologia e povos tradicionais do Maciço da Pedra Branca.

Há ainda muitos desafios na constituição e permanência dos mercados de proximidade e venda direta. A região da zona Oeste continua sendo área de expansão urbana privilegiada pelo poder público, sem que este leve em conta a agricultura praticada nesses lugares. Está em curso o Plano de Estruturação e Urbanização das Vargens (PEU), cujo projeto prevê o aumento de edificações e moradias nessas áreas, impactando diretamente as regiões agrícolas.

Outro ponto, que merece atenção é a DAP jurídica que, ainda não existe no município do Rio de Janeiro. Francisco Caldeira, agricultor associado à AGROVARGEM, diz ser fundamental avançar nesse entendimento, pois isso traria a possibilidade de ofertar uma maior diversidade de alimentos às escolas. Francisco ainda sinaliza a questão política como sendo um dos maiores entraves para o avanço da agricultura na região.

Além dos entraves políticos há uma necessidade de reorganizar o Grupo de Trabalho Mercados da Rede CAU. O GT Mercados, concebido com o objetivo de discutir metodologias, a abertura de novas feiras, mercados institucionais, planejamento da produção, novos projetos, representações em conselhos, tais como o CONSEA municipal e estadual, realização de seminários e comunicação, possui o desafio de manter um grau de comprometimento individual com o coletivo.

Em resumo, as experiências em comercialização da Rede CAU, consolidam um mercado solidário que aproxima agricultura tanto realizada nas roças, como nos quintais dos moradores da cidade. Estas podem ser estratégias que os sujeitos coletivos estão buscando a favor de seus interesses, materiais ou simbólicos (BOURDIEU, 1989), advindos de suas visões de mundo e utopia. Talvez, porque possam imprimir novas e possíveis relações com o meio ambiente urbano e contraporem-se à lógica puramente mercantil à que os espaços da cidade

são condicionados.

No próximo capítulo veremos como a natureza tem sido reapropriada pelos movimentos sociais. A reivindicação da natureza na cidade tem sido feita de modo similar à maneira dos movimentos sociais do campo. Grupos de mulheres e jovens aparecem como sujeitos coletivos organizados dentro da Rede CAU e colocam pautas importantes sobre a apropriação da natureza na cidade em contra ponto ao uso comum dos recursos naturais.

4 A RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA: COMO SE APRESENTAM ESTES PRINCÍPIOS NA REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA

Os movimentos sociais do campo como camponeses/as, quilombolas, ribeirinhos/as e as denominadas comunidades tradicionais, nas últimas duas décadas, vêm assumindo um papel importante no protagonismo do que se refere à reapropriação social da natureza. A luta pelo direito aos recursos naturais é também a luta por seus modos de vida e ainda, por seus territórios ancestrais que, em muitos casos, são destruídos pela lógica da modernização conservadora a qual, orientou o desenvolvimento econômico brasileiro na segunda década do século passado. Essa lógica está presente no desenvolvimento das cidades brasileiras como o Rio de Janeiro. Ascerald aponta que há uma forte relação entre o desenvolvimento capitalista e a desigualdade ambiental e que disto resulta, em grande parte, da apropriação dos recursos naturais ambientais coletivos, como água, ar e solos (ACSELRAD, 2000).

Movimentos sociais e seus acúmulos em lutas históricas, nos ajudam a compreender como se dá o embate e quais são as estratégias centrais na luta pela democratização dos recursos ambientais. Neste capítulo, faremos uma análise do conjunto de princípios elaborados pela Rede CAU para entender como esse movimento está se apropriando socialmente da natureza no meio urbano a partir da prática da Agricultura Urbana e da Agroecologia como estratégia de ação.

4.1 O DISCURSO CONSERVADOR DA NEOLIBERALIZAÇÃO DA NATUREZA

Nas últimas quatro décadas vivenciamos uma conjuntura em que termos como sustentabilidade têm se popularizado nos setores mais diversos, “a natureza aparece nos discursos como agente quando se fala em conflitos ambientais, gestão do meio ambiente, gestão dos recursos hídricos” (RODRIGUES, 2016, p. 213), entre outros temas. Essa aparição, esse lugar de agente, se deslocado da visão integrada ser humano e natureza, não pressupõe que a natureza imponha seus interesses. Não aparecem os conflitos sociais relacionados à apropriação da natureza. Por definição estão em jogo as produções simbólicas como instrumento de dominação. Segundo Bourdieu (1989) essa dimensão simbólica do discurso se relaciona aos interesses da classe dominante:

As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia das outras classes em seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Os agentes dominantes e determinantes de tal discurso foram e ainda são o Banco Mundial, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Associação Internacional do Desenvolvimento (AID) que através de agências específicas definem para a sociedade como irão se estabelecer as matrizes discursivas acerca da natureza.

As agências multilaterais que definem os novos rumos da relação sociedade e natureza atuam de maneira articulada, os agentes hegemônicos definem, por um lado, as políticas públicas territoriais introduzindo o ideário do desenvolvimento sustentável no local “financiando e apoiando Estados, ONGs e movimentos sociais, com financiamento direto ou indireto” (RODRIGUES, 2016). De outro lado, a materialização dessa matriz discursiva nos territórios e na vida cotidiana das pessoas está na associação entre o desenvolvimento capitalista e o modelo

de racionalidade da ciência moderna. Boaventura de Sousa Santos (2008) chama atenção para a existência de um paradigma dominante na ciência que se desenvolveu no mesmo espaço-tempo do capitalismo:

A partir de então pode falar-se de um modelo global de racionalidade científica que admite variedade interna mas que se distingue e defende, por via de fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas, de duas formas de conhecimento não científico (e, portanto, irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluíram, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos).

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas (SANTOS, 2008, p. 21).

A produção do conhecimento e a produção do discurso hegemônico da sustentabilidade ambiental podem assim ser associados na sua essência obsessiva por discursos consensuais. Como não afirmar que precisamos proteger as florestas, as águas, as espécies animais? Esses são os consensos forjados na cultura dominante que desmobilizam a sociedade a partir de falsos discursos imaculados pelo cienticismo ao qual foi “levando à uma separação entre ser humano e natureza, e à uma relação de dominação e de tentativa de controle da dinâmica da natureza” (PEREIRA, 2006, p. 93).

Também a produção do espaço urbano é uma dimensão importante nos discursos que buscam impor a neoliberalização da natureza. Na cidade há um conjunto de sujeitos interessados em produzir o espaço de acordo com seus interesses. É aí que se forjam os conflitos. Os capitais interessados em se apropriar dos meios de produção como água e terra demonstram sua aparente preocupação com o desenvolvimento sustentável³⁸. Já o Estado, ente regulador, que atua no interior da sistema capitalista como mediador de interesses, assegura ao sujeitos hegemônicos esta apropriação (i) legal dos bens naturais. Segundo Acsehrad (2002):

Tratam assim de agir basicamente no âmbito da lógica econômica, atribuindo-

38 Ver críticas a conceito de desenvolvimento sustentável em Foladori (1999); Pereira (2015).

do ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental, “economizando” o meio ambiente e abrindo mercados para novas tecnologias ditas limpas. Celebra-se o mercado, consagra-se o consenso político e promove-se o progresso técnico. Tem-se como dada a capacidade de superar a crise ambiental fazendo uso das instituições da modernidade, sem abandonar o padrão da modernização e sem alterar o modo de produção capitalista de modo geral. Seu pressuposto básico é o da possibilidade de um aprendizado institucional frente à crise ecológica (ACSELRAD, 2002, p. 2).

Este discurso na prática contém o *modus operandi* do pensamento dominante, ou seja, é instrumento material e simbólico que cumpre a função política, ideológica e institucional de permitir a continuidade do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Desde que o planeta tomou conhecimento da degradação ambiental, sobretudo nos anos 1980 com a exploração florestal, uma grande preocupação foi construída em torno deste tema. Foram engendrados mecanismos específicos entre organizações não governamentais de atuação global, grandes empresários do setor florestal e organismos multilaterais, como o Banco Mundial (PORTO-GONÇALVES, 2013). Esse processo histórico do modo de produção capitalista vem apropriando-se da crise ecológica com forte associação entre ciência, política e poder. A engrenagem que move a dinâmica geral do capitalismo tem, por um lado, a influência de economistas, os cortes nos gastos públicos – sobretudo ligados a direitos sociais, como educação, saúde, previdência social –, e, por outro lado, políticas estruturais que incentivam a exportação – no caso do Brasil, as commodities, responsáveis por grande parte do desmatamento na Amazônia brasileira, o que gera a perda da biodiversidade e aumento demográfico das grandes e médias cidades.

Já os agentes internacionais tem dado preferência, desde as últimas décadas do século passado. Por agirem diretamente nas escalas locais. Como apontei anteriormente, as políticas públicas são financiadas pelos organismos internacionais. Para tornar concreta esta análise, ver-se-á como a política pública estatal do Rio Rural se aplica na cidade do Rio de Janeiro, no que concerne à matriz discursiva, à produção científica e as contradições encontradas nos discursos opostos da Rede CAU, visto que este Programa está presente em grande parte da extensão territorial do estado do Rio de Janeiro com ações para desenvolver uma agricultura de base ecológica e, por conseguinte, para a capital fluminense. Para a agricultura que lá existe, é um importante espaço para se discutir a agricultura do ponto de vista conceitual e das políticas públicas.

4.1.1 O Programa Rio Rural

O Programa Rio Rural representa a inserção de organismos internacionais multilaterais na escala territorial local. Executado há 12 anos no estado do Rio de Janeiro, o programa iniciou-se nas regiões Norte e Noroeste do Rio de Janeiro, depois passou a atuar na região Serrana, e em seguida nas outras regiões do estado.

A execução do Programa Rio Rural é de responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro (SEAPEC) – órgão público estatal – e tem por financiador o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento³⁹ (BIRD), por meio do Global Environment Facility (GEF), um fundo internacional para o meio ambiente. O fato que chama atenção para nossa análise reside na ideologia encontrada no discurso da agricultura sustentável da qual faz uso o Programa Rio Rural. É importante ainda ressaltar o contexto mundial e suas implicações na construção de uma geopolítica neoliberal ambiental.

O Banco Mundial, organização financeira da qual faz parte o BIRD, sofreu nos anos de 1980 forte pressão do movimento ambientalista, pois este organismo foi um dos grandes fomentadores de grandes obras, como hidrelétricas e estradas em países subdesenvolvidos do hemisfério Sul, acarretando fortes impactos ambientais e sociais. Essa pressão internacional do movimento ambientalista fez com que, à sua maneira, o Banco Mundial exercesse um “papel fundamental na construção do desenho de ordem ambiental neoliberal (...) para isso, tem sido central o papel que exerce via Global Environment Facility, mais conhecido como GEF (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 306). Diante disso, nos perguntamos qual o interesse do Banco Mundial em financiar agricultura sustentável no estado do Rio de Janeiro? Como está sendo executado o Programa Rio Rural?

As perguntas servem como apoio para seguirmos nossa reflexão e análise. Em 1998 o diretor executivo do Banco Mundial emana a ideologia neoliberal de forma clara e contundente:

39 O BIRD junto com a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) são as organizações que compõem o Banco Mundial, instituição financeira internacional que efetua empréstimos a países em desenvolvimento. É o maior e mais conhecido banco de desenvolvimento no mundo, além de possuir o status de observador no Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas e em outros fóruns internacionais, como o G-20 financeiro. Sua sede está situada em Washington, capital dos Estados Unidos da América.

fazendo um *ranking* com base no retorno econômico, as companhias privadas estão crescentemente desbancando os governos como os mais importantes agentes econômicos no mundo. Tal tendência ressalta a importância do setor privado como o motor criativo para o desenvolvimento tecnológico e como agente mais importante de transferência tecnológica. Numerosos estudos em diferentes partes do mundo, debruçados sobre setores econômicos diferentes, mostram que a transferência tecnológica é hoje um subproduto de transações envolvendo companhias multinacionais (...). Nas nações em desenvolvimento, entretanto, as principais barreiras ao investimento do setor privado e à transferência tecnológica permanecerem as tradicionais restrições à propriedade estrangeira, ausência de proteção à propriedade intelectual e políticas preferenciais favorecendo empresas domésticas ou do setor público, entre outras (Nobre e Amazonas apud PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 307).

O GEF, Fundo Internacional para o Meio Ambiente, atua fomentando projetos de práticas sustentáveis para agricultura e para o desenvolvimento, inclusive em disputa com o setor público. Na citação acima está explícito como o Banco Mundial opera nos conflitos entre o interesse público e privado. Os mercados não criam estratégias contra seu próprio desenvolvimento, ao contrário, eles em geral afirmam a existência de um caminho para a crise ambiental sem que seja necessário criticar o modo de produção capitalista. O desenvolvimento sustentável torna-se assim a forma mais emocional do discurso hegemônico, ao mesmo tempo em que se consubstancia na nova maneira de apropriação neoliberal da natureza. Introduce e prioriza ações ambientais “transformadoras” e, com isso, produz uma falsa mensagem de universal àquilo que é responsável, o modo de produção capitalista.

A política pública é uma das faces de atuação do projeto de dominação. O BIRD, por meio do GEF, financia o setor público, e essa relação constitui-se no que chamamos de relação assimétrica de poder, por revelar, em última instância, os interesses econômicos privados em detrimento aos interesses sociais públicos. Não é a toa que o Programa Rio Rural recebe críticas dos/as interessados/as na política pública.

A escala territorial do Rio Rural é estatal, mas prioriza ações locais. Atualmente está presente em 72 municípios dos 92 do estado do Rio de Janeiro. As principais articulações institucionais se dão com a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/Solos, Embrapa/Agrobiologia e Embrapa CTAA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Univer-

sidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Universidade Federal Fluminense (UFF), Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Cedro (CEDRO), Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA RJ), Instituto Estadual do Ambiente (INEA), e outras associações, cooperativas e grupos de produtores/as rurais em todo o Estado.

Durante todo esse tempo, a metodologia do Programa Rio Rural, permitiu o mapeamento de cerca de 650 microbacias hidrográficas (MBH) no estado, com incidência direta em 350 MBH. Os dados do programa dizem ainda que existem cerca de 40 mil agricultores/as beneficiados/as direta ou indiretamente, para um total de 60 mil agricultores/as no estado, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE 2010. O Programa Rio Rural (2016) constituiu-se como uma das maiores e mais importantes políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar no estado e na cidade do Rio de Janeiro, além de incidir diretamente em um tema central para a vida e para a agricultura, a água.

O Programa Rio Rural tem como desafio a melhoria da qualidade de vida no campo, conciliando o aumento da renda do produtor rural com a **conservação e o uso sustentável dos recursos naturais**. Para atingir este objetivo, desenvolve uma estratégia de ação com as comunidades que vivem nas microbacias hidrográficas, espaços geográficos delimitados pela rede hídrica (nascentes, córregos, rios, aquíferos etc.) (GOVERNO-RJ, 2016).

No município do Rio de Janeiro, o Programa Rio Rural inicialmente atuaria em três MBH⁴⁰: Mendanha, Rio da Prata e Vargem Grande, todas localizadas na zona Oeste⁴¹, com a aplicação da seguinte metodologia:

O Rio Rural atua em microbacias hidrográficas, ou seja, espaços geográficos delimitados por redes de córregos e rios que abastecem os agricultores e as

40 Microbacia Hidrográfica.

41 Não foram encontrados dados sobre a quantidade de agricultores/as beneficiados pelo Programa Rio Rural nem como vem sendo desenvolvidas as ações localmente. Porém sabe-se que o Programa Rio Rural está na segunda etapa e atualmente conta com o projeto vigente de 2010-2018 sob apoio financeiro do BIRD.

idades. O trabalho é desenvolvido a partir da interação entre produtores rurais e demais moradores dessas microbacias, que utilizam os recursos naturais para seu sustento. Com a orientação do programa, eles fazem um diagnóstico dos problemas e oportunidades locais e um plano de desenvolvimento. A partir do conhecimento local, são desenvolvidos os projetos individuais e coletivos. Por sua atuação em nível local, o trabalho em microbacias possibilita melhor acompanhamento das ações e participação nas decisões. Cada produtor rural tem acesso ao incentivo não reembolsável de até R\$ 7 mil para implantação de subprojetos, incluindo contrapartida ambiental. É fundamental que o produtor participe das reuniões e atividades em sua microbacia, integrando pelo menos um dos seus grupos de interesse, que discutem seus problemas comuns em busca de soluções. Além dos incentivos financeiros diretos, os produtores, moradores e técnicos são capacitados para a correta implantação das práticas agroecológicas (GOVERNO-RJ, 2016).

Recentemente, abriu-se um espaço de diálogo na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro para discutir a execução do Programa (Figura 29). O debate público teve o protagonismo da Rede CAU, que tem se mostrado interessada em se apropriar da política pública através de processos democráticos e coletivos. Porém, como veremos adiante, alguns mecanismos burocráticos, acionados no processo ou já existentes, restringiram o acesso às diversas participações do movimento social.

O jornal comunitário "Notícias Úteis Zona Oeste" apresentou como matéria de capa reportagem sobre o debate público sobre o Rio Rural efetivado pela Comissão de Recursos Hídricos da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. O evento, liderado pelo mandato do Renato Cinco teve o porte de uma audiência pública. Só não obteve tal status pela ausência absurda dos demais vereadores. Considerando que **água e comida são prioridades para a vida**, a ausência de quórum da casa se fez gritante. Apesar disso, as representações da Rede Carioca de Agricultura Urbana, do Consea-Rio, da Rede Ecológica, das Universidades e do MST, bem como os técnicos da Emater-Rio, conferiram contundência aos debates. Resultados serão percebidos ao longo do tempo pois o controle social e acompanhamento crítico serão exercidos. (Arquivos Comunicação Rede CAU)

Figura 29 - Jornal comunitário "Notícias Úteis Zona Oeste" - 16 a 22 de dezembro de 2016.



Acervo Rede CAU

O debate público citado no jornal "Notícias Úteis Zona Oeste" ocorreu no dia 05/12/2016 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) e foi presidida pela Comissão de Recursos Hídricos da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. O Objetivo do debate foi esclarecer a sociedade civil como vem sendo executada a Política Pública do Programa Rio Rural bem como, incorporar a este espaço as questões que afetam a agricultura no município do Rio de Janeiro.

Segundo Rita Caseiro, presidenta da Associação de Agricultores Orgânicos do Rio da Prata (Agroprata),

Quando surgiu a possibilidade de participar do Programa Rio Rural foi algo que veio de encontro ao nosso interesse de preservação e de preocupação com a qualidade da água. Nós vivemos numa área de mananciais e houve a preocupação de mantermos a qualidade da água, a qualidade do solo, a qualidade do nosso povo, a qualidade dos que estão a volta e que fazem uso

da água. Próximo a minha casa, existem 4 represas da CEDAE⁴² e este abastecimento vem diminuindo a cada dia, infelizmente. Então, houve essa preocupação de participarmos e fazermos algo pela comunidade e assim nós começamos a participar desse projeto, como aqui foi falado pelo senhores Luiz Carlos e Adriano Martins [técnicos da EMATER-RJ], houve várias reuniões e discussões e a princípio seria o Mendanha a associação selecionada diante de todos os critérios, mas como o Mendanha na época não tinha uma associação voltada para a agricultura, o Rio da Prata que tinha ficado em segundo lugar, passou a ser o local onde seria implantado a MBH pelo Programa Rio Rural.

A partir daí, chamamos todos os atores da comunidade: representantes da saúde, da educação, tivemos um longo trabalho na região para chamar todas as pessoas para fazer parte de todo esse processo. Num dado momento, não sei o que houve mas, alguns desses atores da comunidade foram deixados fora do processo, não sei qual critério se estabeleceu para isso. Em uma das últimas reuniões eu questionei isso, porque esses atores ficaram fora do COGEM⁴³, como os representantes da saúde e da educação, ficando apenas produtores rurais, diga-se de passagem algumas dessas pessoas tem pouco instrução e baixo grau de escolaridade ou analfabetos.

Logo no início do processo algumas pessoas já foram excluídas, como eu, porque eu falei no início justamente por ser advogada, mas como eu disse antes de tudo sou agricultora, nascida e criada no Rio da Prata. Então, o agricultor não pode estudar, não pode ter acesso à faculdade? Eu entrei no site do Programa e baixei todos os arquivos e não vi nenhum critério que pudesse me excluir pela minha condição de advoga/agricultora, porque eu não tenho minha renda 100% proveniente da agricultura familiar. Esse critério foi adaptado ou, salvo engano a não ser que este critério esteja numa letrinha miudinha que eu não tenha visto. Com esse critério eu e outros agricultores fomos excluídos, cito aqui Dona Dalila que tem uma história linda de luta e de agricultura em Campo Grande. (Rita Caseiro, agricultora e advogada, depoimento realizado durante o debate público sobre o Programa Rio Rural – 05/12/2016) (ALERJ, 2016).

No depoimento acima, Rita Caseiro revela certo distanciamento das ações do Rio Rural com as ações realizadas no território. As formas de organização local da agricultura, bem como o conjunto de sujeitos/as atuantes no lugar foram excluídos dos processos encadeados pelo Programa Rio Rural. Em sua fala, Caseiro reafirma a necessidade dos/as sujeitos que vi-

42 Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro.

43 Comitê Gestor da Microbacia, a função do COGEM é reunir os atores locais, realizar levantamento das principais demandas e potenciais da microbacia, por meio do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e, assim construir o Plano Executivo da Microbacia (PEM), que descreve as ações a serem realizadas. Este levantamento também pode orientar ações do poder público em cada localidade.

vem no local serem os/as maiores interessados/as no Programa, que é voltado para práticas ambientais sustentáveis: “o Rio da Prata é uma área de preservação ambiental, o PEPB desde 1974. Somos descendentes de índios da tribo Picinguaba e depois de negros escravizados, nós estamos naquela região não como destruidores mas como os reais preservadores do local” (Rita Caseiro, depoimento realizado durante o debate público sobre o Programa Rio Rural – 05/12/2016) (ALERJ, 2016). O interesse em se apropriar das ações do Programa é reivindicado a partir do forte traço da ancestralidade e do desejo de manutenção dos mananciais, mas também porque existe uma “consciência baseada no lugar, uma maneira lugar-específica de outorgar sentido ao mundo” (ESCOBAR, 2005, p. 68) e isso vai se configurar em embates acerca de distintas concepções de natureza.

Se a contestação às ações do Programa pelo movimento social fica explícita, do mesmo modo evidencia-se o posicionamento dos/as sujeitos/as em favor da política pública, para que esta cumpra um dos seus papéis fundamentais de dialogar com as ações territoriais ambientais protagonizadas pelos/as sujeitos/as que vivem nas comunidades, e ainda potencializar esse protagonismo, realizando uma parceria entre o setor público e o movimento social.

O representante da Associação AGROVARGEM, do bairro de Vargem Grande, expõe os pontos de divergência quanto à forma de execução, e pontua alguns questionamentos sobre o modo como se instala a política no território:

Em um determinado momento as comunidades passaram a ser convidadas para participarem do Programa Rio Rural. Eu já venho com uma crítica muito grande de como se dá esse convite. Esse projeto chega para nós 100% pronto e não passa pelas discussões territoriais, pelas discussões sociais, como foco muito só no econômico, como alguma coisa de ambiental, lembrando que ambiental, a palavra meio ambiente hoje é usada para coisas, inclusive coisas que não são nada ambientais. A comunidade a qual eu pertença gosta muito de debater coletivamente, nada passa sem antes a gente debater no coletivo. Eu, infelizmente, apesar de ter iniciado um processo com três reuniões lá no sindicato⁴⁴, depois a outra reunião do Mendanha, eu não consegui entender algumas coisas, eu vou tentar aqui ficar em alguns pontos.

44 As reuniões do Programa Rio Rural para as MBH AGROVARGEM, Rio da Prata e Mendanha foram realizadas no Sindicato Rural do Rio de Janeiro, no bairro de Campo Grande. O Sindicato Rural tem um largo histórico de atuação patronal, sua principal função atualmente é exercer funções burocráticas relacionadas a legislações trabalhista rural.

1. O projeto privilegia o particular em detrimento ao comunitário. No meu entendimento, deveria ser ao contrário;
2. Vivemos num estado que é o modelo do Brasil, a agricultura familiar só é impactada negativamente: no acesso à terra, assistência técnica, vimos agora a extinção da secretaria de agricultura do estado; Criação do COGEM – vejo um desprivilegio tremendo em considerar as lideranças locais, a Rita mesmo já disse aqui que foi excluída. Então, um projeto tem que deixar muito claro como vai se dar a formação de um conselho gestor que vai executar as ações, privilegiando a participação de quem trabalha com agricultura na região. Isso não ocorreu;
3. A contra partida – isso é outra coisa que eu não consegui entender até hoje. Ela impacta negativamente a questão financeira de qualquer agricultor, eu não conheço nenhum agricultor que tenha R\$ 5 mil sobrando para dar contra partida de nada;
4. Outra questão é o combate intensivo do uso dos agrotóxicos, principalmente quando se pensa que está se falando de um projeto de MBH dentro de Unidade de Conservação. Eu não entendo como um projeto desse não possui uma pauta exclusiva para se tratar do tema dos agrotóxicos. Eu conheci, lá Guapiaçu, o projeto implementado em uma MBH e lá tem uso intensivo de agrotóxicos envenenando o rio e poluindo as águas, lá o projeto deixou de lado essa pauta de extrema importância (Francisco Caldeira agricultor, representante da Associação AGROVARGEM, integrante da Rede CAU. Depoimento realizado durante o debate público sobre o Programa Rio Rural – 05/12/2016) (ALERJ, 2016).

O antagonismo na forma como se pensa, produz e executa tal política fica explícito nas falas de Francisco Caldeira e de Rita Caseiro. Existe aí uma oposição de ideias entre a forma como pensa e age o movimento social e a forma como pensam e agem os executores e financiadores. Essa distinção pode ser analisada por relações assimétricas de poder em diversas fases do Programa: a formação do Comitê Gestor de Microbacias (COGEM) é uma delas. É neste espaço que deveria se operar a participação social, trazendo para o centro das discussões as demandas e as necessidades reais. Ali é também um espaço de demarcação do que é relevante ou comensurável.

No entanto, os organismos internacionais – como o Banco Mundial, por meio do GEF – determinam como as políticas ambientais devem ser associadas aos territórios, com elabora-

ções, via de regra, “em gabinetes, definidos pelo saber técnico, em geral, atendendo a interesses políticos” (RODRIGUES, 2016). Essa associação entre a política e o paradigma dominante da produção de conhecimento serve, com muito prestígio, para ratificar o conjunto de princípios do desenvolvimento sustentável, cada vez mais neoliberal. Isto se deve porque o que está em jogo é a manutenção da propriedade privada e dos meios de produção sob controle dos capitalistas para assim, continuar o projeto de dominação e exploração da natureza e do trabalho, a partir de discursos esvaziados politicamente.

Neste embate de ideias, chama atenção a leitura feita pelo órgão executor da política, na figura do técnico responsável da EMATER-RJ, acerca dos mercados de terra e da competitividade:

Parece que nossa atenção principal é somente com a natureza mas como nosso negócio é agricultura, o produtor ele tá dentro desse foco, dentro desse processo. E no processo de trabalho nós atuamos sem imaginar assistencialismo nas tomadas de decisão. É importante cada vez mais, e sobretudo para aqueles que exploram a agropecuária no município do Rio de Janeiro a **visão empreendedora do que fazem. A competição do valor de terra do município do Rio de Janeiro é muito alta, então as pessoas para se manterem na sua atividade precisam ter competitividade de mercado e sustentabilidade**, senão são facilmente levadas pela pressão imobiliária que existe dentro da cidade. (Adriano Martins, técnico da EMATER, depoimento realizado durante o debate público sobre o Programa Rio Rural – 05/12/2016) (ALERJ, 2016)[grifo nosso].

O depoimento acima esclarece a dimensão em que se insere a natureza no Programa Rio Rural: de um lado se preserva, de outro se faz agricultura, e, de mais longe ainda, está a sociedade. Portanto podemos verificar que se trata de uma visão fragmentada a qual, não permite “conjugas as duas faces, integrando-se numa perspectiva mais ampla, e acima de tudo sustentável” (PEREIRA, 2006). A citação acima, do técnico responsável, nos sugere o teor da intencionalidade de como vem sendo executada as ações do Rio Rural que é a ativação de uma visão empreendedora e competitiva como estratégia de permanência na especulada terra urbana. Essa visão dicotômica está alinhada aos interesses dos financiadores e dos políticos locais. Como incidir na questão da terra se na cidade do Rio de Janeiro há um ativo mercado especulador que sobrevive graças a um ávido setor imobiliário, e que sobretudo, não cumpre a legislação ambiental?

Na fala do representante do órgão executor não há preocupação em debater temas de interesse social. A questão fundiária é central para quem vive e produz alimentos na cidade, vide a especulação imobiliária avançando para as áreas agricultáveis e cada vez mais exercendo o gerenciamento privado dos recursos ambientais: tal temática deveria integrar a escala de prioridade. É importante sublinhar esse caráter do Programa Rio Rural na medida em que os discursos hegemônicos acerca da degradação ambiental e agricultura sustentável não prezam por debater questões estruturais da cidade do Rio de Janeiro.

Um aspecto primordial a se considerar é o debate acerca do embate em vivem agricultores no interior do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB)⁴⁵, local em que estão as Microbacias hidrográficas de Vargem Grande e Rio da Prata. Esses/as agricultores/as, passam por constantes ameaças de remoção vindas dos órgãos estatais responsáveis pela gestão do Parque. Mesmo que isto esteja longe de ser consolidado seria muito positivo o posicionamento institucional sobre a permanência de agricultores/as no interior do PEPB poderia ser efetivado como forma de valorizar as práticas sustentáveis da agricultura existentes no maciço da Pedra Branca. Porém, essas políticas públicas de escala local, como o Rio Rural estão engessadas e são reféns do ideário do desenvolvimento sustentável neoliberal, cunhado no discurso preservacionista da natureza que preserva separando e por isso,

leem a presença humana na área como ação antrópica, visto que a concepção de natureza é de uma natureza virgem, sem gente, para ser então natureza selvagem, deve ser intocável, qualquer ato ou relação configuram necessariamente uma degradação ambiental. O ser humano é visto sempre fora da natureza (PEREIRA, 2006).

Esta matriz de pensamento deixa de fora o conhecimento das populações locais na garantia das práticas sustentáveis da conservação da biodiversidade, dos solos e da água. No entanto, este “deixar de fora” não é explicitado em discursos que reivindicam o “desenvolvimento sustentável” de cunho neoliberal. Ao contrário expressa-se a participação social como ponto alto das políticas territoriais, é o famoso “pensar globalmente, agir localmente”.

45 O Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) se insere na categoria Unidade de Conservação Integral de uso restritivo. Segundo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, Lei 9.985/2000, as unidades dessa categoria estão sujeitas às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento. O PEPB, apesar de ter sido criado em 1974, ainda não possui plano de manejo, porém a legislação restritiva impõe a situação de insegurança territorial e da manutenção da vida dos agricultores que residem acima da cota 100.

No Programa Rio Rural este paradigma aparece na dimensão da pesquisa. A Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-RIO) atua em parceria com o Rio Rural, através da elaboração de pesquisas participativas, com o objetivo de adaptar práticas de manejo sustentável dos recursos naturais. Atentemos, antes de tudo, para o fato das instituições públicas de pesquisa, sem fins lucrativos ou estatal, cumprirem o papel, na maioria dos casos a partir de critérios logicamente controlados e empiricamente fundamentados na ciência (BOURDIEU, 1989), de agirem como instrumentos de ratificação do discurso hegemônico do ideário de natureza.

Foram implementadas 24 unidades de pesquisa participativas desde o ano de 2008 com o objetivo, segundo a PESAGRO-RIO (2017a), de ajustar tecnologias sustentáveis às condições sociais, econômicas e ambientais específicas de cada microbacia hidrográfica e de cada produtor/a rural. Para isso, elaborou-se um arcabouço teórico e metodológico de 40 Manuais de Apoio Técnico para servir de “ferramenta para a consciência ecológica” (PESAGRO-RJ, 2017a) e formalizou uma rede de pesquisa, inovação, tecnologia, serviços e desenvolvimento sustentável em microbacias hidrográficas. Esta rede serviria para integrar o ensino, a pesquisa e a extensão para o desenvolvimento da agricultura sustentável. Porém, não está claro quem são os/as sujeitos territoriais envolvidos nestes processos de pesquisa e formação de Rede.

Entendo que o conhecimento científico não está apartado da realidade social, assim como as instituições na qual está inserido, a elaboração conceitual e as formulações metodológicas estão alinhadas aos interesses de quem as realiza. Assim, se o Programa Rio Rural tem por meta abordar a pesquisa participativa, então deve estar claro de que forma podem ser acessados os recursos para pesquisa, como se desenvolverá e a quem a pesquisa se destina. Analisamos nos últimos relatórios da PESAGRO-RIO algumas fontes já elaboradas no Projeto.

Nos quadros 5 e 6 estão descritas a relação das pesquisas participativas realizadas no âmbito do Programa Rio Rural. Na primeira tabela visualizamos os resumos expandidos, todos de autoria de pesquisadores da PESAGRO-RIO e realizados em 2017. Nas pesquisas nota-se que não há referência sobre projetos realizados nas MBH Rio da Prata e Vargem Grande, além de não abordar o tema da agricultura urbana agroecológica. A segunda tabela, uma relação de pesquisas, entre os anos de 2008 e 2017, não mostra nenhuma pesquisa con-

cluída ou em andamento no município do Rio de Janeiro. Consta apenas uma já formalizada sobre Manejo Sanitário Preventivo de Rebanho na MBH de Mazomba, município de Itaguaí, região metropolitana. As pesquisas são todas financiadas pelo BIRD-GEF (PESAGRO-RJ, 2017b).

Quadro 5 - Resultados das Unidades de Pesquisa Participativa Rio Rural Microbacia/Centro Estadual de Pesquisa da PESAGRO-RJ. Fonte: PESAGRO.

Resumos Expandidos	Instituição Responsável	ano
Controle da antracnose do mamoeiro com óleo essencial de Capim Limão.	PESAGRO-RJ	2017
Efeito do agente de biocontrole Trichoderma na ocorrência dos mofos branco e cinzento em mudas de alface.	PESAGRO-RJ	2017
Avaliação agrônômica do aipim Santa Cruz em diferentes ciclos de cultivo em Itaocara, Noroeste Fluminense.	PESAGRO-RJ	2017
Fertilidade inicial do solo das Unidades Participativas de Pastoreio Rotacionado Silvopastoril no Noroeste Fluminense.	PESAGRO-RJ	2017
Avaliação de duas cultivares de alface em cultivo sob estufa - São João da Barra, Norte Fluminense.	PESAGRO-RJ	2017
Avaliação do potencial de produção de raspas e de feno do aipim.	PESAGRO-RJ	2017
Avaliação de duas cultivares de alface em cultivo consorciado.	PESAGRO-RJ	2017
Efeito do adubo orgânico fermentado Bokashi no desempenho agrônômico do brócolis americano.	PESAGRO-RJ	2017
Avaliação de duas cultivares de alface em cultivo sob cobertura.	PESAGRO-RJ	2017

Quadro 6 - Pesquisa Participativa Rio Rural Microbacia/Centro Estadual de Pesquisa da PESAGRO-RJ. Fonte: PESAGRO.

Unidade de Pesquisa	MBH	município	Situação da pesquisa	ano
Manejo sanitário preventivo de rebanho.	Mazomba	Itaguaí	concluída	2008/2017

Ainda sobre as pesquisas, Annelise Fernandez, professora da UFRuralRJ e coordenadora do Conselho Técnico de Agroecologia e Comunidades Tradicionais do PEPB, além de participar da Rede Carioca de Agricultura Urbana, demonstra certa preocupação no andamento do Programa no que se refere à participação, às escolhas conceituais e os caminhos metodológicos da pesquisa, e, sobretudo, do acesso aos recursos que possibilitam a elaboração das pesquisas participativas.

Eu acho que o Programa Rio Rural, conforme foi apresentado aqui, exige uma participação muito potente, muito organizada para o tempo em que as atividades estão sendo realizadas. Eu tenho a impressão que não acontece dessa forma tão bonita como foi apresentado. Então, acho que tem que ter a organização desse conselho antes (COGEM) da tomada de decisão e também eu acho que o modelo de agricultura que é apresentado no Rio Rural não é possível no maciço da Pedra Branca, principalmente porque ele tem que ser pensado levando em conta uma unidade de conservação, uma agricultura que preza não só o que é vendido mas, a garantia dos espaços de vida dessa população. Então eu acho que é preciso repensar esse modelo de agricultura que fala tanto em empreendedorismo e muito pouco nessas questões mais da reprodução dessa agricultura na cidade. Lembrar que nós optamos por falar em conselho técnico não de agricultura mas, de agroecologia justamente porque esse modelo de agricultura ele tem que ser realizado em condições específicas para conseguir sobreviver dentro de um parque. Então por isso nossa defesa desse modelo baseado na agroecologia. Por fim, se o projeto está baseado em bacias hidrográficas eu sei que existem recursos para pesquisa, gostaria de saber como temos acesso a isso e discutir essa dimensão da pesquisa e os indicadores de recuperação dos rios de forma coletiva e não só nos projetos individuais (Annelise Fernandez, Professora da UFRuralRJ e coordenadora do conselho técnico de Agroecologia e comunidades tradicionais do PEPB, depoimento realizado durante o debate público sobre o Programa Rio Rural – 05/12/2016) (ALERJ, 2016).

As metas do Rio Rural, no que tange à realização das pesquisas ditas participativas, ainda carecem de fato da participação popular, posto que o método rígido, a linguagem científica e os canais de publicização podem acarretar limites à apreciação dos dados e análises por diferentes setores da sociedade civil.

Para Morin (2011), nesses obscurantismos reside a ideia da falsa racionalidade:

A falsa racionalidade, ou seja, a racionalização abstrata e unidimensional triunfa sobre as terras: os remembramentos precoces, os sulcos muito profundos e longitudinais, o desmatamento e o corte de árvores não controlados,

o asfaltamento das ruas, o urbanismo que não visa senão a rentabilização da superfície do solo e da pseudo funcionalidade planificadora, que não considera as necessidades não quantificáveis e não identificáveis por meio de questionários, multiplicam-se periferias fragmentadas, as novas cidades, que rapidamente se transformam em isolados de aborrecimentos, sujeira, degradações incúria, despersonalização, delinquência. (MORIN, 2011, p. 53)

O diálogo com Morin (2011) nos permite a possibilidade de pensamentos capazes de religar as noções apartadas dos saberes hoje compartimentados. Os problemas da degradação ambiental do planeta são de ordem complexa e não puramente econômica. A dualidade ratificada pela tríade empresa-estado-ciência é antiética e esbarra contra toda evidência de que “o homem não é constituído por duas camadas sobrepostas, uma bionatural e outra psicossocial; é evidente que cada homem é uma totalidade biopsicossociológica” (MORIN; NEVES, 2000, p. 4) e, sendo essa totalidade a vida humana, os problemas de ordem ambiental cujo responsável o modo de produção capitalista não podem ser reduzidos a partes, e sim entendidos a partir do conjunto complexo da sociedade.

As razões invocadas para se discutir sociedade, natureza e agricultura não devem ser apartadas do caro debate da distribuição desigual da injustiça ambiental, cuja natureza é inseparável das opressões de classe, gênero e raça (ACSELRAD, 2002). Para a Rede CAU o Programa Rio Rural é uma política importante por abordar temas relevantes e apresentar o potencial em fomentar – para além de uma agricultura empreendedora e sustentável, como dito por seus executores – espaços de diálogos que envolvem questões importantes para a agricultura na cidade. Questões essas como a inserção da juventude⁴⁶ da periferia, que tem buscado nas ações em agricultura agroecológica no meio urbano maneiras de reafirmar seus espaços de vida como potenciais emancipatórios, no fortalecimento de instituições, tal como já ocorre no CONSEA municipal e estadual e, no posicionamento positivo e formal de tais instituições sobre a permanência dos/as agricultores/as no interior de unidades de conservação como forma de manutenção da vida social no contexto da agrobiodiversidade; sobre o direito de agricultores/as urbanos/as de quintais ao documento de aptidão ao PRONAF (DAP), e o direito de plantar no lugar em que se vive, ou seja, o direito de ser agricultor/a e ainda assim morar na

46 Na Rede CAU existe um coletivo de jovens formados principalmente por jovens das seguintes organizações: CRAS Cecília Meireles; CEM; Verdejar Socioambiental; Ciep Sérgio Carvalho; Colégio Teófilo Moreira; C CRAS Carlos Drumond de Andrade; Fundação Xuxa Meneguel. Esses/as jovens se autodenominam Juventude Agroecológica da Rede CAU.

cidade.

Os/as moradores/as das MBH da Vargem Grande e Rio da Prata e os integrantes da Rede CAU levantaram outros temas relevantes para entender como irão ocorrer discussões importantes para o movimento social no âmbito do Programa Rio Rural. Em tais discussões orbitaram temas como o colapso hídrico e do projeto do Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens⁴⁷ que já afetam os/as moradores/as das microbacias.

João Pedro⁴⁸ da Articulação do Plano Popular das Vargens (PPV), morador de Vargem Grande, indagou sobre essas questões: temos a questão da água e da floresta (...) as nascentes estão secando por causa do uso exacerbado da água; queremos saber se o Rio Rural está preocupado com o PEU das Vargens, pois estão no contraponto dos princípios apresentados pelo Programa Rio Rural.

Em outra fala, Bernadete Montesano, da Rede CAU, moradora do Rio da Prata, reconhece alguns dos problemas de execução do Programa e questiona sobre a fase do diagnóstico da MBH do Rio da Prata, em que inicialmente foram convidados todos os/as sujeitos/as territoriais com ações em agricultura, mas logo depois não foram mais avisados e/ou convidados a seguirem o acompanhamento.

Nós participamos desde o primeiro momento, desde a primeira reunião lá no Sindicato Rural. A Rede CAU estava lá, inclusive com nossa representante do CONSEA municipal. Prosseguimos com as tarefas, a cada momento que a gente vinha das reuniões a gente voltava com os deveres de casa... e contribuimos imensamente com o diagnóstico, eu sei porque tinha texto que eu escrevi. Então contribuimos imensamente porque tínhamos esses dados e essa leitura do nosso território. Mas passada a fase do diagnóstico, há 8 meses não somos mais chamados pela EMATER-RJ, pelo Rio Rural enquanto parceiros. Na Rede CAU, eu represento uma instituição

47 Lei Complementar Nº 104, de 27 de Novembro 2009 que institui o Projeto de Estruturação Urbana – PEU dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá.

Para a Rede CAU o PEU das Vargens, por exemplo, não reconhece o potencial agroecológico, não reconhece as demandas de mobilidade urbana e infraestrutura social, não considera as estatísticas do IBGE que apontam para uma estabilização dos índices de crescimento com perspectivas até mesmo de uma redução do crescimento demográfico. Nada justificaria o adensamento populacional que está sendo proposto, sobretudo em uma região que tem como uma de suas principais características a relação simbiótica com a natureza, tendo como cenário uma das maiores florestas urbanas do mundo, o Maciço da Pedra Branca (adaptado do texto de Mariana Bruce, Sertão Carioca. Fonte: [O que é o PEU?](#))

48 João Pedro da Articulação do PPV, depoimento realizado durante o debate público sobre o Programa Rio Rural – 05/12/2016).

governamental que é a Secretaria Municipal e Desenvolvimento Social. Nós levamos um coletivo de jovens. Eu fiz um estudo são poucas as MBH que tenha essa participação de juventude, são jovens de 15 a 17 anos do território, do entorno, do maciço da Pedra Branca que estão ativamente construindo essa leitura e tem experiências agroecológicas acontecendo nesse território. Mas a gente não foi mais chamado para os encontros, os planos individuais não prevê a participação daqueles parceiros que estavam presentes no primeiro momento do diagnóstico que inclusive influenciaram na aprovação da MBH do Rio da Prata. Não tivemos mais notícias a não ser informalmente pelos agricultores (Bernadete Montesano, Rede CAU, depoimento realizado durante o debate público sobre o Programa Rio Rural – 05/12/2016) (ALERJ, 2016).

Após as primeiras reuniões no Sindicato Rural do Rio de Janeiro cessaram-se os contatos e convites dos gestores da política aos sujeitos/as do território. Os diálogos foram interrompidos depois de realizada a subetapa do projeto, o diagnóstico da Microbacia Hidrográfica (MBH), na primeira fase chamada de “Sensibilização”. O passo seguinte se daria com a formação do Comitê Gestor de Microbacias (COGEM) em que seriam tomadas as decisões coletivas com a participação de todos/as os/as sujeitos/as que atuam no território. Somente em um terceiro momento seriam escolhidos os beneficiários diretos e os projetos executados. Em nenhuma das duas MBH o Programa Rio Rural passou da fase inicial, sendo que a primeira reunião ocorreu em outubro de 2014, na microbacia hidrográfica de Vargem Grande, portanto há mais de dois anos, e tem-se o horizonte de que o projeto se encerrará em 2018.

Naquela ocasião, em outubro de 2014, foram discutidos temas relevantes tais como: identificar estudos e iniciativas já realizados em curso que tenham relação com as comunidades agrícolas nos Parque Estadual do Mendanha e Parque Estadual da Pedra Branca; criar mecanismos para a construção do diálogo entre os gestores e as comunidades agrícolas; diálogo entre as agências ambientais e os setores de conservação e o desenvolvimento sustentável; compatibilização entre o cultivo e a Área Protegida; manutenção da agricultura urbana e apontamentos das demandas dos agricultores; água.

O que se percebe diante do exposto é que o Programa Rio Rural, apesar de uma política importante para a agricultura na cidade do Rio de Janeiro, apresenta a matriz discursiva dos seus financiadores, os organismos multilaterais internacionais. Ademais, o ideário do desenvolvimento sustentável presente no discurso sobre agricultura esvazia o debate político em torno de temas próprios da agricultura realizada na cidade. Enquanto que a agricultura de base

agroecológica ao que é visibilizada se apresenta como

campo de conhecimento e uma estratégia para a sustentabilidade: planeja e entende produção e conservação como uma só unidade, portanto articula os aspectos agrários e agrícolas com os ecológicos, sob um olhar ambiental mais amplo, ou socioambiental, para melhor traçar essa possibilidade. A Agroecologia definida de forma mais ampla representa uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema, integrando sistema de produção com ecossistema local (PEREIRA, 2006).

Esta é uma disputa paradigmática. Portanto, essa matriz de pensamento que reconhece a existência de uma crise ecológica, não assume que essa crise é provocada pelo sucesso do modo de produção capitalista, responsável pela degradação ambiental e social. A luta que a Rede CAU tece no meio urbano em favor de uma agricultura agroecológica distancia-se da ideia de que o mercado seria um instrumento de superação da desigualdade ambiental e se aproximada da ideia de promoção da justiça ambiental e do reconhecimento das iniciativas em agricultura urbana como potência nos/dos territórios de que resulta a obtenção de ganhos de democratização, e não apenas de ganhos de mercado.

As indagações e os apontamentos realizados neste espaço de debate da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro revelam os discursos e posicionamentos dos/as sujeitos/as com forte atuação na Rede CAU, bem como nos distintos papéis e posições dentro da rede. Os tensionamentos apontam mais do que questões controversas sobre a execução de projetos, mas as matrizes de pensamentos que colocam a Natureza, Sociedade e Agricultura no centro do debate. Enquanto no Rio Rural fala-se de desenvolver a agricultura sustentável para ampliação de mercados e ganhos econômicos, através de ações que muito se aproxima de uma neoliberalização da natureza. Na Rede CAU afirma-se a agroecologia como único paradigma possível para lutar pela agricultura na cidade, enfrentando todas as contradições possíveis: desde uma ATER (assistência técnica de extensão rural) pública que não dialoga com esta agricultura na cidade até a luta por agricultura agroecológica no interior de uma UC ou melhor no Parque Estadual da Pedra Branca.

A questão ambiental pode até revelar, como sugerem os setores conservadores, um tema que unifica globalmente toda a humanidade, posto que os impactos ambientais afetam o

planeta e a todas as espécies. Porém esta pauta é debatida por diferentes visões. Os setores preservacionistas do meio ambiente, que acreditam na intocabilidade da natureza, conservam uma visão de separação entre sociedade e natureza e, portanto, agricultura. Essa matriz de pensamento ainda persiste e subsidia pensamentos que disseminam a economia sustentável, a economia verde e o desenvolvimento sustentável, e tem se difundido entre a classe dominante, cuja principal crítica consiste naquilo que eles entendem por desperdício dos recursos naturais (ACSELRAD, 2002).

Estes setores, da linha preservacionista, deixam de expor conflitos relacionados à apropriação dos recursos naturais, como terra e água, os principais meios de produção que estão no centro da produção capitalista e da apropriação neoliberal da natureza. Na cidade do Rio de Janeiro, somente na zona Oeste e Norte, existem atividades industriais pesadas, como mineração de grande e médio porte e siderurgia, ambas com utilização de terra e água em larga escala, sem falar nos resíduos tóxicos que prejudicam a saúde da população e do ambiente.

4.2 A UTOPIA E O PÉ NO CHÃO DA AGROECOLOGIA

Entre o urbano e o rural, a cidade é o horizonte de quem cultiva a terra na capital fluminense. Na cidade, a depreciação das condições de vida dessas comunidades, bem como os conflitos imbricados na disputa por territórios, em um mesmo espaço e entre diferentes sujeitos sociais, operam duas racionalidades distintas – uma da apropriação material e simbólica do espaço pelas comunidades rurais e urbanas; outra pela racionalidade instrumental capitalista as mesmas acirram uma relação de conflitos.

Dessa forma, as lutas sociais, no contexto da América Latina, nos anos 1980, tem ganhado destaque o protagonismo de movimentos sociais diversos: movimento camponês, afrodescendentes, feministas, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas “que vêm imprimindo uma nova agenda e criando novos agenciamentos sociopolíticos que politizam a cultura, as tradições e as identidades” (CRUZ, 2013, p. 2). Estes “novos” movimentos não se organizam conforme as históricas lutas de classe que mobilizaram trabalhadores na primeira metade do século passado, no contexto da Europa e Estados Unidos. Está em primeiro plano o ideário da “diferença”.

A diferença é fundamental para afirmar as identidades, inclusive ganhando ecos no movimento social urbano. Como observa Raul Zibechi, “a novidade que ilumina as lutas sociais no últimos 15-20 anos é que o conjunto de relações sociais territorializadas existentes nas zonas rurais (indígenas, mas também sem-terra) começa a se fazer visível em algumas cidades” (ZIBECHI, 2015). Nesses termos, falar das conquistas e das dificuldades, supõe transitar por um olhar capaz de dimensionar o sistema de relações sociais que se manifesta nos territórios em que a Rede CAU está presente. Tal presença, ocorre de maneira organizada e, por assim dizer, condensa articulações e repertórios de mobilização apoiados por um tipo de fluidez que permite a circulação por múltiplos territórios na cidade.

Em outro momento, já evidenciei que a reivindicação por terra e por território constitui elementos fundamentais na luta pela identidade e afirmação do/a sujeito/a agricultor/a, bem como, sua sobrevivência num contexto de cidade neoliberal.

Agora, irei ressaltar a relação sociedade e natureza como sustentáculo do conjunto de princípios (quadro 7) elaborados pela Rede Carioca de Agricultura Urbana.

Este manifesto realizado no ano de 2015, reflete a percepção do mundo social e a luta política destes/as sujeitos/as, no qual, integram “não só a representação que os agentes tem do mundo social, mas também, de modo mais preciso a contribuição que eles são para a construção desse mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 139). Veremos que a construção desse “novo mundo” ou “nova cidade” está baseada nos pressupostos teóricos e metodológicos da Agroecologia, enquanto ciência, movimento e prática⁴⁹ em que, estabelece com a Natureza relações não hierárquicas. É neste contexto em que, são apontadas formas de resistências e anúncios pela Rede CAU. Lutas são tecidas no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, legitimando também, o paradigma de cidade em que, os/as sujeitos/as tenham suas diferenças protegidas e a cultura politizada.

Quadro 7 - Princípios da Rede CAU sistematizado por eixo. Fonte: Rede CAU

Eixos	Pontos elencados	Caracterização
Natureza	Garantir a identidade	Valorizar os/as agricultores como parte da cidade fortalece a afirmação

49 Estas três dimensões da Agroecologia tem sido elaboradas no âmbito dos movimentos social e acadêmico, através das organizações que os representa: Articulação Nacional (ANA) de Agroecologia e Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

	dos/as agricultores/as	desta identidade;
	Agroecologia, tradicionalidade e bem viver	Agricultura urbana está alinhada aos princípios da agroecologia; promove a produção diversificada de alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos, a partir de relações sociais e de trabalho justas;
	Sociobiodiversidade	Reconhecimento dos/as agricultores/as e de seus saberes como fundamentais para garantir: manutenção, ampliação de áreas florestais e arborizadas na cidade e frear a expansão urbana;
	Respeito ao alimento e a quem produz	Valorização da produção local e agroecológica da agricultura familiar e dos alimentos nativos e da estação. Politização do debate da alimentação saudável, da culinária tradicional do direito à alimentação saudável e adequada e da soberania e segurança alimentar;
Políticas Públicas	Prática da Economia Solidária e AU Agroecológica como expressão dos saberes tradicionais	A prática da AU materializa uma nesga de autonomia, esperança e crítica ao modelo vigente: uma outra economia é possível: “somos uma rede de agroecologia e economia solidária”;
	Direito das crianças, adolescentes e jovens	Crianças, adolescentes e jovens devem ter seus direitos assegurados, assegurar uma alimentação saudável e agroecológica e o contato com a produção de alimento, é um passo para a garantia do pleno desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens no presente e no futuro.
	Direito à cidade	A cidade sob a lógica do capitalismo viola direitos. Na contramão da atual política de remoções, defendemos que todos temos direito à moradia digna e adequada; fazer agricultura urbana agroecológica é lutar pelo acesso à terra;
Organização social	Protagonismo das mulheres	Os quintais urbanos são, em sua maioria, protagonizados por mulheres e, são elas que garantem a segurança alimentar de suas famílias e comunidades;
	Valorização dos territórios das experiências	Ressignificação dos conceitos "centro" e "periferia": a periferia da cidade é o nosso centro. Organização das atividades: são feitos rodízios dos locais de reuniões para contemplar todos os territórios; visitas e intercâmbios entre as experiências.
	Fazer agricultura é (re) existir	A prática agrícola nas cidades é uma forma de resistência; organização em rede e a comercialização em mercados de proximidade visibiliza e mantém os/as agricultores/as em seus territórios; integrar a produção de alimentos, plantas medicinais e o consumo responsável ao espaço urbano permite ainda maior interação entre a cidade e as questões sociais do campo;
	Participação política	Exercício da participação está em diversos espaços políticos, formais e informais; articulação junto a outras redes e movimentos sociais; ocupação em espaços permitam propor, cobrar e monitorar dos governos a criação e adequação de políticas de promoção da agricultura urbana e da soberania alimentar;

	Descentralização	Representatividade política - cada indivíduo da Rede CAU seja um/a agente do processo; valorização da autonomia dos grupos de trabalho; divisão por temas e territórios para a tomada de decisões; comunicação e planejamento de atividades.
--	------------------	--

Fonte: (REDE-CAU, 2015) **Organização da autora**

Os eixos *Natureza, Políticas Públicas e Organização Social* da 7 identificam como se operam as resistências do movimento de agricultura urbana articulados pela Rede CAU. Há uma profunda relação entre as reivindicações e o ideário criado para a produção de espaços na cidade. Como já foi dito, os agentes hegemônicos possuem a força do capital para moldar o espaço urbano e impor a ideologia urbano-industrial, inclusive o fazem articulados aos setores conservadores do meio rural que, homogenizam os espaços do campo com base na monocultura de larga escala. Nas cidades a mercantilização da vida prossegue da mesma maneira.

Diante destas abordagens limitantes a qual se faz presente os discursos conservadores de apropriação da natureza, os/as sujeitos/as da Rede CAU se apropriam da agroecologia como forma de ação política para criar dois movimentos: o distanciamento de certos discursos e práticas da natureza conservadora e; a criação dos seus próprios eixos de mudança em torno dos laços solidários. Essas potencialidades encontradas na Rede CAU, em torno da agricultura, especificamente nas periferias, constituem “espaços onde a diversidade é um dos sinais de sua identidade e, sobretudo, onde existem formas de vida não mercantins, não colonizadas pelo capital” (ZIBECHI, 2015).

Nesse sentido, ao considerar a diversidade e a diferença em seus princípios a Rede CAU faz emergir outros movimentos que estão presentes na cidade. A juventude agroecológica e a luta feminista são exemplos de movimentos que ganham força e demonstram a preocupação da Rede CAU em mostrar os “novos” sujeitos/as de luta pela agricultura agroecológica, ressaltando, claro, as diferenças e identidades. Estas manifestações estão se fortalecendo no interior do movimento e ressignificando a forma como algumas pautas para a agricultura urbana são organizadas.

Por isso, realizamos certa correspondência com estes/as sujeitos/as na aproximação de paradigmas para um outro agir na cidade.

Juventude Agroecológica

Figura 30 - Reunião de Planejamento da juventude agroecológica da Rede CAU. FCG, 2016.



Acervo Rede CAU

A Figura 30 mostra a primeira 1ª reunião de planejamento dos jovens da Rede CAU em março de 2016, no espaço agrícola da Feira Agroecológica de Campo Grande⁵⁰. Nesta reunião, os jovens lembraram que em 2015 havia sido realizado 7 encontros e para o ano de 2016, o planejamento das atividades contemplaria o aprofundamento das temáticas já debatidas pelo grupo: 1) construção do conhecimento; 2) metodologias; 3) Escolinha de Agroecologia; 4) Troca de saberes e intercâmbios de experiências. Também foram discutidos temas para os encontros e reuniões: 1) Agroecologia e agricultura urbana; 2) direito à cidade; 3) questão urbana x questão rural; 4) agrobiodiversidade/sementes e agrofloresta; 5) comunicação e ativismo; 6) fazeres da agricultura urbana: compostagem e sementes; 7) construção de projetos/ação e organização.

⁵⁰ Bairro da zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, aonde acontece há 20 anos a Feira Agroecológica.

Um dos jovens⁵¹ da Reda CAU e usuário do CRAS Cecília Meireles, no bairro de Campo Grande, quando perguntado sobre a importância dos trabalhos protagonizados pelo coletivo da juventude agroecológica, ressaltou:

eu acho que a importância maior é a gente ver os resultados, vê que a gente tá conseguindo divulgar o nosso trabalho, ampliar os espaços com hortas, divulgar nosso trabalho em escolas para os alunos, fazer os alunos trabalharem na horta. Por exemplo, na aula de Geografia, na horta a gente pode trabalhar os solos mexendo diretamente na terra. Aí o aluno vai ver tudo não só de uma sala de aula, da teoria, né mas, na prática também. Assim a gente vai divulgando nosso trabalho para outros adolescentes. **Muitos amigos meus, adolescentes, não tinha nenhuma noção do que era agricultura ou alimentação saudável. Hoje em dia entrou para nosso grupo da juventude agroecológica e já tem consciência, eu acho isso muito importante.** É muito importante divulgar nosso trabalho, a boa alimentação e, na escola então, é onde tem mais criança e adolescente que leva biscoito dentro da mochila e, não come na escola porque prefere comer um salgado na rua. **Tendo uma horta dentro da escola, as merendeiras podem usar tempero fresco da horta e os alunos podem ver aquilo que eles ajudaram a plantar sendo servido na comida da escola.** Acho que isso é muito importante. (Lucas, jovem de 15 anos, do coletivo juventude agroecológica da Rede CAU e do CRAS Cecília Meireles, maio de 2016).

Essa interlocução com temas “novos” vindos da juventude é fruto tanto da adesão do movimento agroecológico nacional que, no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia que, realizou pela primeira vez um seminário com a temática da juventude durante o III Encontro Nacional de Agroecologia, em Juazeiro (BA) no ano de 2014 (BENSADON, 2016), como também do esforço, das organizações que compoem a Rede CAU e que trabalham com a juventude. Este é o caso do CRAS Cecília Meireles e da Fundação Xuxa Meneghel que atuam na zona Oeste e do Verdejar Sócioambiental, na zona Norte da cidade. Os territórios de atuação dessas organizações são lugares marginalizados na cidade. Porém, com o debate da agricultura urbana e a da Agroecologia estes territórios tem se constituído “como espaços onde se contrói coletivamente uma nova organização para a sociedade” (ZIBECHI, 2015). Este trabalho, com a Agroecologia, teve que ser cultivado e nutrido para que as pessoas pudessem compreender a relação entre duas realidades aparentemente opostas.

51 À época da entrevista o jovem Lucas de 15 anos presidia o Consea Municipal como representante da Rede CAU.

No princípio as pessoas não entenderam muito bem o quê que o trabalho com a juventude tinha a ver com a Agroecologia. Primeiro fomos entender a política da assistência⁵², e aí vimos que a Segurança Alimentar e Nutricional é um viés dessa política e que a agricultura urbana está dentro da questão da SSAN e nós com isso, nos aproximamos dos atores. A Rede CAU já fazia isso historicamente no território de Campo Grande e aí a gente foi conhecendo as experiências e se encantando e vendo que pra gente também era possível fazer agricultura urbana, que bastava ter uma semente. Então nós ocupamos o bairro de Campo Grande com essa proposta e hoje nós temos uma respeitabilidade muito grande, no próprio trabalho [CRAS] e na vizinhança. (Bernadete Montesano, CRAS Cecília Meireles, Rede CAU. Entrevista em maio de 2016).

Esta construção simbólica da agroecologia dentro de uma instituição pública do estado do Rio de Janeiro denota que não há distinção entre os limites da militância na Rede CAU e como se opera o trabalho institucional. Bernadete Montesano, salienta bem isto ao afirmar que o “trabalho já vem da militância pela agroecologia, então fiquei pensando qual seria o tema fio condutor que fosse uma proposta que contemplasse também o contexto e que a gente também se realizasse, porque fazer mecanicamente a gente não ia fazer” (Bernadete Montesano, CRAS Cecília Meireles, Rede CAU, entrevista em maio de 2016). O fio condutor referenciado nesta fala serve também para trazer mais humanidade nas relações tecidas com esta juventude que, vive exposta a problemas sociais graves e situação de violência.

Aqui no CRAS temos jovens que a escola já desistiu. Que muita gente já não quer mais saber inclusive a própria família e a gente não desistiu. Uma vez uma pessoa chegou para gente e falou: eu não quero mais que ele seja meu filho. A gente falou, olha ex-filho não existe, então minha colega teve que fazer uma intervenção mesmo. A partir dessa realidade a gente tenta trazer temas para lidar com os problemas sociais. **A agroecologia é um tema importante porque cumpre um papel de resgatar humanidade nas relações**, seja familiares, seja na produção de alimentos, é um outro jeito de pensar. **Ou seja, o alimento não é uma mercadoria**. Então a gente foi muito encantado por isso, e o próprio desejo de mudança. A gente viu que em uma cidade você pode criar um micro clima. O Rio de Janeiro ele tem uma peculiaridade, aqui é uma cidade que cresceu para os morros e pensar o que significa essa ocupação dessa maneira. E a gente tem aqui, talvez, não sei, seja um lugar privilegiado porque era uma área rural, tudo aconteceu

52 Em 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) era tratada no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Esta iniciativa traduzia o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, e denotava o compromisso do MDS/SNAS e do CNAS em materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

aqui, você imagina, do engenho. Então como que isso funciona pra gente de ver esse discurso do moderno do que é melhor que tentam vender para gente. Os maiores empreendimentos agora são na Barra da Tijuca, a cidade está só para um lado, é muito estranho isso (Bernadete Montesano, CRAS Cecília Meireles, Rede CAU. Entrevista em maio de 2016).

Trazer a agroecologia como prática de manejo dos agroecossistemas (urbanos ou rurais) e como movimento que produz outras relações sociais, configura-se como uma estratégia que encoraja as experiências e reconhece nos territórios êxitos notáveis. Resgatar os laços de solidariedade, aproximar realidades, respeitando a diversidade de cada movimento, é uma forma de agir que pode cooperar para a conquista de autonomia. No caso do coletivo de jovens da Rede CAU, há um aprofundamento do debate entre as instituições que trabalham⁵³ diretamente com jovens e crianças sobre a construção de narrativas e linguagens que permitam a juventude apropriar-se da agroecologia e da produção de alimentos como uma práxis para alterar suas realidades na periferia bem como, assegurar sua sobrevivência diária em seus territórios.

Relacionado a isso, o lema *“juventude que ousa plantar, constrói soberania alimentar”* demonstra, no meu entender, a produção de uma virada importante para estes sujeitos. O lema em questão, é um desdobramento das atividades de formação realizadas *com e pelos* jovens em momentos de afirmação de pautas e participação em espaços importantes, como as conferências municipais de Segurança Alimentar e Nutricional no de 2015. No que se refere as oficinas, foram discutidos temas desde a questão agrária e o modelo de produção agrícola da revolução verde e os usos de insumos químicos na agricultura, até a alimentação saudável como direito constitucional. Todo o conteúdo debatido nestas atividades se deu a partir da realidade do ambiente escolar. Assim, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi o tema mobilizador fundamental.

Tivemos oficinas: “Quem mexeu na minha comida?” e “Por quê?” - oficina de PNAE. Quando eu falei para os jovens sobre a o Programa Nacional de Alimentação Escolar eles perguntaram assim “por quê?, daí ficou o nome da oficina. Então a oficina falava que a gente podia fazer a nossa escolha por um alimentação escolar saudável e podia entender também que existem alimentos produzidos com trabalho infantil, com agrotóxico e que esgota a

53 Verdejar, Fundação Xuxa Meneghel e CRAS Cecília Meireles são as instituições que trabalham diretamente com jovens e vem tecendo com mais profundidade o tema da juventude agroecológica na periferia.

natureza. Depois da oficina sobre o PNAE a gente começou a realizar intervenções com uma jovem que é palhaça e faz parte do mesmo projeto (Bernadete Montesano, CRAS Cecília Meireles, Rede CAU. Entrevista em maio de 2016).

O que foi colocado acerca da juventude demonstra a busca por autonomia na vida social (no sentido do grupo que constrói sua identidade) e na vida de cada ser. Esta mirada ancora-se, de certa forma, no conjunto de princípios elaborados pela Rede CAU posto que, a “dominação se reproduz [*também*] no cotidiano e na criação de sentidos comuns que percebem e reproduzem as relações sociais como relações de poder” (CECEÑA et al., 2005, p. 37). Desse modo, é lógico que se construa mecanismos de autonomia, principalmente, no interior da vida cotidiana e, em meio à organização social, para circunscrever formas de desconstruir outros mecanismos de dominação.

Nesse sentido, a organização social da Rede CAU ganha destaque como eixo mobilizador para a produção da virada social: a sociedade integrada à natureza. A característica da produção de novos sentidos que geo-grafam o espaço no meio urbano é a própria re-existência no fazer agricultura, constituindo laços sociais e buscando formas não capitalistas de relação com a afirmação da agricultura de bases agroecológica.

Em processos como estes, a interlocução com as experiências dos quintais produtivos tem sido revolucionária do ponto de vista da produção agroecológica em pequenos espaços. Diferentemente da escala de produção, considerada pequena, as experiências de quintais agroecológicos denotam um significado material e simbólico grandioso no que se refere a reapropriação social da natureza por sujeitos/as historicamente marginalizados/as.

De acordo com Emma Siliprandi (2000), as mulheres tem sido as mais afetadas pelo sistema capitalista de produção e pela dominação que este exerce na natureza. Existe uma convergência grande na dicotomia entre sociedade e natureza e a forma como o sistema hegemônico se apropriou do trabalho feminino, “a dominação das mulheres e a exploração da Natureza são dois lados da mesma moeda da utilização de “recursos naturais” sem custos, a serviço da acumulação de capital” (SILIPRANDI, 2000, p. 63). Dessa maneira, as mulheres seriam as mais interessadas em romper com o paradigma dominante que separa sociedade e natureza, porque assim se daria a condição de libertação dessas mulheres da opressão do sistema capitalista e do patriarcado.

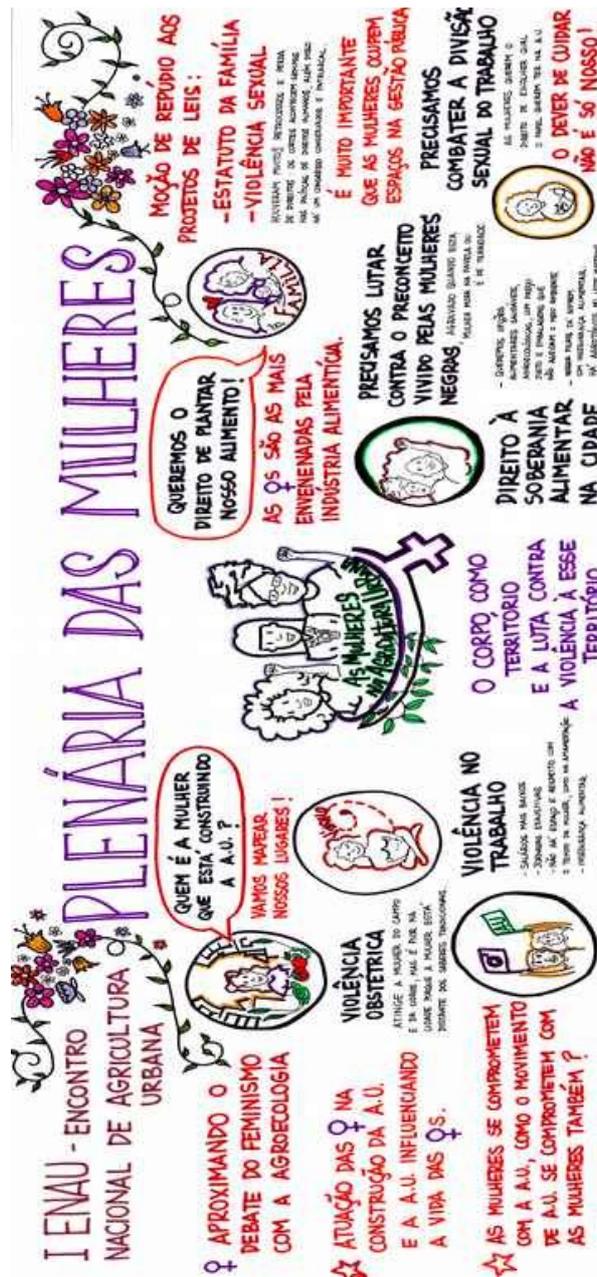
As Mulheres da Rede CAU

A percepção de que a agricultura urbana, sobretudo nos quintais urbanos, é realizada por mulheres, em sua grande maioria, não se deu de forma natural no interior da Rede CAU. Do mesmo modo, as principais instituições de assessoria técnica para a agricultura na cidade do Rio de Janeiro atentaram-se tardiamente. Porém, isto não significa dizer que este tema estivesse completamente esquecido do conjunto da Rede CAU.

A participação da Rede CAU em redes nacionais como a ANA influencia o movimento e chama atenção a medida que, o tema ganha destaque. A ANA desde o II ENA (2006) e depois no III ENA (2014), vem exercendo um papel importante ao expor a pauta feminista como questão a ser debatida nos encontros preparatórios das redes locais, sempre “sob a vigilância do GT das Mulheres que trouxe a pauta de forma mais incisiva com a afirmação de que “sem feminismo não há agroecologia” (BENSADON, 2016).

Além dos espaços da ANA influenciarem este tema para dentro da Rede CAU, no Encontro Nacional de Agricultura Urbana, ocorrido entre os dias 21 e 24 de outubro de 2015, o Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro e da Rede CAU realizou um ato para mostrar a importância da participação das mulheres nas práticas de agricultura na cidade. Elas também contribuíram na construção da carta política do I ENAU e na elaboração do documento Mulheres da Agricultura Urbana. As principais questões levantadas podem ser vistas em dois tipos de registro, o painel gráfico Figura 31 e nas questões abaixo descritas no documento “Mulheres da Agricultura Urbana”. Como as mulheres estão construindo Agricultura Urbana? Como as nossas práticas cotidianas de trabalho, militância, organização e cuidado estão construindo Agricultura Urbana? Como nosso trabalho nas áreas da saúde, economia solidária, soberania e segurança alimentar nos quintais e nas lutas políticas constituem um processo político no âmbito da Agricultura Urbana? Como as práticas de Agricultura Urbana influenciam a vida das mulheres nas cidades? Outra importante questão que também direcionou nossas reflexões foi: Quais são nossas bandeiras de luta no I ENAU? Destacamos: mulheres na luta por direito à cidade, fim da violência contra as mulheres, mulheres como construtoras da soberania alimentar, mulheres e saúde, mulheres e mobilidade urbana e mulheres da cidade construindo agroecologia (CNAU, 2015c).

Figura 31 - Painel de sistematização gráfica Plenária das Mulheres do I ENAU, 2015.



Todos estes elementos proporcionam espaços que vão sendo nutrido pela demandas das mulheres da Rede CAU dando a elas o “estímulo à participação nas mais diversas esferas de decisão (SILIPRANDI, 2000, p. 69). Na carta política do I ENAU, elas mostraram que há

predominância das mulheres nas iniciativas de agricultura urbana. Muitas dessas mulheres tem origem rural e tiveram suas famílias expulsas do campo pelo avanço do agronegócio em seus territórios. Outras são de origem urbana e se aproximaram da agricultura pela preocupação com a saúde e com o alimento das famílias. A agricultura urbana representa a possibilidade de reconstrução de suas trajetórias e relações de gênero mais equitativas e beneficia também os jovens urbanos, ampliando sua compreensão dos ciclos da natureza dos quais faz parte e estimulando o seu protagonismo e novas possibilidades de inserção na sociedade. (CNAU, 2015b)

Em outro contexto, Maria Emília Pacheco (1997) chama atenção para o quintais⁵⁴ produtivos na perspectiva de gênero ao demonstrar que estes espaços são majoritariamente produzidos por mulheres e que poderiam desempenhar diversos benefícios, dentre eles a preservação da sociobiodiversidade e a promoção da segurança alimentar e nutricional. No entanto, a autora assinala que a inexistência de políticas públicas que alavanquem estas experiências constitui-se um dos maiores entraves para a valorização das experiências das mulheres. É bom ressaltar que “a invisibilidade do trabalho da mulher é antes de tudo uma questão política” (PACHECO, 1997).

No ano de 2015 é aprovado um projeto⁵⁵ da ASPTA-RJ para trabalhar com os quintais produtivos sob coordenação de uma assessora técnica. Este fato é inédito na instituição, apesar de já ter sido reconhecido publicamente pelo coordenador do Programa de Agricultura Urbana que os quintais são experiências majoritariamente protagonizado por mulheres. Para Rede CAU também foi a primeira vez que um projeto dedicado às experiências das mulheres era acessado.

Neste projeto, a expressão das experiências realizou-se a partir da sistematização participativa dos quintais produtivos das mulheres da agricultura urbana da zona Oeste do Rio de

54 Maria Emília Pacheco realizou um estudo sobre quintais produtivos na região norte do Brasil no bioma da Amazônia. Ver mais em (SILIPRANDI, 2000); (PACHECO, 1997).

55 O Projeto “Mulheres em Rede: valorização e resgate de experiências em agricultura urbana na Zona Oeste do Rio de Janeiro” foi coordenado pela então assessora técnica Renata Lúcia Souto Nigro Deprá da ASPTA-RJ durante o período de agosto de 2014 a janeiro de 2015.

Janeiro. A metodologia utilizada intitulada “Colcha de Retalhos” priorizou a costura, o bordado e a pintura, permitindo a cada mulher expressar o que há de mais importante, por sua própria voz, em seu quintal, como pode ser visto na Figura 32 e 33.

Figura 32 - Oficina de sistematização de experiência participativa com mulheres da agricultura urbana da zona Oeste do Rio de Janeiro, 2015.



Foto: Uschi Silva

Figura 33 - Quintais produtivos bordados e pintados pelas mulheres da Rede CAU, 2015.



Foto: Uschi Silva

Os níveis de violência e opressão são sentidos por diversas formas pelas mulheres da Rede CAU. Esta reflexão não poderia deixar de fora o episódio de violência ocorrido com uma mulher, a agricultora Rita de Souza Aguiar de 60 anos, migrante pernambucana da zona rural. Rita cultivava um quintal agroflorestral na Colônia Juliano Moreira. Rita foi o alvo da ação da prefeitura do Rio de Janeiro⁵⁶ num episódio de remoção forçada no qual, seu quintal

56 A Prefeitura do Rio de Janeiro realizou inúmeros casos de remoção durante a gestão do Eduardo Paes (PMDB-RJ). Há um histórico de informações desencontradas, como o caso das remoções ocorridas em Vila Autódromo. Para saber mais do assunto ver: “Rio 2016: Violações ao Acesso à Informação no Caso do BRT Transolímpica” Nóbrega, C. & Lacerda, L., 2015. Rio de Janeiro.

foi totalmente destruído para dar lugar a um ponto de apoio da Companhia Municipal de Limpeza Urbana.

Dia 12 de julho de 2012 houve o despejo, foi muito triste esse dia. Eu não precisava mais trabalhar para ninguém, eu tinha um ponto de venda, eu vendia tudo que eu tirava da horta: banana, chuchu, verduras, conservas de pimenta, xarope. Todos os produtos que eu tirava na horta eu vendia ali mesmo e tinha um ponto que eu vendia sábado e domingo na comunidade. Eles queriam o terreno que tava sendo usado e cultivado para horta para montar um local de reciclagem da Comlurb⁵⁷. Tinha um terreno do outro lado perto do rio que não tinha nada lá, eles ao invés de trabalhar no terreno que tava vazio vieram pra o meu que tinha uma horta. O pessoal da comunidade não deixaram eles acabar com a horta mas mesmo assim eles construíram um ponto de apoio para os funcionários da Comlurb. (Rita de Souza Aguiar, agricultura urbana, Rede CAU. Entrevista em maio de 2016).

O ocorrido virou um processo judicial com apoio da defensoria pública e do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública. Com isso, a prefeitura foi acionada para tentar algum tipo de indenização:

Olha foi muito difícil aquilo tudo, foi uma tragédia o que eles fizeram, até hoje está na justiça. Já teve duas audiências que não me chamaram e a promotora disse que a prefeitura comprou o juiz. O juiz não quis ouvir ninguém e nem as testemunhas, falou que eu fui imprudente, que eu tinha que ter ficado na frente da máquina e não deixado derrubar. Eu estava dormindo, acordei com a máquina dentro do meu quintal. Saíram arrastando minhas coisas pelo meio da horta, eu perdi guarda-roupas, eu tinha um barracão de guardar ferramentas, sementes, perdi tudo, tudo, tudo. Os pés de coco estavam tudo cheio, eu tinha 35 pés de coco tudo dando coco. Os engenheiros tiraram aipim, coco, tem até as fotos arrastando tudo, eu nem conseguia ficar em pé e eles lá bebendo água de coco... Olha, fiquei muito tempo pra me recuperar, eu nem conseguia contar isso...

Eu arrumei uma casa para eles comprarem para mim lá em Itaguaí com um terreno imenso, lá em Chaperó. Eles foram lá, olharam, bateram foto quando chegou na prefeitura eles disseram que não podiam comprar porque eu não tinha marido e que o prefeito tinha falado que tinha que me colocar na mesma área que eles tinham me tirado. Aí eu tô naquilo ali que você viu (a casa). Eu não sei se está no meu nome se não tá, eles não me deram nada só me deram um papel escrito o valor da casa e um carimbo que dizia que eles tinham comprado. Tá na justiça e eu vou lutar até o fim pra poder ter uma

57 Companhia Municipal de Limpeza Urbana.

casa com quintal que eu possa plantar. (Rita de Souza Aguiar, agricultura urbana, Rede CAU. Entrevista em maio de 2016).

Em relação a este caso, um agrônomo ligado ao Projeto Profito realizou o inventário do quintal agroflorestal de Rita. Neste estudo, ele contabilizou todas as espécies destruídas pelas máquinas da prefeitura. Os dados coletados estão organizados no quadro 8 e demonstram uma enorme biodiversidade cultivada por Rita. Foram apontadas vinte e uma espécies de árvores frutíferas e oito tipos de plantas medicinais, assim como, a produtividade de cada planta, o ciclo de vida, idade e a projeção futura da produção. Para cada produto agrícola foi realizado um levantamento de preço no CEAGESP (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo) e multiplicado pela vida futura estimada da espécie. Ao final, foram contabilizados na produção do quintal agroflorestal um valor de R\$ 83.287,00 referentes ao ano de 2012.

A luta feminista é uma semente plantada pelas mulheres da Rede CAU. Seja no seu entendimento teórico e metodológico que vai construindo simbolicamente a identidade dessas “novas” sujeitas políticas da agricultura na cidade em que vão convergindo lutas das mulheres trabalhadoras das periferias. A forma como as mulheres tecem as resistências na sua práxis do fazer agricultura na cidade vai encontrando a materialidade e sentido às suas próprias vidas nestes espaços opressores. Nunca é demais ressaltar a conexão que há entre a “dominação da Natureza e a dominação das mulheres” (SILIPRANDI, 2000, p. 61), sendo que essa dominação é sentida com mais força pelas mulheres periféricas.

No episódio contado brevemente sobre o caso de remoção houve por parte do Estado um corte de gênero no tratamento dado a Rita de Souza Aguiar quando ela diz que a prefeitura lhe negou o terreno que teria escolhido em outra localidade pelo fato de ela não ser casada, como nos relatou acima. Neste sentido, a agricultura na cidade com foco no olhar feminista é fundamental e traz o quintal como lugar de resistências para estas mulheres. O acolhimento da Rede CAU foi importante no momento em que Rita esteve fragilizada. Porém foi no quintal de Aldaci que as duas mulheres se fortaleceram através da parceira no cultivo das plantas e na comercialização.

é importante ter uma horta, você se alimenta bem e não precisa comprar, é só chegar e pegar da horta fresquinho. A gente vai ali e já arranca um pé de aipim cozinha, uma batata doce a mesma coisa, entendeu é assim: é isso que eu gosto é isso que eu quero fazer até quando Deus me der saúde eu vou plantar, vai ser isso que eu vou fazer. Por isso que a gente diz que não precisa de veneno para plantar, a gente vendeu muito tomate vendemos em tudo que é feira. Nós temos os remédios, as ervas medicinais, eu faço xarope caseiro, sempre vem um e pergunta pede uma planta, tem pimenta, tem tudo. As vezes os pessoal vem aqui atrás de uma ervinha para fazer e a gente diz porque que você não planta você não mora em cima de uma pedra, aí falam ah, mais eu não sei plantar e a gente fala mas eu ensino, são essas coisas e assim vai. É vida, é tudo, é saúde, é alegria, é tudo de bom! Eu vou viver da horta! (Rita de Souza Aguiar, agricultura urbana, Rede CAU. Entrevista em maio de 2016).

As inúmeras experiências da agricultura nos conta histórias de mulheres que passam a ter suas vidas modificadas depois que voltam ao cultivo do quintal: “quando nós começamos o trabalho das hortas a Dona Rita não estava muito bem de saúde e andava bem tristezinha, depois isso mudou – ela já contou em diversos lugares – quando ela passou a trabalhar na hor-

ta: o corpo e a mente mudou para melhor, ela passou a ter motivação e sente melhoras na saúde” (Valdirene Militão, técnica da Fiocruz Mata Altância, Rede CAU. Entrevista em maio de 2016).

As mulheres da Rede CAU são agricultoras, técnicas, estudantes e militantes que estão ampliando o debate feminista para dentro da Rede CAU através da participação em outras redes e articulações feministas. Em Vargem Grande as mulheres se uniram e criaram um grupo, a Coletiva Hortelã, que busca realizar a resistência através da valorização da cozinha, das plantas medicinais e do resgate da ancestralidade feminina.

Cabe dizer que o desenvolvimento da agricultura urbana, assim como a agricultura no campo, a partir de uma abordagem de gênero possui um importante significado político, econômico e social. Para as mulheres da Rede CAU e a juventude agroecológica a importância dessa luta se consubstancia quando suas vozes ganham eco e podem expressar suas visões sobre cidade, urbano, natureza e agricultura. Em um momento histórico em que o modo de vida urbano está apartado das relações solidárias e que os bens comuns são privatizados, estes sujeitos e sujeitas trazem para o centro debate a cerca do urbano e da agricultura a reconexão da sociedade com a natureza em consonância com o desenvolvimento da agroecologia.

Com isso, buscam o reconhecimento do trabalho feminino e a participação ativa em políticas públicas, organização da produção e comercialização, quebrando os padrões culturais pré estabelecidos pelo patriarcado em que, o trabalho feminino, historicamente é invisibilizado, sendo associado ao trabalho doméstico e não remunerado.

O quintal da casa é um espaço de resistência para estas mulheres e para a juventude. Em atividades agrícolas já se reconhece “em unanimidade que a casa, comumente caracterizada como espaço doméstico que inclui o quintal, a criação animal, constitui-se em um espaço produtivo e gerador de renda com significativa participação das mulheres” (PACHECO, 1997, p. 30).

A luta feminista e a luta da juventude agroecológica são lutas política porque o silenciamento desta parcela significativa da população é uma decisão orientada e intencionada pelo sistema capitalista que se nutre desse trabalho. Analisar estas questões requer aprofundar teorias, práticas, conceitos sobre trabalho produtivo e a articulação com a diversidade social, além de perseguir uma matriz de pensamento em que o corpo feminino seja conside-

rado na sua atual situação: a colonização dos corpos femininos e dos territórios fazendo uma estreita e urgente relação entre gênero e agroecologia. O debate, portanto, segue o curso de um rio, aberto e corrente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos Pedacos do Meu Quintal

Dos pedacos do meu quintal comi
Melão, melancia, pitanga, goiaba, mamão
e muitas mangas deliciosas
Nos pedacos do quintal plantei
Salsa, cebolinha, coentro, pimenta, hortelã, manjeriço
Dos pedacos do meu quintal bebi
Chás de erva cidreira, capim limão, boldo, hortelã
Dos pedacos do meu quintal curei
Feridas, tosse, insônia e resfriados;
graças ao boldo, a babosa, a pitanga, ao assa-peixe
Que tal os pedacos do meu quintal?

*Leila de Souza Nette*⁵⁸

As motivações e as questões que me coloquei para realização deste trabalho são mais amplas do que os limites dessas páginas. A realidade estudada já era um tema conhecido pelas vivências militantes e pelo trabalho junto às experiências em agricultura na cidade. Conjugado

58 Leila é militante do movimento feminista, atua no grupo Mulheres de Pedra, um coletivo que objetiva valorizar o protagonismo da mulher negra na construção de um outro mundo no qual as relações se tecem através da arte, da educação, da economia solidária e da diversidade cultural.

à esse processo, ao longo dos *des*-caminhos da pesquisa as motivações foram entrelaçando-se para as seguintes questões: quais são as possibilidades e os desafios em construir a agroecologia na cidade do Rio de Janeiro? Como considerar a dimensão espacial neste processo? Como os processos metodológicos experienciados pelo movimento agroecológico constituem linguagens outras e intervenções nas geo-grafias praticadas pelos/as sujeitos/as da agricultura urbana? O que significa construir agendas, mobilizações e lutas sociais pela re-existência da agricultura na cidade, especialmente no Rio de Janeiro? O que significa colocar no centro da política o debate público sobre a cidade e agricultura?

Existiam diversos caminhos para percorrer. Como um processo labiríntico os percursos foram acontecendo motivados pela razão, pelo corpo, pelas sensações e pelo espírito intuitivo. De alguma forma as imagens nos permeavam assim como as inquietações que foram quase sempre permanentes.

Para disparar este texto foi proposto situar os processos metodológicos como escolha política e ideológica no fazer científico. Entender a Rede CAU a partir desse viés ajudava a situar como a agroecologia e o movimento agroecológico estão construindo as bases teóricas e políticas no campo da prática e da teoria. Nesse sentido, o diálogo com Brandão (2007) e (1983) foi importante nesta experiência para que esta reflexão pudesse produzir algum tipo de deslocamento, nos tirando do conforto para o confronto. Assim optamos por

captar a ideologia das pessoas, não através de uma explicação direta (por que isso é assim, por que você faz assim, como é que você vê isso ou como é que você avalia isso, por que você faz dessa maneira e evita fazer dessa outra), mas captar isso pedindo que as pessoas reconstituam uma história que toca isso. Pedir que as pessoas falem sobre como eram, até onde a memória alcança, as relações da prática econômica, como elas foram se modificando e como elas são agora (BRANDÃO, 2007, p. 17).

Essa postura seria também uma contribuição à pesquisa em Geografia que ainda carece muito de metodologias menos dogmáticas cunhadas em certos racionalismos científicos que reduzem as experiências e apoiam o objeto em algum lugar distante e difícil de enxergar. Conforme Cruz (2001):

Assumir uma postura metodológica e política que tente escapar das armadilhas de uma visão excessivamente dogmática e normativa que desperdiça as

experiências sociais e, de uma outra, que é demasiadamente otimista e celebratória das experiências de resistências em curso, não é algo fácil, nem tranquilo, pois exige, ao mesmo tempo, uma abertura e um acolhimento dessas experiências, da mesma maneira que um espírito reflexivo capaz de não abdicar o papel de um rigor crítico diante da realidade (CRUZ, 2011, p. 327).

Essa tentativa desestabilizante para a sujeita pesquisadora talvez tenha deixado fragilidades no texto em expor demasiadamente, em tons de “celebração”, a agricultura na cidade. Foi este o esforço: compreender a Rede CAU por suas escolhas metodológicas para refletir como os/as sujeitos/as marginalizados e expostos as fragilidades da escassez de recurso na cidade conseguiam encontrar formas de se articular e criar seus espaços de vida na cidade.

No primeiro capítulo realizamos uma reflexão conceitual intercalando com algumas metodologias utilizadas pela Rede Carioca de Agricultura Urbana, tal como os Intercâmbios de Quintais e a Caravana Agroecológica do Rio de Janeiro que percorreu a região Metropolitana para realizar uma análise popular e coletiva do território.

No que se refere aos grandes impactos causados pelo modelo urbano industrial que mercantiliza os espaços da cidade do Rio de Janeiro, a primeira linha de força é a Natureza. A transformação do Sertão Carioca em zona Oeste deu novas características formais à região. Na segunda metade do século passado o Sertão Carioca, contado no livro de Magalhães Correa de 1936, é aberto à expansão industrial e, como descreve este autor, os modos de vida sertanejos são fortemente afetados pelas novas imposições da indústria (FERNANDEZ, 2009).

A anunciação de novos modos de vida mais ligados ao modelo urbano também esteve atrelado ao aparecimento do Parque Estadual da Pedra Branca, em 1974, trazendo os valores preservacionistas para a região. Diegues (2001) aponta que estes valores estariam baseados nos interesses urbanos.

a criação dos parques obedeceu a uma visão antropocêntrica, uma vez em que beneficiava as populações urbanas e valorizava, principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos humanos, o que nos mostra o fato de que a natureza selvagem não foi considerada um valor em si, digno de ser protegido. A idéia de que a natureza tem um valor em si mesma provém basicamente dos que advogam direitos ao mundo natural independentemente da utilidade que possa ter para o homem (DIEGUES, 2001, p. 35).

Estas condições históricas tornaram a agricultura na cidade do Rio de Janeiro invisibilizadas. No entanto, os grupos sociais reduzidos às periferias, pequenos quintais e expostos à situações de precarização do trabalho na agricultura não desapareceram. No cotidiano da cidade, foram buscando no seu fazer alternativas diárias para lidar com a falta de alimentação, saúde, transporte, moradia dentre outras coisas. Nesse sentido, as agriculturas na cidade são heterogêneas porque ocorrem de formas diferenciadas nos territórios, no tempo e no espaço. Ela se torna o lugar das forças díspares na cidade.

Observando a Rede Carioca de Agricultura Urbana por esse prisma, o marco inicial ou uma data que nomeie o dia da sua criação é dito de forma processual no segundo capítulo, quando são apontados os marcos e as agendas de lutas para compreender o elo das experiências. Assim, são demonstrados pela a relação com os quintais das mulheres que dedicavam a organizar remédios caseiros, na Rede Fitovida e nas pastorais para atender crianças e outras mulheres em situação de pobreza na cidade, as primeiras relações com um grupo que faz agricultura. Nesse mesmo contexto, o Verdejar na figura do ilustre Luís Poeta provocava as experiências a se organizarem em rede como forma de potencializar o movimento a partir do encontro, das trocas, intercâmbios...

São esses elementos que contam outra história de cidade e que apontam para um processo que as vezes parecem ser intermitentes diante de um modo de vida urbano industrial que impõe aos moradores da cidade uma vida homogenizadora em um mundo cuja única coisa a oferecer são os tons do cimentos, das ruas quebradas, lama de esgoto aos espaços periféricos que os governantes preferem ver como anomalias sociais (ZIBECHI, 2015).

Para a Rede CAU, no entanto, os territórios da agricultura na cidade despontam potências visto que, começar a produzir seus próprios alimentos e plantas medicinais os tornam sujeitos/as produtores e produtoras de um espaço diferenciado na cidade. A diferenciação e a construção da identidade são elementos importantes para compreender como a Rede CAU constrói a agroecologia no meio urbano.

Apontamos esse aspecto na abordagem dos mercados de proximidade que incluem as feiras e o Programa Nacional de Educação Escolar. A construção de novos mercados tem sido pauta da Rede Carioca de maneira mais incisiva desde o processo de organização e gestão da Feira Agroecológica da Freguesia, hoje com 3 anos em vias de completar 4 anos. Nesse pro-

cesso os/as agricultores/as, as ONGs e Rede Ecológica se organizaram na Rede CAU para realizar 7 oficinas preparatórias, cujo objetivo foi proporcionar o debate entre agricultores e assessores sociotécnicos e acordar a normatização de funcionamento da FAFRE e a construção de uma identidade social do grupo, a partir da abordagem de temas geradores.

Este processo não está desvinculado da luta por políticas públicas para agricultura na cidade. Em momentos distintos isso aparece no texto como forma de luta e de busca da visibilidade para esta prática que acontece nas roças e nos quintais da cidade. A DAP é uma realidade para poucos/as agricultores/as e ainda se constitui como um desafio na visão fragmentadas dos órgãos públicos e das próprias políticas. No Rio de Janeiro há apenas 106 DAPs⁵⁹, sendo 95 ativas e 11 desativadas. Segundo Mattos em um estudo sobre a viabilidade econômica da agroecologia na cidade do Rio de Janeiro:

Das DAPs ativas, 73 foram emitidas para pescadores e 22 (23%) para agricultores familiares, sendo pelo menos 10 DAPs para quilombolas. Nestes 1.055 estabelecimentos agrícolas há pelo menos 400 famílias de agricultores familiares, segundo dados do Programa Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (MATTOS, 2016, p. 23).

No contexto do Rio de Janeiro, evidenciamos a articulação da Rede CAU com a política institucional para demandar um debate público sobre a implementação da política pública do Programa Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas, o Rio Rural. Este debate ocorreu em dezembro de 2016 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e oportunizou um espaço para debater questões relativas a agricultura na cidade do Rio de Janeiro. Foram evidenciados os conflitos socioambientais com a unidade de conservação, o plano diretor da cidade, os diálogos incluídos com as comunidades das microbacias hidrográficas, a especulação imobiliária, a pesquisa científica feita com recursos do programa, além de ter sido realizada uma homenagem a Rita de Souza Aguiar, agricultora de quintais que sofreu uma ação violenta da prefeitura do Rio de Janeiro ao ser removida em 2012 de seu quintal produtivo.

Ainda neste terceiro capítulo que buscou discutir a sociedade e natureza a partir dos princípios elaborados pela Rede CAU em 2015 como preparação para o I ENAU, trouxemos

59 Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrária. Ministério extinto pelo governo Temer em 2016.

os/as “novos/as” sujeitos/as que ganham espaço e constroem agendas de luta no interior do movimento. A juventude agroecológica e periférica das mulheres tem se constituído como uma luta não territorializada mas que em sua abordagem e prática são construídos laços sociais que na visão de Zibechi (2015) apontam para o “eixo das mudanças em forma da criação de novas relações sociais” (ZIBECHI, 2015), criando espaços simbólicos e materiais para suas vidas.

REFERÊNCIAS

- AARJ. **Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, 2014.
- ABIO. Caderno Sistemas Participativos de Garantia (SPG). **Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro**, 2016.
- ACSELRAD, Henry. Justiça Ambiental – novas articulações entre meio ambiente e democracia. p. 1–5, 2000.
- _____. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 5, p. 49–60, 2002.
- ALERJ. **Debate Público: Programa Microbacias Rio Rural**. Rio de Janeiro: TV Câmara, 2016
- ALMEIDA, Daniela. A. O. DE. Agricultura Urbana: Isto e Aquilo. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. DE M.; MONTE-MÓR, R. L. DE M. (Eds.). . **Teorias e Práticas Urbanas**. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- ANA. **Caravana Agroecológica e Cultural da Zona da Mata Mineira: rumo ao 3ª ENA**. 1. ed. Viçosa: Articulação Nacional de Agroecologia, 2013.
- _____. **Instalação pedagógica da região metropolitana do RJ explicita conflitos do modelo de desenvolvimento**. Disponível em: <https://aarj.files.wordpress.com/2014/05/instalac3a7c3a3o-pedagc3b3gica-da-regic3a3o-metropolitana-do-rj-explicita-conflitos-do-modelo-de-desenvolvimento-_iii-encontro-nacional-de-agroecologia.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- ASPTA-RJ. Projeto Semeando Agroecologia. **Programa de Agricultura Urbana do Rio de Janeiro**, 2011.
- BAPTISTA, Silvia. R. N. **Comunicação Oral em Redes Sociotécnicas Orientadas a Plantas Medicinais: a relação entre informação científica e conhecimento tradicional**. [s.l.] Fundação Oswaldo Cruz - RJ, 2014.
- BENSADON, LigiaL. S. **Tecendo Projetos Políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia**. [s.l.] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.
- BORDA, Orlando. F. Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Ed.). . **Pesquisa Participante**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

_____. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Eds.). . **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183–191.

BRANDÃO, Carlos. R. **Pesquisa Participante**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____. Reflexões Sobre Trabalho de Campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, p. 11–27, 2007.

BRANDÃO, Carlos. R.; BORGES, Maristela. C. A pesquisa participante : um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, v. 6, n. jan/dez, p. 51–62, 2007.

BRANDÃO, Carlos. R.; STRECK, Danielo. R. **Pesquisa Participante O Saber da Partilha**. 1. ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

CARDOSO, Maria Irene. et al. Troca de saberes: vivenciando metodologias participativas para a construção dos saberes agroecológicos. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 1–5, 2013.

CARLOS, Ana. F. A. Da Organização à Produção do Espaço no Movimento do Pensamento Geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. DE; SPOSITO, M. E. B. (Eds.). . **A Produção do Espaço Urbano Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016. p. 53–73.

CARLOS, Ana. F. A.; SOUZA, Marcelo. L. DE; SPOSITO, Maria Encarnação. B. **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

CECEÑA, Ana Esther. et al. **Hegemonias e Emancipações no Século XXI**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

CENDALES, Lola.; TORRES, Fernando.; TORRES, Afonso. A Semente tem sua Própria Dinâmica: sobre as origens e os rumos da investigación-acción participante (IAP): entrevista com Orlando Fals Borda. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Eds.). . **Pesquisa Participante. O Saber da Partilha**. 3. ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

CHIFFOLEAU, Mônica. P. B. **Ambientes Obesogênicos: agroecologia como solução e reivindicação de liberdade de escolha e criação de ambientes saudáveis**. [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2015.

CNAU. **Carta do III Encontro Nacional de Agricultura Urbana**. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/a8213a_90a0969692ac44d2a521b0f8a0c0e314.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2016.

_____. **Subsídio para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP)**. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/a8213a_248e266603724eb8941ecbde5036dfe7.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2016a.

_____. **Carta Política do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana**. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Carta-Política-ENAU.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016b.

_____. **Mulheres Construindo Agroecologia Urbana. I Encontro Nacional de Agricultura Urbana. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ), 2015c.**

CRUZ, Valter. **DO C. Lutas Sociais, Reconfigurações Identitárias e Estratégias de Reapropriação Social do Território-Rio na Amazônia**. [s.l.] Universidade Federal Fluminense, 2011.

_____. **Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais?** In: ACSELRAD, H. (Ed.). . **Cartografia social, terra e território**. 1. ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013. p. 1–45.

CUSICANQUI, Silvia. R. **Ch'ixinakax utxiwa Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. [s.l.: s.n.].

DIEGUES, Antônio. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2001.

ESCOBAR, Arturo. **O Lugar da Natureza e a Natureza do Lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** In: LANDER, E. (Ed.). . **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas**. 1. ed. Buenos Aires: [s.n.].

_____. **Desde abajo, por la izquierda y con la Tierra**. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=208132>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

FEDERAL, U. et al. **Barra da tijuca e o projeto olímpico: 2015**.

FERNANDEZ, Annelise. C. F. **Um parque no sertão carioca. Dos anos 70 até os dias de hoje. O que mudou na conservação?** v. 1, n. 1, p. 21, 2008.

_____. **Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: A Construção Social de uma Unidade de Conservação à Luz das Políticas Ambientais Fluminenses e da Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. [s.l.] Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

FRANCO, Alice. A. **Escola de ensino médio em busca de práticas agroecológicas**. Disponível em: <<http://sertaocarioca.org.br>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. v. 21

_____. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

_____. **Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-lo melhor através da ação**. In: BRANDÃO, C. R. (Ed.). . **Pesquisa Participante**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983b.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina. **Cadernos CRH**, v. 21, p. 439–455, 2008.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GOVERNO-RJ. **Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias - Rio Rural**. Disponível em: <www.microbacias.rj.gov.br>. Acesso em: 3 abr. 2017.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia**, v. 1, p. 15–39, 1999.

_____. Território e Multiterritorialidade: Um debate. **GEOgraphia**, v. IX, n. 17, 2007.

_____. Dilema de Conceitos: Espaço-Território E Contenção Territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Eds.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LEFEBVRE, Henry. **A Produção do Espaço**. Trad. Grupo “As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”: do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l’espace. 4a éd. Paris: Éditions Anthropos, 1974), 2006a.

_____. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. [s.l.: s.n.].

_____. **A Revolução Urbana**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de Campo em Geografia: Reflexões Sobre uma Experiência de Pesquisa Participante. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 84, p. 105–136, 2006.

MARICATO, Ermínia. **Para Entender a Crise Urbana**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARINS, Luís. (POETA) C. M.; NUNES, Rafael. S.; SILVA, Luís. C. N. DA. De Ambientalistas a Agroecologistas: uma leitura sobre a inserção do Verdejar na interação entre comunidades e o ambiente na Serra da Misericórdia-RJ. In: PEREIRA, M. C. DE B. et al. (Eds.). **Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA & PACS, 2014.

MARTINS, José. D. S. A Aparição do Demônio na Fábrica, no Meio da Produção. **Revista de Sociologia da USP**, v. 5, p. 1–29, 1993.

MATTOS, Claudemar. **Avaliação dos Impactos Econômicos e Ecológicos da Agroecologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia e Assessoria à Serviços em Agricultura Alternativa, 2016.

MENDONÇA, Marcio. M. DE; LUNARDI, Vera. L. Conhecendo os quintais do Loteamento Ana Gonzaga. **Assessoria à Serviços em Projetos de Agricultura Alternativa**, v. 1, p. 1–14,

2003.

MONTEIRO, Denis.; MENDONÇA, Marcio. M. DE. Quintais na cidade: a experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro. **Revista Agriculturas**, v. 1, p. 29–31, 2004.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem Feita repensar a reforma reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil LTDA, 2003.

_____. **Rumo ao Abismo? Ensaio sobre o destino da humanidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil LTDA, 2011.

MORIN, Edgar.; NEVES, Hermano. O paradigma Perdido: a natureza humana. p. 222, 2000.

Novas Conexões Entre o Rural e o Urbano. v. 12, p. 3–11, 2011.

OLIVEIRA, Lara. A. **Redes e Mediadores no Fortalecimento da Agricultura Familiar no Maciço da Pedra Branca, RJ**. [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2016.

OLIVEIRA, Cidivânia. A. DE. Quintais agroflorestais: mulheres redesenham espaços de produção e reprodução no Maranhão. **Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia. Leisa Brasil**, v. 6, 2009.

PACHECO, Maria Emília. L. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. **Revista Proposta FASE**, v. 71, p. 30–38, 1997.

PEREIRA, Monica. C. DE B. Reforma Agrária e Meio Ambiente: interfaces da função social e ambiental da terra. **GEOgraphia**, v. 14, 2006.

_____. Projetos globais e resistências locais: pescadores artesanais e Unidades de Conservação no litoral do Rio de Janeiro-Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 24, p. 137–150, 2011.

_____. **Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro: caderno de experiências agroecológicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA & PACS, 2014.

_____. Agroecologia na formação universitária: da ecologia à Agroecologia e do ecossistema ao agroecossistema. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, n. 1, p. 1–14, 2016.

PESAGRO-RJ. **Projeto Rio Rural Núcleo de Pesquisa Participativa**. Disponível em: <http://www.pesagro.rj.gov.br/rio_rural_gef.html>. Acesso em: 1 maio. 2017a.

_____. Programa Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro - Rio Rural. Unidades de Pesquisas Participativas e Experimentos de Longa Duração Desenvolvidos Pela PESAGRO-RIO - 2008 a 2017 (abril). **Programa Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas - Rio Rural**, 2017b.

PETERSEN, Paulo.; SOGLIO, Fábio. K. D.; CAPORAL, Francisco. R. A Construção de uma

Ciência a Serviço do Campesinato. In: ASPTA (Ed.). . **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. Edição Especial, 2009.

PIMENTA, Terezinha. DE J. **Plano de Negócios da Associação dos Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (AGROVARGEM)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Assessoria à Serviços e Projetos em Agricultura Alternativa, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PRADO, Bruno. A.; MATTOS, Claudemar.; FERNANDEZ, Annelise. C. F. Agricultores do Maciço da Pedra Branca (RJ): em busca de reconhecimento de seus espaços de vida. **Revista Agriculturas**, p. 6–9, 2012.

REDE-CAU. **Carta de Princípios da Rede Carioca de Agricultura Urbana**. Disponível em: <www.facebook.com/Rede-Carioca-de-Agricultura-Urbana>. Acesso em: 25 jun. 2015.

RODRIGUES, Arlete. M. A Matriz Discursiva Sobre o Meio Ambiente”. Produção do Espaço Urbano: Agentes, Escalas, Conflitos. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. DE; SPOSITO, M. E. B. (Eds.). . **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 4. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

SANTANDREU, Alain.; LOVO, Ivana. C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção. Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras**. 1. ed. Belo Horizonte: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação & Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Governo Federal, 2007.

SANTOS, Boa Ventura. DE S. **Um Discurso Sobre as Ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109–130, 2006.

SCHMITT, Cláudia. J. **Transição Agroecológica e Desenvolvimento Rural : um olhar a partir da experiência**. Disponível em: <[file:///home/uschi/Downloads/Transicao agroecologica e desenvolvimento rural.pdf](file:///home/uschi/Downloads/Transicao%20agroecologica%20e%20desenvolvimento%20rural.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2016.

SCHMITT, Cláudia. J.; GRISA, Cátia. Agroecologia, Mercados e Políticas Públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. DE; VEZZANI, F. M. (Eds.). . **Agroecologia : Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura**. 1. ed. Curitiba: Kairós, 2013.

SCHMITT, Cláudia. J.; TYGEL, Daniel. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro. **Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia. Edição Especial**, p. 105–127, 2009.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo : contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural**, p. 61–71, 2000.

STRECK, Danilo. R. Pesquisar é Pronunciar o Mundo. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Eds.). . **Pesquisa Participante O Saber da Partilha**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006. p. 260–295.

ZIBECHI, Raul. **Territórios em Resistência: Cartografia Política das Periferias Urbanas Latino-Americanas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

APÊNDICE A - ROTEIRO DO TRABALHO DE CAMPO

Trabalho de Campo

Programa de Pós-Graduação em Geografia UFPE

Recife

**REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA NA CIDADE**

Uschi Cristina Silva

uschigeo@gmail.com

Orientadora: Professora Dr^a Mônica Cox de Britto Pereira

coxmonica@gmail.com

Turma mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFPE 2015

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2016

Sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar

Mao Tsé-tung

1. Trabalho de campo, um instrumento de pesquisa. Algumas preocupações iniciais, preparação para ida à campo e algumas reflexões necessárias.

- discutir sobre a finalidade da pesquisa e os resultados. Assim, questões como para *quê* e para *quem* fazer a pesquisa? Que “fim” terá o trabalho?
- O pesquisador comprometido com a comunidade que estuda deve ter uma atenção constante e uma reflexão crítica sobre os objetivos e os limites de sua pesquisa. Isto equivale a dizer que devemos rever os objetivos do projeto a partir do contato com a comunidade e do grau de inserção que conseguimos obter. Nem todos os objetivos inicialmente propostos podem continuar válidos e isto significa ter que descartá-los, ou então, questões às quais não havíamos pensado no momento da elaboração do projeto podem surgir, e isto significa ter que introduzi-los. (De Marcos)

2. Objetivo da pesquisa de campo: *“mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir” (Carlos Rodrigues Brandão)*

- A objetividade do trabalho é garantida quando o pesquisador, mesmo ligado através de laços de afeto às pessoas que pesquisa, é capaz de distanciar-se deles e da realidade por eles vivida – e que ele está estudando – e apontar os problemas ali existentes. A verdadeira contribuição do pesquisador: apontar os problemas vivenciados pela comunidade e buscar pensar, com eles, em formas de solucioná-los. (De Marcos);
- Dados primários: reuniões, entrevistas direcionadas, rodas de conversa, etc.

- Dados secundários: artigos, relatórios, jornais, fotos, vídeos, documentos institucionais, mapas, gráficos, etc.

3. **Roteiro:** “*Com os teus olhos*”

- Onde a Rede pulsa?
- Como a Rede se move?
- Quem é a Rede ou quem faz parte da Rede?
- Desde quando a Rede foi pensada?
- O que é agricultura na cidade, existe agricultura na cidade?
- Quem faz essa agricultura hoje!? E desde quando ela existe?
- Qual o papel político da Rede CAU?
- Onde ela se insere na cidade do Rio de Janeiro?
- Como se dá a organicidade da Rede?
- O que existia antes e o que existe agora?
- Onde está a Rede?
- Onde está a agricultura na cidade do RJ?
- Como a agroecologia se insere?
- Agroecologia e CAU confluem, estão juntos desde o início da Rede?
- Qual a concepção de Agroecologia da Rede CAU?

4. **Método**

- Pesquisa Participante - “ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer

agir”. (Carlos Rodrigues Brandão).

- Pesquisa qualitativa.
- Não existe na realidade um modelo único ou uma metodologia científica própria a todas as abordagens da pesquisa participante. Entre as suas diferentes alternativas, de modo geral, as pesquisas participantes alinham-se em projetos de envolvimento e mútuo compromisso de ações sociais de vocação popular. (Carlos Rodrigues Brandão).
- Aspira a diferentes dimensões de transformações de ações sociais de vocação comunitária e popular, a partir de uma elaboração sistemática de conhecimentos, de saberes e de valores construídos solidariamente, gerados através de pesquisas sociais colocadas a serviço de experiências co-participadas de criação coletiva de saberes, a partir do enlace entre profissionais e/ou militantes agenciados e as pessoas, grupos e comunidades populares (Carlos Rodrigues Brandão).

5. Materiais Necessários

- caderneta;
- máquina fotográfica;
- cartões de memória;
- gravador de voz;
- Computador;
- Papel cartolina ou pardo e lápis cera grosso ou pilot

6. Cronograma

1ª semana (10 a 16/05)	2ª semana (17 a 23.05)	3ª semana (24 a 30.05)
Entrevista 1 – ASPTA materiais e atas	Entrevista 2 – ASPTA dia todo materiais e atas	Rede Ecológica
Feira da Roça de Vargem Grande	Entrevista 3 – FIOCRUZ Mata Atlântica: quintais agroecológicos projeto agrovargem (BNDS/Fiocruz)	
	Entrevista 4 – Sindicato Rural do Rio de Janeiro	
	Entrevista 5 – Cras Cecília Meirelles	Quilombo Cafundá Astrogilda Francisco, Jorge, Pedro, Cristina, Sandro
	Entrevista 6 – PEU das Vargens	FIOCRUZ Mata Atlântica: quintais agroecológicos projeto agrovargem (BNDS/Fiocruz)
		FAFRE
GT mercados	GT mulheres	GT juventude gt formação
AS-PTA – Programa de Agricultura Urbana		
Fiocruz Mata Atlântica: 5 quintais agroecológicos, 3 certificados pelo SPG Rede CAU		

Rede Ecológica
AGROVARGEM
Quilombo Astrogilda
FAFRE
CCFO
CRAS Cecília Meireles
UERJ – Feira da
Sindicato Rural do Rio de Janeiro
As entrevistas sofreram modificações ao longo da pesquisa de campo em função das agendas da Rede CAU e da restrição ao tempo da pesquisa de campo.

ANEXO A - CARTA DE PRINCÍPIOS

1) Carta de Princípios da Rede Carioca de Agricultura Urbana



Rede Carioca
de Agricultura Urbana

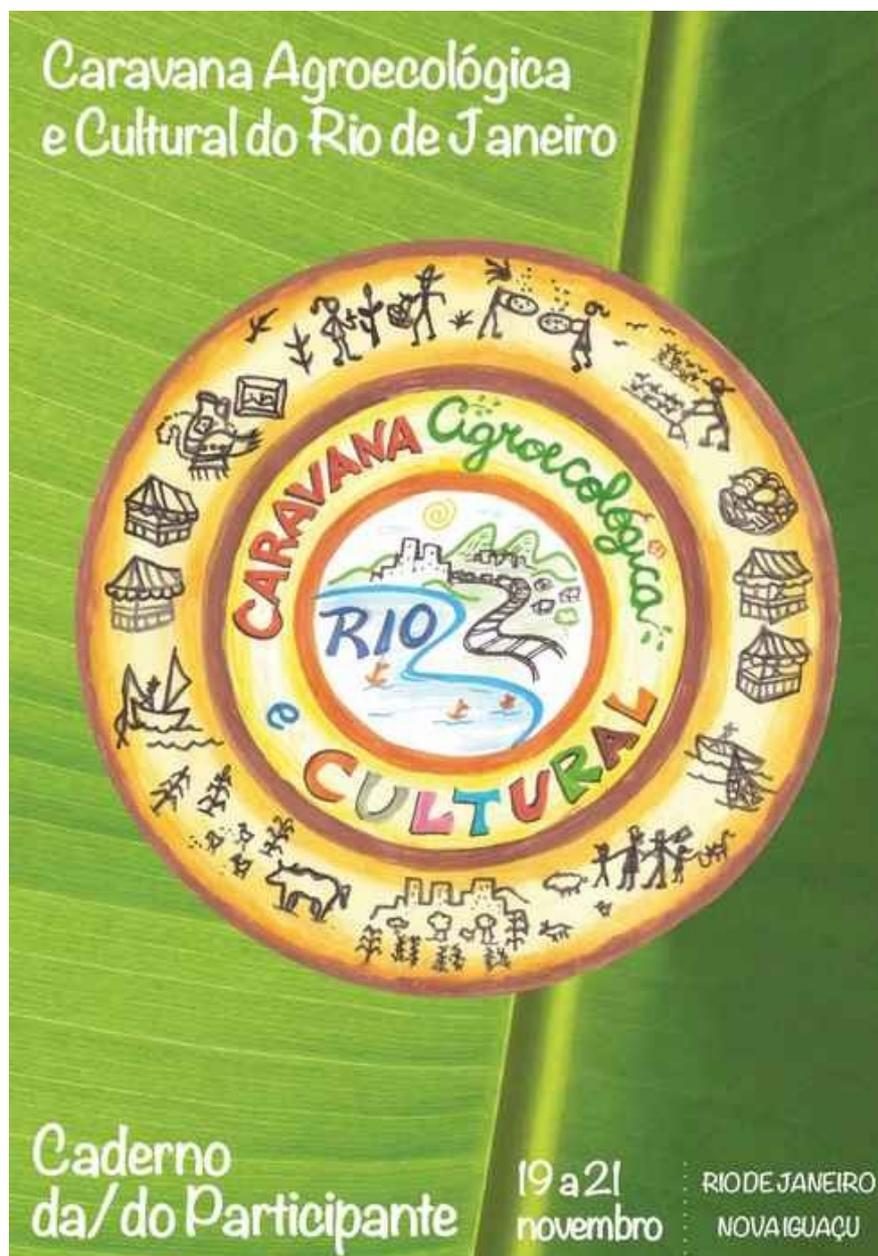
A Rede Carioca de Agricultura Urbana, ou Rede CAU, é um movimento social que agrega pessoas e organizações para a defesa da agroecologia nas cidades. Atua junto aos quintais produtivos e lavouras, defende o consumo consciente, como dimensão de luta campo-cidade, e a adequação e o acesso às políticas públicas. Em seu coletivo, atuam representantes de diversas organizações de agricultores e agricultoras, organizações populares, indivíduos autônomos, instituições de pesquisa e ensino bem como agentes não governamentais, que se percebem na autonomia para essa representação. Está vinculada à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), ao Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), e à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e converge com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Contato:
Facebook - www.facebook.com/Rede-Carioca-de-Agricultura-Urbana

2) Carta Política V Semana da Alimentação Carioca



3) Caderno do Participante



ANEXO B - CARTAZES

1) I Encontro Nacional de Agricultura Urbana

I ENCONTRO NACIONAL DE
Agricultura Urbana
www.enau.org



AGROECOLOGIA E DIREITO À CIDADE;
 CULTIVANDO SAÚDE E COMIDA DE VERDADE

21^a 24 UERJ
 OUT • 2015 Universidade do Estado
 do Rio de Janeiro



2) Mulheres no ENAU

MULHERES CONSTRUINDO AGROECOLOGIA URBANA

I ENAU - ENCONTRO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA

PLENÁRIA DAS MULHERES

AFROXIMANDO O DEBATE DO FEMINISMO COM A AGROECOLOGIA

ATUAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA A.U.
E A A.U. INFLUENCIANDO A VIDA DAS MULHERES.

AS MULHERES SE COMPROMETEM COM A A.U. COMO O MOVIMENTO DE A.U. SE COMPROMETEM COM AS MULHERES TAMBÉM?

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA
A MULHER É O ÚNICO SER HUMANO QUE TEM QUE NASCER E MORRER EM UM LOCAL ESPECÍFICO: O ÚTERO. POR ISSO, É SUJEITA A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA.

VIOLÊNCIA NO TRABALHO
O TRABALHO DAS MULHERES É VALORIZADO COMO SE FOSSE O DE UM HOMEM. POR ISSO, ELAS SÃO SUJEITAS A VIOLÊNCIA NO TRABALHO.

O CORPO COMO TERRITÓRIO E A LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA À ESSENCIA TERRITÓRIO

QUEREMOS O DIREITO DE PLANTAR NOSSO ALIMENTO!
AS MULHERES SÃO AS MAIS ENVENENADAS PELA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA.

DIREITO À SOBERANIA ALIMENTAR NA CIDADE

MOÇÃO DE REPÚDIO AOS PROJÉTOS DE LEIS:
- ESTATUTO DA FAMÍLIA
- VIOLÊNCIA SEXUAL

É MUITO IMPORTANTE QUE AS MULHERES QUEM TRABALHAM NA RESTAURANTE

PRECISAMOS LUTAR CONTRA O PRECONCEITO VIVIDO PEAS MULHERES NEGRAS

PRECISAMOS COMBATER A DIVERSIDADE SEXUAL DO TRABALHO

O DEVER DE CUIDAR NÃO É SO NOSSO!

**I ENAU – ENCONTRO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA
UERJ – 21 A 24 DE OUTUBRO DE 2015**